



Carta da Cidadania Infantojuvenil do Concelho de Guimarães

Abril 2016

Guimarães

Promotor



Parceiros



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



Financiamento



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Sumário Executivo

A Carta da Cidadania InfantoJuvenil (Carta) é um documento de definição estratégica da promoção dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães, construído de forma participada, após auscultação de crianças e jovens, decisores políticos e institucionais e interventores sociais nos mundos da infância e juventude.

A Carta tem como principal objetivo constituir-se, no plano municipal, e numa perspetiva transversal a todos os serviços e agentes que intervêm no mundo da infância e da juventude, como um instrumento de governança, isto é de regulação participada, partilhada e complexa e promoção dos direitos de cidadania da população mais jovem. Ela procura superar um dos problemas centrais identificados nas políticas para a Infância e Juventude: a sua fragmentação e compartimentação, a par da ausência de crianças e jovens na participação da construção das políticas públicas.

No seu desenvolvimento, o projeto desenvolveu um dispositivo metodológico assente no seguintes processos e tarefas:

- Elaboração, de forma participada, de um diagnóstico do estado de aplicação dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães, tendo para isso constituído grupos focais em cada uma das Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF's) de todo o concelho; realização de entrevistas a informantes-chave; realização de fóruns de debate, com a participação de especialistas convidados.
- Constituição do Conselho Infantojuvenil de Guimarães (Conselho de Cidadania), integrado por crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos de todo o Concelho de Guimarães.
- Elaboração e aprovação das linhas estratégicas de desenvolvimento da Carta e de medidas que as operacionalizam
- Apresentação pública da Carta, em várias instâncias e ainda através de um Colóquio Internacional Crianças, Cidade, Cidadania.
- Divulgação e difusão da medida.

A Carta é constituída por duas partes.

A primeira parte contempla o Diagnóstico Social sobre os direitos da criança e jovens no concelho de Guimarães. O diagnóstico integra e interpreta indicadores estatísticos e o estudo das perceções de crianças, jovens e especialistas nas áreas de População, Educação, Social, Cultura e Saúde.

Guimarães caracteriza-se por ser um concelho com um envelhecimento muito rápido na última década, mas com uma população jovem ativa, muito heterogénea, com fortes indicadores de desigualdade social, mas com acesso a equipamentos educacionais, culturais, desportivos e de proteção social que permitem assegurar uma política de promoção dos direitos das crianças e jovens com forte suporte institucional.

A segunda parte envolve os Eixos Estratégicos e as medidas de operacionalização.

Os eixos estratégicos dividem-se por seis áreas: Participação Cívica e Política, Bem Estar Social, Território e Ambiente; Relações Interpessoais; Cultura, Lazer e Desporto; Educação.

Na Carta, o eixo de **Participação Cívica e Política** é substantivado através da criação de estruturas de representação direta e ainda de dispositivos de proximidade que possam fazer fluir a voz das crianças. A geração de mecanismos de auscultação fácil e direta das crianças, bem como a criação do Provedor Municipal de Crianças e Jovens, inserem-se nas medidas a adotar.

O eixo de **Bem-Estar Social** desenvolve-se no quadro das políticas sociais, promotoras da igualdade e da coesão social. Integra a criação de equipas multidisciplinares e de serviços especializados para atender a carências especialmente diagnosticadas.

O eixo de **Território e Ambiente** incide nas políticas de ordenamento do território, nos dispositivos de mobilidade e na organização do equipamento e mobiliário urbano, orientados para a criação do bem-estar das populações mais jovens a partir do desenho das políticas urbanas e da conceção política de ordenamento do território, da mobilidade e da sustentabilidade.

O eixo das **Relações Interpessoais** orienta-se pelos valores de respeito, aceitação, reconhecimento e participação no espaço familiar e nas interações face-a-face. A ação pela cidadania íntima exprime-se em medidas estratégicas que envolvem as relações intergeracionais, mas também de crianças e jovens entre si, e as relações intrafamiliares, capazes de prevenir comportamentos de violência física ou psicológica e de promover atitudes de convivalidade assentes numa ética de respeito.

O eixo da **Cultura, Lazer e Desporto** orienta-se através de medidas para inclusão de todos e de todas na vasta ação cultural, de lazer e desportiva já existente no concelho, favorecendo a mobilidade, a atratividade, a criação e fidelização de públicos para as diferentes ações culturais e a participação na construção da cidade, enquanto centro cultural irradiante, e do concelho como um todo, enquanto espaço de criação e fruição cultural.

O eixo da **Educação** adota medidas que se orientam para o acesso e a igualdade de oportunidades de sucesso educativo, mas, sobretudo, para o desenvolvimento das escolas como organizações sociais que praticam princípios de participação e

envolvimento ativo de todos e de todas, promovendo, ao mesmo tempo, interação entre escolas e organizações sociais que realizam modalidades de educação não formal, contribuindo, assim, para um município verdadeiramente educador.

A Carta prevê um dispositivo de governança e de avaliação, com uma forte base de participação e com articulação e integração das políticas a partir da Câmara Municipal de Guimarães e, especialmente, do Conselho Local de Ação Social.

Índice

Índice de gráficos	6
Índice figuras	9
Índice tabelas	9
Introdução	6
Parte 1 – Diagnóstico Social	8
Diagnóstico Social	9
Caracterização do Concelho de Guimarães	10
Enquadramento Geográfico e Sócio Demográfico	10
População e território	12
Caracterização geral	12
Indicadores demográficos	16
Caracterização da população migrante	26
Perspetiva dos atores sociais	28
Perspetiva dos informantes-chave	29
Perspetiva das crianças e jovens	31
Em Síntese... ..	32
Educação	34
Caracterização da população residente de acordo com o nível de ensino	34
Caracterização geral do sistema de educação e ensino	35
Perspetiva dos atores Sociais	40
Perspetiva dos informantes-chave	41
Perspetiva das crianças e jovens	42
Em Síntese... ..	47
Social	50
Caracterização socioeconómica	50
Indicadores de pobreza e privação	53
Violência Doméstica	54
Proteção Social	56
Proteção das Crianças e Jovens	60
Rede de Serviços e Equipamentos Sociais de Apoio à Infância e Juventude	63
Perspetiva dos atores sociais	64
Perspetiva dos informantes-chave	65
Perspetiva das crianças e jovens	68
Em Síntese... ..	70

Cultura	71
Públicos e Equipamentos Culturais	71
Atividades Culturais para Crianças e Jovens	75
Lazer e Desporto	77
Perspetiva dos atores sociais	79
Perspetiva dos informantes-chave.....	80
Perspetiva das crianças e jovens.....	83
Em Síntese... ..	87
Participação.....	89
Participação associativa	89
Perspetiva dos atores sociais	90
Perspetiva dos informantes-chave.....	91
Perspetiva das crianças e jovens.....	92
Em Síntese... ..	94
Saúde.....	95
Rede de respostas e equipamentos.....	95
Dependências	103
Perspetiva dos atores sociais	105
Perspetiva dos informantes-chave.....	106
Perspetiva das crianças e jovens.....	111
Em Síntese... ..	114
Síntese de indicadores	116
Mapeamento de equipamentos	127
Parte 2 – Eixos Estratégicos e Medidas.....	132
Introdução.....	133
Eixo 1 – Participação Cívica e Política	135
Eixo 2 – Bem-estar social.....	137
Eixo 3 – Território e Ambiente	139
Eixo 4 – Relações Interpessoais.....	141
Eixo 5 – Cultura, Lazer e Desporto	143
Eixo 6 – Educação.....	145
Modelo de Governança e Avaliação.....	147
Ficha Técnica	149

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Pirâmide etária, Guimarães (%).....	12
Gráfico 2 - Evolução da população residente, Guimarães (N.º).....	13
Gráfico 3 – População residente por grupos etários (%)	14
Gráfico 4 – População com idade entre os 0-14 anos por CSIF, Guimarães (N.º)	14
Gráfico 5 - População com idade entre os 15-24 por CSIF, Guimarães (N.º).....	15
Gráfico 6 – População com idade entre os 0-24 anos por CSIF, Guimarães (%).....	15
Gráfico 7 – Índice de envelhecimento (%)	16
Gráfico 8 – Índice de longevidade (%).....	16
Gráfico 9 – Índice sintético de fecundidade (N.º)	17
Gráfico 10 – Taxa de fecundidade geral (%).....	17
Gráfico 11 – Taxa bruta de natalidade (%).....	18
Gráfico 12 – Fecundidade realizada (FR), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)	18
Gráfico 13 – Fecundidade intencional (FI), Portugal e NUTS II 2013 (N.º).....	19
Gráfico 14 – Fecundidade final esperada (FFE), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)	19
Gráfico 15 – Fecundidade desejada (FD), Portugal e NUTS II 2013 (N.º).....	20
Gráfico 16 – Taxa de mortalidade infantil (%).....	20
Gráfico 17 – Índice de dependência de jovens (%)	21
Gráfico 18 – Nados-vivos por local de residência da mãe (N.º).....	21
Gráfico 19 – Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (%)	22
Gráfico 20 – Taxa de crescimento efetivo (%).....	22
Gráfico 21 – Taxa de crescimento natural (%)	23
Gráfico 22 – Taxa bruta de nupcialidade (%)	23
Gráfico 23 – Taxa bruta de divórcio (%).....	24
Gráfico 24 – Taxa de crescimento migratório (%).....	24
Gráfico 25 – Saldo natural (N.º)	25
Gráfico 26 – Saldo migratório (N.º).....	25
Gráfico 27 – Nacionalidade das pessoas atendidas no GAE e CLAI de Guimarães, 2013 (N.º)...	26
Gráfico 28 – Principais nacionalidades da população estrangeira residente em Guimarães, com estatuto legal (N.º)	26
Gráfico 29 – População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 (N.º).....	27
Gráfico 30 – Tipologia de casos do GAE de Guimarães, 2013 (N.º)	27
Gráfico 31 – Tipologia de casos do CLAI de Guimarães, 2013 (N.º).....	28
Gráfico 32 – População residente, segundo o grupo etário e por nível de escolaridade, Guimarães, 2011 (%)	34
Gráfico 33 – População residente em Guimarães, com 15 e mais anos, por nível de escolaridade completo mais elevado (N.º)	34
Gráfico 34 – Estabelecimentos públicos e privados de educação em Guimarães, 2014 (N.º) ...	35
Gráfico 35 – Alunos matriculados por nível de ensino nos estabelecimentos de ensino público, Guimarães (N.º).....	35
Gráfico 36 – Alunos matriculados no ensino básico público, ano letivo 2014/2015, segundo o género e grau de ensino, Guimarães (N.º).....	36
Gráfico 37 – Alunos matriculados no ensino secundário público, ano letivo 2014/2015, segundo o género e grau de ensino, Guimarães (N.º).....	36

Gráfico 38 – Taxa de abandono escolar por local de residência (%).....	37
Gráfico 39 – Taxa de abandono precoce de educação e formação por local de residência (%)..	37
Gráfico 40 – Taxas de retenção e desistência (%).....	38
Gráfico 41 – Taxa bruta de pré-escolarização (%).....	38
Gráfico 42 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	39
Gráfico 43 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%).....	39
Gráfico 44 – Taxa real de escolarização segundo o nível de ensino, Ave, 1991, 2001, 2011 (%)	40
Gráfico 45 – Evolução da população ativa (N.º).....	50
Gráfico 46 – População empregada por setor de atividade (%)	50
Gráfico 47 – Indicador per capita (IpC) do poder de compra (%)	51
Gráfico 48 – Percentagem de Poder de Compra (PPC), anos 2000 e 2011 (%)	52
Gráfico 49 – Fator Dinamismo Relativo (FDR), ano 2011 (%).....	52
Gráfico 50 – Taxa de desemprego total e grupo etário 15-24 anos (%)	53
Gráfico 51 – Taxa de risco de pobreza em Portugal, grupo etário 0-17 anos (%).....	53
Gráfico 52 – Taxa de intensidade da pobreza, Portugal (%)	54
Gráfico 53 – Crimes registados pelas Polícias: Violência doméstica contra cônjuge ou análogo (N.º)	54
Gráfico 54 – Casos registados pela APAV – GAV de Braga, concelho de residência da vítima, NUT AVE, 2013 (N.º).....	55
Gráfico 55 – Serviços e respostas na área Social, Guimarães, 2014 (N.º).....	56
Gráfico 56 – Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social (N.º)	56
Gráfico 57 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por idade, Guimarães (N.º)	57
Gráfico 58 - Beneficiários do RSI por idade, Guimarães, 2013 (N.º).....	58
Gráfico 59 – Tipo de família dos beneficiários do RSI, Guimarães, 2013 (N.º)	58
Gráfico 60 – Beneficiários do RSI por grau de escolaridade, Guimarães, 2013 (N.º)	59
Gráfico 61 – Abono de Família para crianças e jovens da Segurança Social (N.º)	59
Gráfico 62 – Processos na área de crianças e jovens em perigo e na área tutelar cível, Guimarães (N.º).....	61
Gráfico 63 – Serviços e equipamentos sociais de apoio à infância e juventude, 2014 (N.º)	63
Gráfico 64 – Serviços e equipamentos sociais de apoio à deficiência, 2014 (N.º).....	63
Gráfico 65 – Alunos por domínio/tipologia deficiência a frequentar as Escolas, IPSS e a ELI, 2013/2014	64
Gráfico 66 – Serviços e equipamentos culturais, Guimarães, 2014 (N.º)	71
Gráfico 67 – Visitantes de museus por habitante (N.º)	72
Gráfico 68 – Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante (N.º)	72
Gráfico 69 – Espetáculos ao vivo: espectadores (N.º)	73
Gráfico 70 – Total de Despesa de capital das Câmaras Municipais em cultura e desporto (€) ..	73
Gráfico 71 – Total de Despesa de capital das Câmaras Municipais em recintos culturais e jogos e desportos (€)	74
Gráfico 72 – Total de Despesa de capital da Câmara Municipal de Guimarães em cultura e desporto por domínio cultural (€).....	74
Gráfico 73 – Crianças e Jovens que participaram em atividades dos Serviços Educativos por grupo etário, 2013 (N.º)	77
Gráfico 74 – Serviços e equipamentos desportivos, Guimarães, 2014 (N.º)	77

Gráfico 75 – Escalões do desporto escolar, Guimarães, 2013 (N.º).....	78
Gráfico 76 – Modalidades do desporto escolar por género, Guimarães, 2013 (N.º)	78
Gráfico 77 – Modalidades do desporto escolar praticadas, Guimarães, 2013 (N.º).....	79
Gráfico 78 – Modalidades praticadas (competição, desporto formal e informal), Guimarães, 2013 (N.º)	79
Gráfico 79 – Tipo de Associações, Guimarães, 2014 (N.º)	89
Gráfico 80 – Escuteiros por secção, Guimarães, 2013 (N)	90
Gráfico 81 – Estruturas de saúde do concelho de Guimarães, 2014 (N.º).....	95
Gráfico 82 – Inscritos por grupo etário no ACES Alto AVE, 2014 (N.º)	96
Gráfico 83 – Inscritos por sexo no ACES Alto AVE, 2014 (N.º)	96
Gráfico 84 – Taxa de vacinação no ACES Alto Ave (%)	97
Gráfico 85 – consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (N.º)	97
Gráfico 86 – consultas externas nos hospitais, por algumas especialidades médicas (N.º)	97
Gráfico 87 – Partos nos hospitais (N.º)	98
Gráfico 88 – Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) de Guimarães, contextos de intervenção, 2014 (N.º).....	98
Gráfico 89 – Crianças com Necessidades de Saúde Especiais, UCC Guimarães do ACES Alto Ave, 2014 (N.º)	100
Gráfico 90 – Casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, ACES Alto Ave, concelho de Guimarães, 2014 (N.º)	100
Gráfico 91 – Problemáticas dos casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, ACES Alto Ave, concelho de Guimarães, 2014 (N.º)	101
Gráfico 92 –Taxa de internamento bruta (TIB) por grandes grupos de causas de internamento, <1 -24 anos, ACES Alto Ave, 2008 (%)	101
Gráfico 93 – taxa de internamento bruta/causas de internamento específicas, ACES Alto AVE, 2008 (%)	102
Gráfico 94 – taxa de internamento bruta/causas externas, ACES Alto AVE, 2008 (%)	102
Gráfico 95 – Consumo de drogas ilícitas da população escolar, Portugal, 2011 (%)	103
Gráfico 96 – Drogas mais consumidas nos últimos 12 meses, população escolar, Portugal, 2011 (%)	103
Gráfico 97 – Consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, população escolar, Portugal, 2011 (%).....	104
Gráfico 98 – Tipo de inscrição por escalão etário CRI de Braga – ET de Guimarães, 2014 (N.º)	104
Gráfico 99 – Substância principal por escalão etário, CRI de Braga – ET de Guimarães, 2014 (N.º)	105

Índice figuras

Figura 1 – Comissões Sociais Interfreguesias da Rede Social de Guimarães	11
Figura 2 – Processos e beneficiários do RSI, Guimarães, 2013 (N.º)	57
Figura 3 – Mapa de equipamentos do concelho de Guimarães, 2015	127
Figura 4 – Categoria Associação.....	128
Figura 5 – Categoria Centro de Formação	128
Figura 6 – Categoria Creche/Jardim de Infância	128
Figura 7 – Categoria Equipamento de Apoio à Deficiência	128
Figura 8 – Categoria Espaço Cultural.....	128
Figura 9 – Categoria Escola	129
Figura 10 – Categoria Espaço/Equipamento Desportivo	129
Figura 11 – Categoria Espaço Verde.....	130
Figura 12 – Categoria Espaço/Equipamento de lazer	130
Figura 13 – Categoria Lar de Acolhimento	130
Figura 14 – Categoria pousada da juventude/centro de informação juvenil	130
Figura 15 – Categoria Tribunal	130
Figura 16 – Categoria Serviço de Saúde	131
Figura 17 – Categoria Serviço de proteção social	131

Índice tabelas

Tabela 1 – População 0-24 anos, Guimarães (N.º).....	13
Tabela 2 – Taxas de modernização tecnológica em Portugal (PT) e Guimarães (GMR) (%)	40
Tabela 3 – Evolução do fluxo processual na CPCJ de Guimarães, 2011 a 2013 (N.º)	60
Tabela 4 – Situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processos na CPCJ de Guimarães, 2012 e 2013 (N.º).....	61
Tabela 5 – Movimento processual, 3ª Secção de Família e Menores de Guimarães (N.º).....	62
Tabela 6 – Crianças e Jovens inscritas na Academia de Bailado de Guimarães, ano 2013 (N.º)	75
Tabela 7 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, ano 2013 (N.º).....	75
Tabela 8 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Internacional das Artes José de Guimarães, ano 2013 (N.º)	75
Tabela 9 – Crianças e Jovens que participaram em atividades da Biblioteca Municipal Raúl Brandão e seus Pólos, ano 2013 (N.º).....	75
Tabela 10 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Cultural Vila Flor, ano 2013 (N.º)	76
Tabela 11 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Museu Alberto Sampaio, ano 2013 (N.º)	76
Tabela 12 – Associações juvenis registadas na RNAJ, Guimarães, 2014.....	89
Tabela 13 – Projetos promovidos pelo ACES Alto Ave, concelho de Guimarães (N.º)	99
Tabela 14 – Síntese de Indicadores da População	116
Tabela 15 – Síntese de Indicadores da População	117
Tabela 16 – Síntese de Indicadores da Educação.....	118
Tabela 17 – Síntese de Indicadores da Educação.....	119

Tabela 18 – Síntese de Indicadores do Social	120
Tabela 19 – Síntese de Indicadores do Social	121
Tabela 20 – Síntese de Indicadores do Social	122
Tabela 21 – Síntese de Indicadores da Cultura	123
Tabela 22 – Síntese de Indicadores da Cultura	124
Tabela 23 – Síntese de Indicadores da Saúde	125
Tabela 24 – Síntese de Indicadores da Saúde	126

Introdução

A Carta da Cidadania Infantojuvenil (Carta) é um documento de definição estratégica da promoção dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães, construído de forma participada, após auscultação de crianças e jovens, decisores políticos e institucionais e interventores sociais nos mundos da infância e juventude. Todas as crianças e jovens são cidadãos de pleno direito, com participação ativa na vida do município e protegidos nos seus direitos fundamentais, sem discriminação de qualquer espécie: esta é a visão que o projeto prossegue.

O projeto assume como principal objetivo constituir-se, no plano municipal, e numa perspetiva transversal a todos os serviços e agentes que intervêm no mundo da infância e da juventude, como um instrumento de governança, isto é de regulação participada, partilhada e complexa e de promoção dos direitos de cidadania da população mais jovem . A Carta é uma modalidade inédita em Portugal de construção de políticas integradas para a infância e juventude em cuja elaboração participaram diretamente, nas diferentes fases e etapas, crianças e jovens , entre os 6 e os 25 anos de todo o Município. Ela visa dar resposta a um dos principais problemas identificados nas políticas para a Infância e Juventude, nomeadamente no âmbito local: a sua fragmentação e compartimentação, a par da ausência de crianças e jovens na participação da construção das políticas públicas.

O projeto de elaboração da Carta foi promovido pela ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Programa Cidadania Ativa. Para a sua implementação a ADCL constituiu uma parceria formal com a Câmara Municipal de Guimarães e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães. O acompanhamento científico e a avaliação foi realizada por uma equipa universitária sob orientação da SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

No seu desenvolvimento, o projeto realizou as seguintes atividades:

- Elaboração, de forma participada, de um diagnóstico do estado de aplicação dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães, tendo para isso constituído grupos focais (com realização de três sessões cada) em cada

uma das Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF's) de todo o concelho, num total de 13 grupos focais, 36 sessões e participação de mais de 258 crianças e jovens; realização de 22 entrevistas a informantes-chave, em todos os domínios expressivos da ação das crianças e jovens; realização de 9 fóruns de debate, com a participação de 54 especialistas convidados e o envolvimento de mais 120 intervenientes.

- Constituição do Conselho Infantojuvenil de Guimarães (conselho de Cidadania), a partir das designações de representantes pelas Comissões sociais interfreguesias, com a realização de 3 sessões em momentos distintos.
- Elaboração e aprovação das linhas estratégicas de desenvolvimento da Carta e de medidas que os operacionalizam nos grupos focais, fóruns e Conselho da Cidadania.
- Apresentação pública da Carta, em várias instâncias e ainda através de um Colóquio Internacional que reuniu alguns dos principais investigadores europeus sobre infância e cidade
- Divulgação e difusão da medida.

A Carta é constituída por duas partes, que resultam de toda esta ação.

A primeira parte contempla o Diagnóstico Social sobre os direitos da criança no concelho de Guimarães.

A segunda parte envolve os Eixos Estratégicos e as medidas de operacionalização.

O denominador comum de todas as ações desenvolvidas, que se exprimem no documento que se apresenta, foi a forte implicação de crianças e de jovens e colocação em ação articulada dos decisores políticos locais, dos técnicos sociais e das crianças e jovens na construção de instrumentos regulatórios orientados para a cidadania ativa da geração mais jovem do concelho de Guimarães.



CARTA

DA CIDADANIA

INFANTO-JUVENIL

Parte 1 – Diagnóstico Social

Diagnóstico Social

Este relatório enquadra-se no Desenvolvimento do Dispositivo Metodológico do projeto Carta da Cidadania Infantojuvenil cujo principal objetivo é construir, de forma participada, um documento de definição estratégica da promoção dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães.

O principal propósito deste relatório é fazer um retrato da situação infantojuvenil no concelho, mapear os equipamentos, serviços e respostas existentes na área da infância e juventude e identificar necessidades de promoção dos direitos fundamentais das crianças e jovens.

Nessa medida, recolheram-se um conjunto de informações e indicadores estatísticos que se relacionam com as diferentes dimensões da vida das crianças e jovens e das suas famílias. A sua análise permitirá identificar necessidades e estratégias para as colmatar que serão incorporadas na Carta da Cidadania Infantojuvenil.

É de salientar que os dados estatísticos utilizados provêm, em grande medida, dos dados disponíveis nos sites e publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do PORDATA.

Procurou-se, sempre que possível, traçar a evolução dos diversos indicadores entre os dois últimos Censos realizados (2001 e 2011) e, também, o seu comportamento nos últimos três anos (2010 a 2013).

Como outras fontes de recolha direta de informação contamos com a cedência de dados estatísticos por parte de diferentes Serviços da Câmara Municipal de Guimarães, dos Agrupamentos de Escolas da Rede de Ensino, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães, do ACES Alto Ave, do Serviço Local de Segurança Social de Guimarães, do Centro de Respostas Integradas de Braga e de alguns Equipamentos Culturais do concelho.

O relatório encontra-se organizado da seguinte forma: em primeiro lugar surge uma breve caracterização geográfica e sociodemográfica do concelho de Guimarães, após o que o relatório incide em 5 partes distintas ou temas, população, educação, social, cultura e saúde. Em cada uma das partes descreve-se a situação atual da infância e juventude em Guimarães fazendo uma análise comparativa com Portugal e o Ave utilizando estudos recentes e os dados estatísticos disponíveis.

Após o que se apresenta a síntese dos principais indicadores relativos a cada uma das partes que estruturam o relatório e um resumo das principais conclusões obtidas através da sua análise.

Decorrente do mapeamento de serviços e equipamentos realizado apresenta-se um conjunto de ilustrações referentes a cada uma das categorias elencadas.

Por último propõe-se um conjunto de recomendações que visam contribuir para a promoção e aplicação dos direitos das crianças e jovens ao nível municipal.

Caracterização do Concelho de Guimarães

Enquadramento Geográfico e Sócio Demográfico

O Concelho de Guimarães, com uma área de 240,955 Km² e uma elevada densidade populacional de 656,1 hab/Km², fica situado no Distrito de Braga e pertence à sub-região do Vale do Ave (Nut III). Está limitado a norte e noroeste pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Braga, respetivamente, a sudoeste por Santo Tirso, a sul e sudoeste por Felgueiras e Vizela, a nascente pelo concelho de Fafe e a poente por Vila Nova de Famalicão).

Este território promove um diálogo constante e interligação entre o urbano e o rural, a cidade e o campo, a agricultura e a indústria, a história e as pessoas.

O concelho de Guimarães devido à sua disposição geográfica, rodeado por serras das quais se destaca Santa Marinha e Santa Catarina (Penha) e encaixado num vale com a sua principal linha de água - o Rio Ave e um dos seus afluentes o Rio Selho, possui um clima caracterizado por invernos frios e com elevada precipitação e verões quentes.

Ao nível demográfico, o concelho apresentava em 2011, segundo dados do INE, 158 124 habitantes: 48,47% do género masculino e 51,52% do género feminino, significando uma perda no número de população face a 2001 e anunciando uma tendência que se mantem, em 2013, de acordo com as suas estimativas.

Guimarães é um dos municípios do norte constituído por população mais jovem e com um índice de envelhecimento abaixo dos 100. Não obstante, regista uma perda de população nos escalões etários mais baixos e um acréscimo de população nos escalões mais elevados.

O concelho possui uma rede rodoviária extensa e com qualidade mas que exige uma atenção cada vez mais premente no que concerne à sua manutenção e reabilitação. O transporte ferroviário assegura a ligação de Guimarães às cidades do Porto e de Lisboa.

A projeção internacional da cidade alcançada com o título de Património da Humanidade, atribuído pela UNESCO em 2001 e como Capital Europeia da Cultura em 2012, gerou um dinamismo turístico e cultural relevante e que impulsionou o sector dos serviços. Importando, ainda, referir a importância neste domínio da existência na cidade de um pólo da Universidade do Minho e do Parque de Ciência e Tecnologia "Ave Park".

Por sua vez, o sector primário emprega uma percentagem muito diminuta da população e o sector secundário revela-nos um concelho industrializado, com destaque para a indústria têxtil, cutelarias e calçado.

Com a reforma administrativa as 69 freguesias que dividiam territorialmente o município passaram a 48, com a constituição de 17 Uniões de Freguesia e a manutenção de 31 freguesias.

Estas freguesias estão configuradas, desde o ano 2011, em onze Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF) de acordo com o mapa seguinte:

Figura 1 – Comissões Sociais Interfreguesias da Rede Social de Guimarães



Fonte: Rede Social de Guimarães, 2014

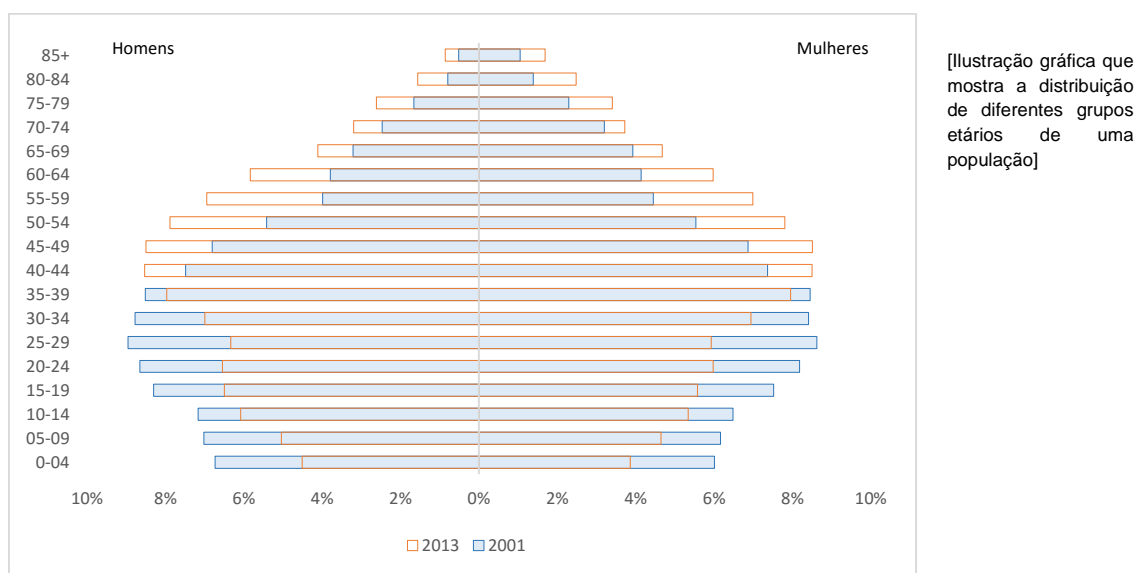
População e território

Caracterização geral

O Concelho de Guimarães apresenta valores elevados de densidade populacional à qual está normalmente associada a existência de zonas industriais, o que acontece efetivamente neste território, com a predominância da indústria têxtil.

Apoiado por boas condições de acessibilidade e com os seus 158.124 habitantes (Censos 2011, INE) que representam 31% da população total da sub-região do Ave, o município permanece, no contexto nacional, como um dos que possui a população mais jovem, sendo mesmo um dos mais jovens da Europa.

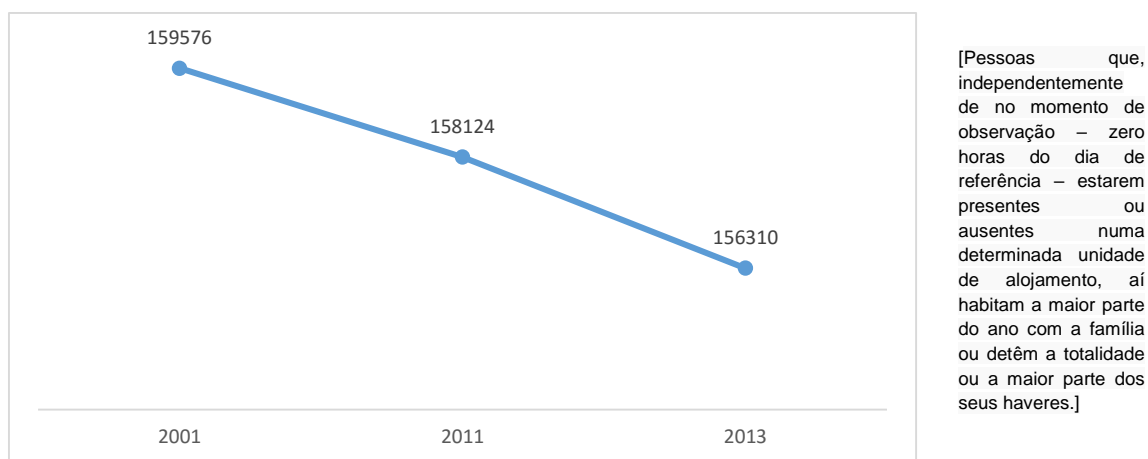
Gráfico 1 - Pirâmide etária, Guimarães (%)



Fonte: PORDATA, 2014

Guimarães regista uma tendência de envelhecimento demográfico que se evidencia na alteração do perfil que as pirâmides etárias de 2001 e 2013 apresentam. O estreitamento observado na base da pirâmide etária traduz a redução do número de crianças e jovens, como resultado da baixa da natalidade. O alargamento no topo da pirâmide etária corresponde ao acréscimo da proporção de pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida.

Gráfico 2 - Evolução da população residente, Guimarães (N.º)



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População | Estimativas Anuais da População Residente Ano 2013

Os dados relativos aos Censos de 2001 e 2011 apontam para uma perda no número de população residente em Guimarães. Os dados de 2013, extraídos das Estimativas Anuais da População Residente do INE, apontam para a manutenção desta tendência mas de forma ainda mais acentuada, com uma perda de 1814 residentes entre os anos de 2011 a 2013.

Tabela 1 – População 0-24 anos, Guimarães (N.º)

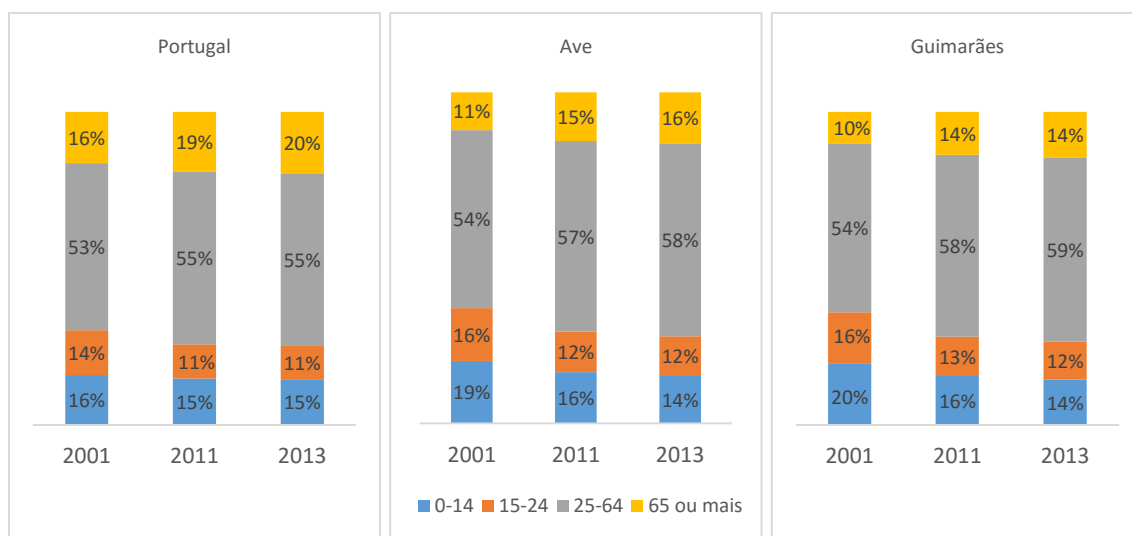
	0 - 4 Anos	5 - 9 Anos	10 - 14 Anos	15 - 19 Anos	20 - 24 Anos	Total
Anos	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2001	10117	10386	10847	12132	13285	56767
2011	6955	7868	9415	9740	9935	43913
2013	6366	7496	8801	9373	9691	41727

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

O projeto abrange a população residente no concelho de Guimarães de crianças e jovens nos grupos etários entre os 0 e os 24 anos. A tabela permite verificar a descida acentuada em todos os grupos etários, após 2001, com uma redução quase para metade em 2013 (valores estimados) no grupo etário 0-4 anos.

No total verifica-se uma perda de população entre os 0-24 anos em Guimarães de 15040 crianças e jovens.

Gráfico 3 – População residente por grupos etários (%)

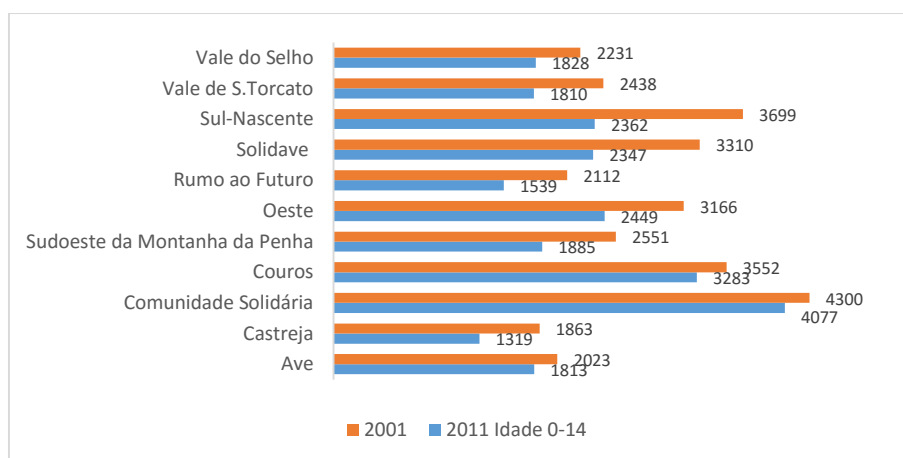


Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População | Estimativas Anuais da População Residente Ano 2013

A exemplo do que acontece no país e no Ave, Guimarães regista uma perda de população nos escalões etários mais baixos, com principal relevância no escalão 0-14 que regista uma diminuição de 6%, entre 2001 e 2013 e um acréscimo de população nos escalões mais elevados: 5% no escalão 25-64 e 4% no escalão 65 ou mais anos.

A população abrangida pelo projeto (0 aos 24 anos) corresponde a 26% da população do concelho.

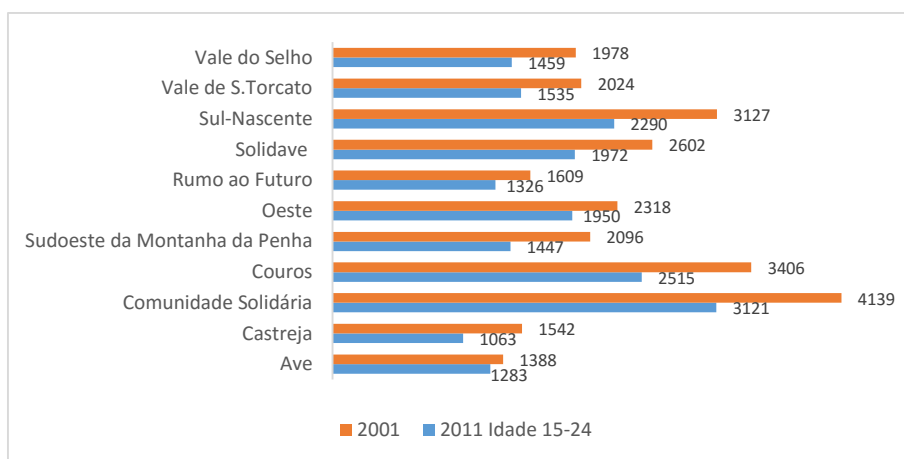
Gráfico 4 – População com idade entre os 0-14 anos por CSIF, Guimarães (N.º)



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

As CSIF Sul-Nascente, Solidave, Sudoeste da Montanha da Penha e Oeste são as que registam maiores perdas na população com idade entre os 0 e 14 anos, assim sendo, verifica-se uma tendência para a diminuição da população nas freguesias das zonas limítrofes do concelho.

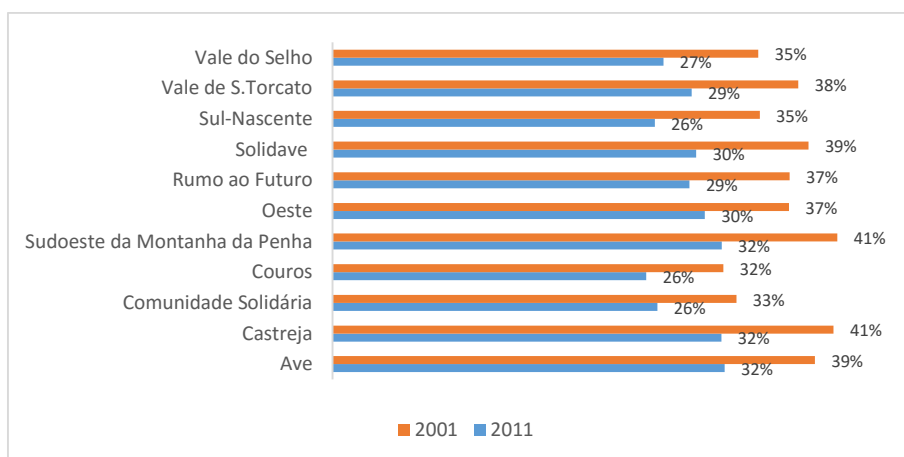
Gráfico 5 - População com idade entre os 15-24 por CSIF, Guimarães (N.º)



Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

As CSIF Comunidade Solidária, Couros, Sul-Nascente, Sudoeste da Montanha da Penha e Solidave registam as perdas mais significativas, no que concerne à população na faixa etária 15-24 anos. Contrariamente ao gráfico anterior, duas das CSIF mencionadas, Comunidade Solidária e Couros, são constituídas por freguesias que fazem parte do centro urbano do Município, sendo as que registam maiores perdas.

Gráfico 6 – População com idade entre os 0-24 anos por CSIF, Guimarães (%)

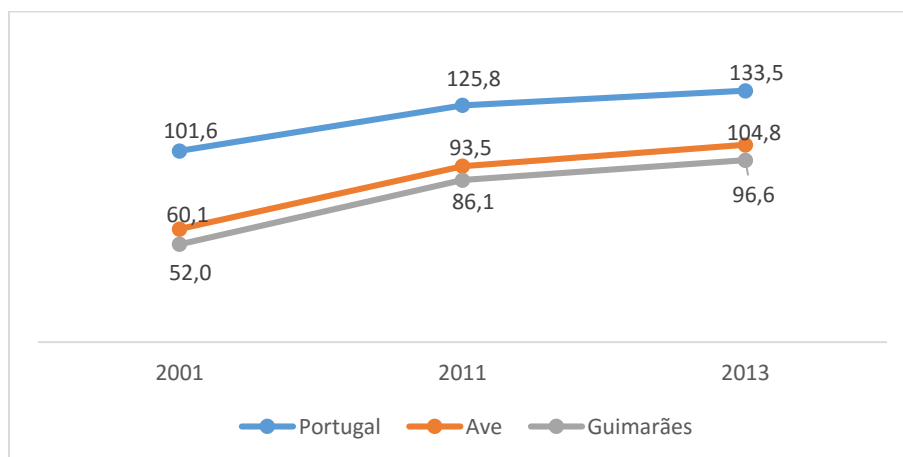


Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Este gráfico permite avaliar a percentagem da população residente que possui idade entre os 0 e 24 anos, em cada uma das CSIF, nos últimos dois Censos da população. Verifica-se, assim, que todas as CSIF sofreram uma perda da população mais jovem, com valores que se situam entre os 7% e 9%. As CSIF de Castreja, Sudoeste da Montanha da Penha, Solidave, Sul-Nascente e S. Torcato registam as maiores diminuições, com uma percentagem de 9%.

Indicadores demográficos

Gráfico 7 – Índice de envelhecimento (%)

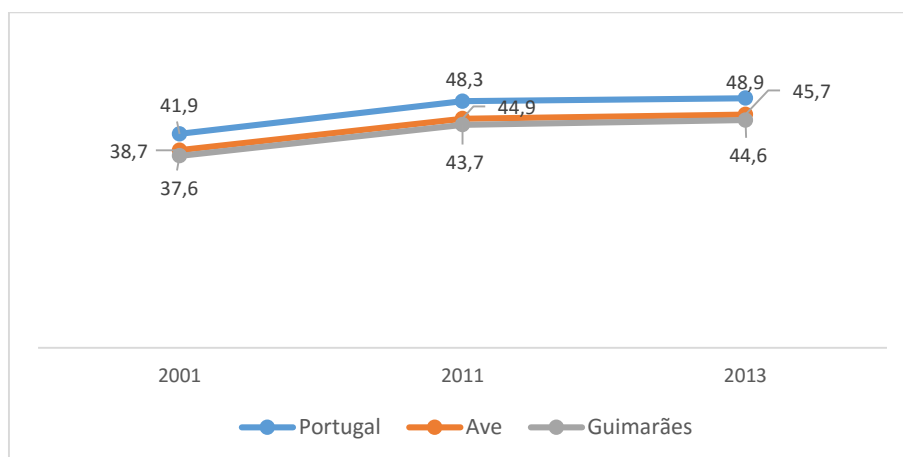


[Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos)]

Fonte: PORDATA, 2014

O envelhecimento da população, verificado na última década, ocorreu de forma generalizada em todo o país. Na NUT do Ave, o índice de envelhecimento passou de 60,1 idosos por cada 100 jovens, em 2001, para 104,8 idosos por cada 100 jovens em 2013. Guimarães não foge a esta tendência apresentando um valor 96,6%, no entanto, mantém-se como um dos municípios do norte constituído por população mais jovem e com um índice de envelhecimento abaixo dos 100.

Gráfico 8 – Índice de longevidade (%)

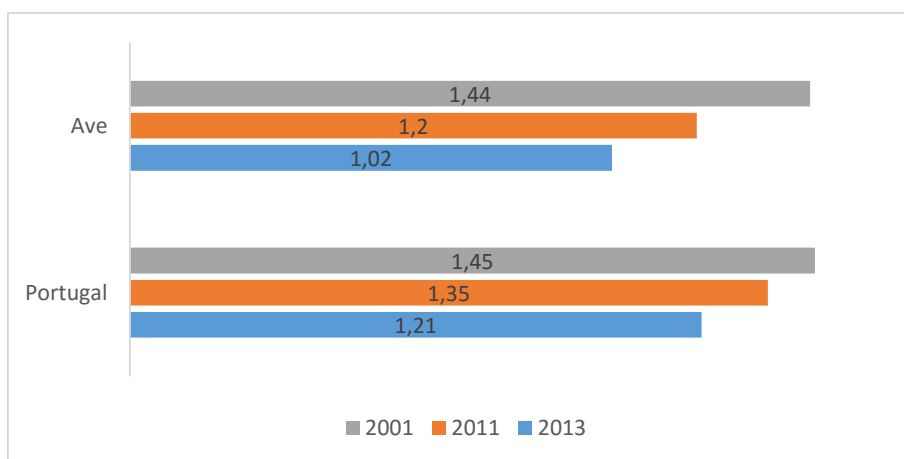


[Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).]

Fonte: PORDATA, 2014

O aumento da longevidade, na última década, contribuiu para o envelhecimento demográfico da população residente em Guimarães, com valores muito próximos dos registados no Ave. A diferença em relação aos valores verificados no país, em 2013, é de 4%.

Gráfico 9 – Índice sintético de fecundidade (N.º)



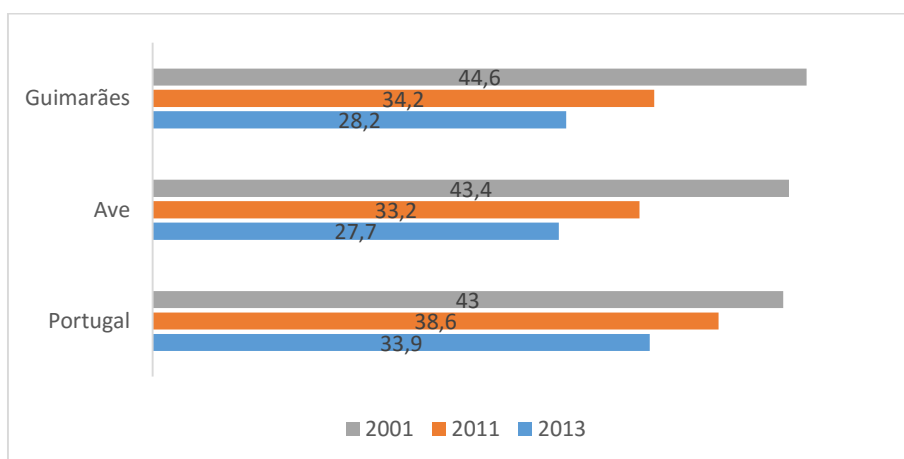
[Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos, 2014

O índice sintético de fecundidade, em Portugal, não atinge o valor mínimo de 2,1, para a substituição das gerações, há mais de 25 anos, tendo este índice, em 2013, sido de 1,21 crianças.

No Ave este valor é ainda mais baixo, 1,02 crianças em 2013, não existindo valores disponíveis pelo INE para o Município.

Gráfico 10 – Taxa de fecundidade geral (%)



[Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres

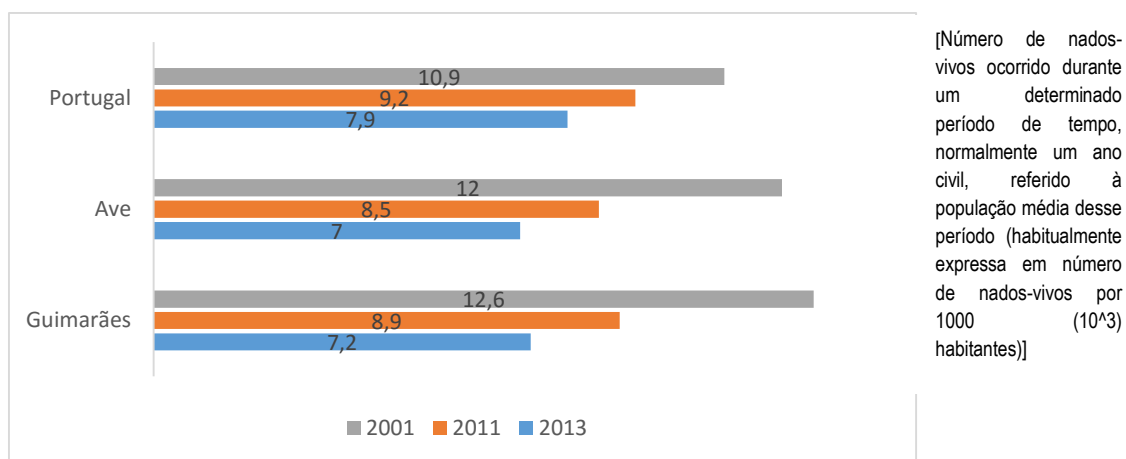
Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos, 2014

A taxa de fecundidade geral, em Portugal, tem vindo a decair ao longo das duas últimas décadas, situando-se em 33,9%, em 2013.

Em Guimarães e no Ave a queda desta taxa é bastante significativa, cerca de 16%, num período temporal de 12 anos.

As médias das idades das mulheres e dos homens, à data do primeiro casamento, têm vindo sistematicamente a aumentar, sendo um dos fatores que influencia grandemente este indicador.

Gráfico 11 – Taxa bruta de natalidade (%)

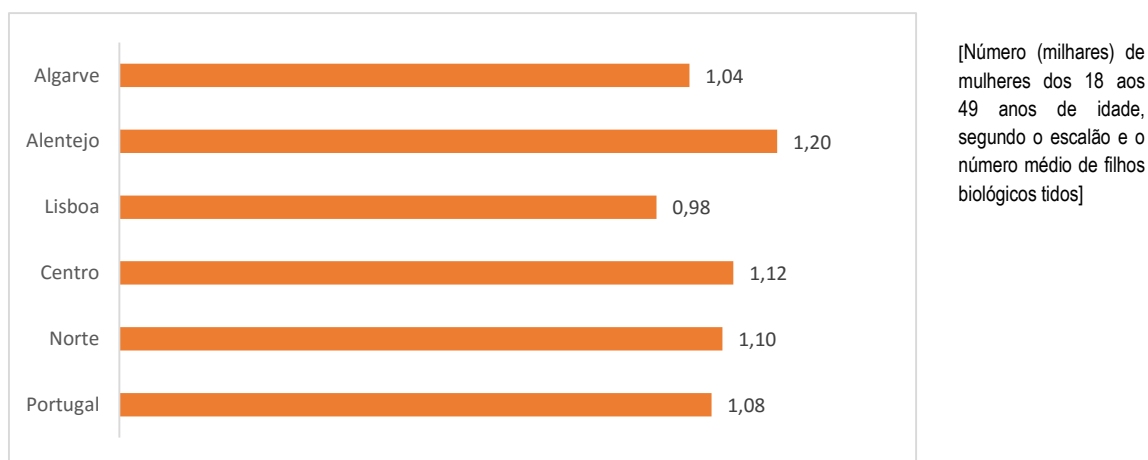


Fonte PORDATA, 2014

A taxa bruta de natalidade nos últimos Censos (2011) situou-se, em Portugal, no valor de 9,2 nados vivos por mil habitantes, o valor mais reduzido de sempre. Dados estimados para 2013 confirmam a tendência decrescente desta taxa que em Guimarães se situa nos 7,2.

O facto de o concelho evidenciar uma estrutura da população mais envelhecida, o aumento da idade média do casamento e da idade da mãe aquando o nascimento do primeiro filho, entre outros fatores, contribuem para esta diminuição.

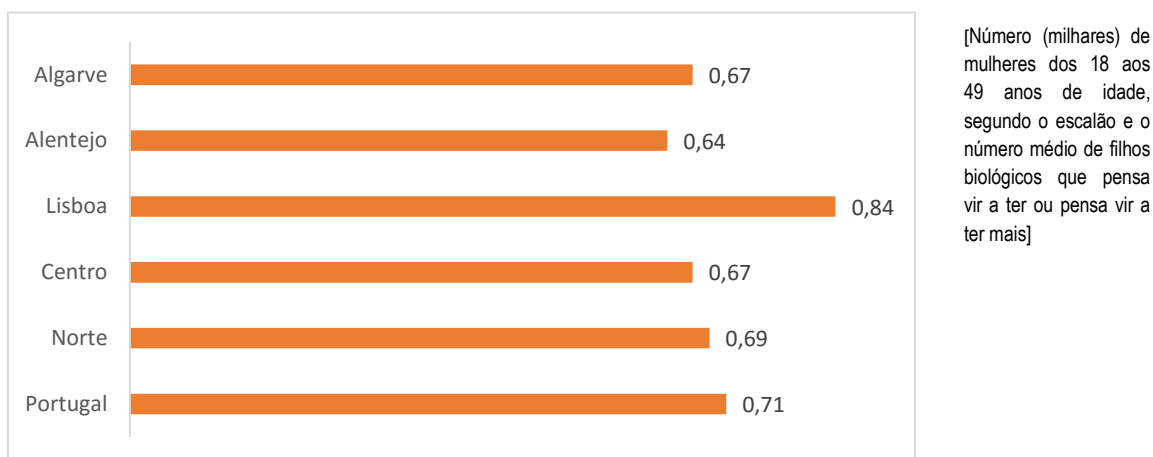
Gráfico 12 – Fecundidade realizada (FR), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013

A fecundidade realizada, que remete para os comportamentos passados e presentes nas diferentes regiões, apresenta valores bastante próximos, estando a região norte com 1,10 muito próximo do valor de Portugal 1,08. Este resultado é inferior ao Índice Sintético de Fecundidade que em valores estimados para 2013, em Portugal, aponta para 1,21.

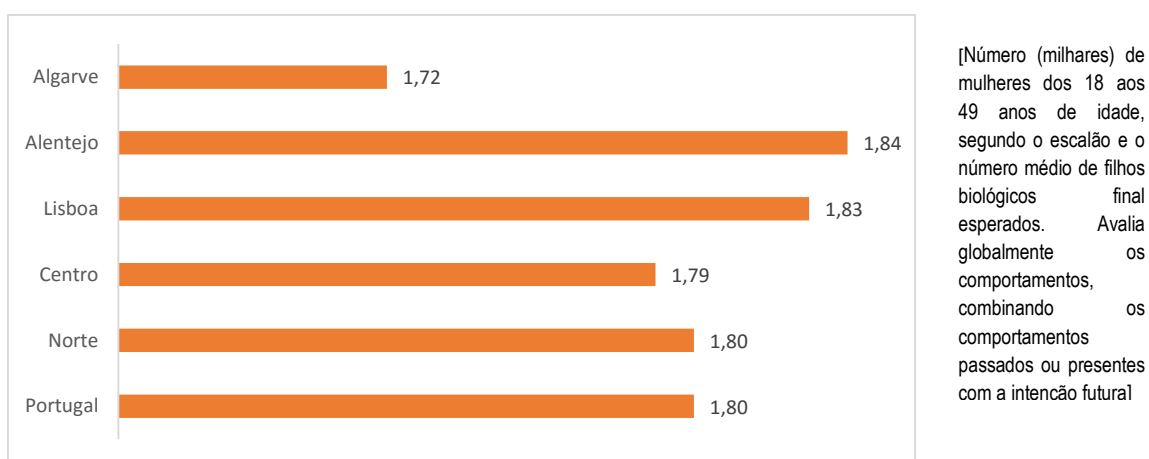
Gráfico 13 – Fecundidade intencional (FI), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013

A fecundidade intencional das mulheres, que permite uma projeção dos projetos futuros das mães, ao nível da fecundidade situa-se, na região norte que contempla o município de Guimarães, nos 0,69, valor ligeiramente abaixo do registado em Portugal de 0,71.

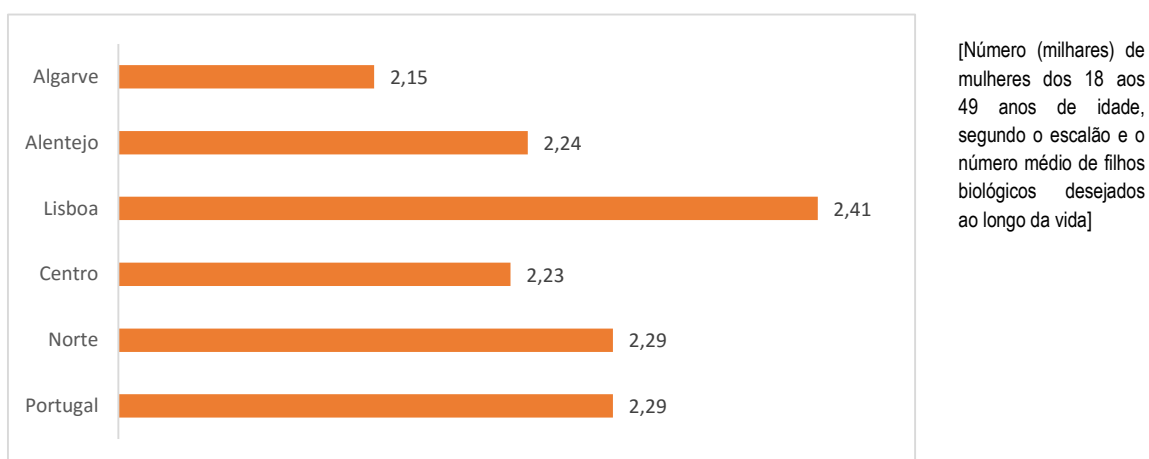
Gráfico 14 – Fecundidade final esperada (FFE), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013

A fecundidade final esperada que conjuga o n.º de filhos tidos com o n.º de filhos que ainda tencionam ter e que permite uma medida global de fecundidade comparável entre gerações, corresponde a 1,80 em Portugal e na região Norte o que permite uma leitura mais otimista no que respeita à fecundidade, uma vez que, são valores que estão muito próximos dos que permitem garantir a renovação das gerações que é 2,1 filhos.

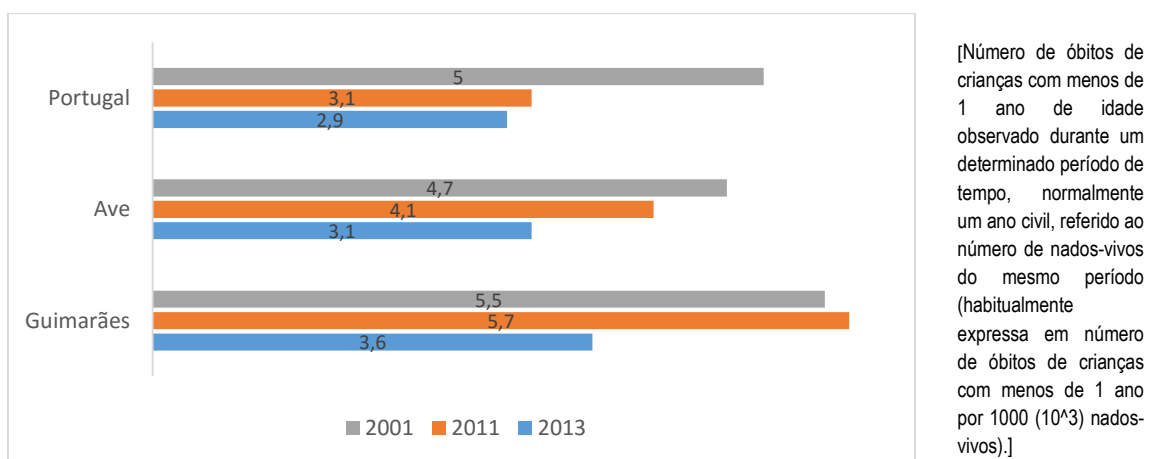
Gráfico 15 – Fecundidade desejada (FD), Portugal e NUTS II 2013 (N.º)



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013

A fecundidade desejada, relacionada com o desejo íntimo de cada pessoa, corresponde a um n.º médio de filhos mais elevado e superior ao valor de referência para substituição de gerações (2,1). As mulheres desejam, em média, na região norte 2,29 filhos valor idêntico ao de Portugal.

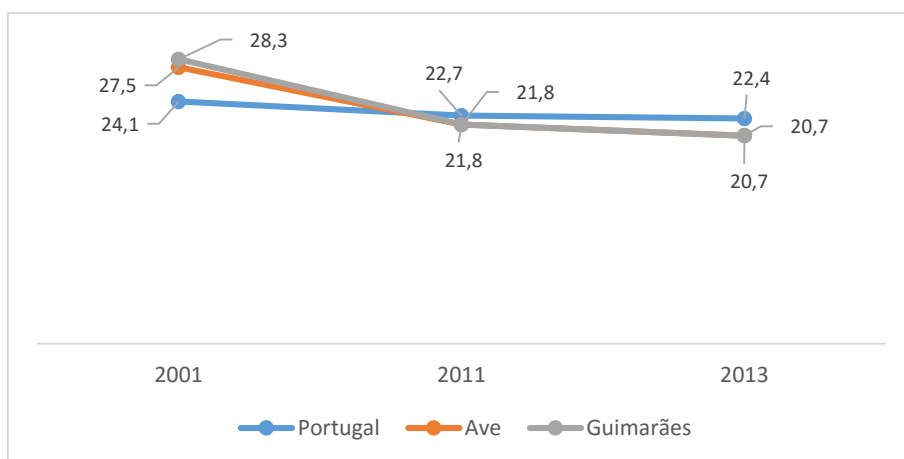
Gráfico 16 – Taxa de mortalidade infantil (%)



Fonte: PORDATA, 2014

Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, em 2013 a taxa de mortalidade infantil foi de 2,9 óbitos por mil nados vivos, em Portugal. Em Guimarães esta taxa apresenta, comparativamente, um valor mais elevado, quer em relação a Portugal, quer ao Ave, 3,6 por mil nados vivos. No entanto, este valor representa um decréscimo relevante, em relação a 2011, ano em que se situava nos 5,7 por mil nados vivos.

Gráfico 17 – Índice de dependência de jovens (%)

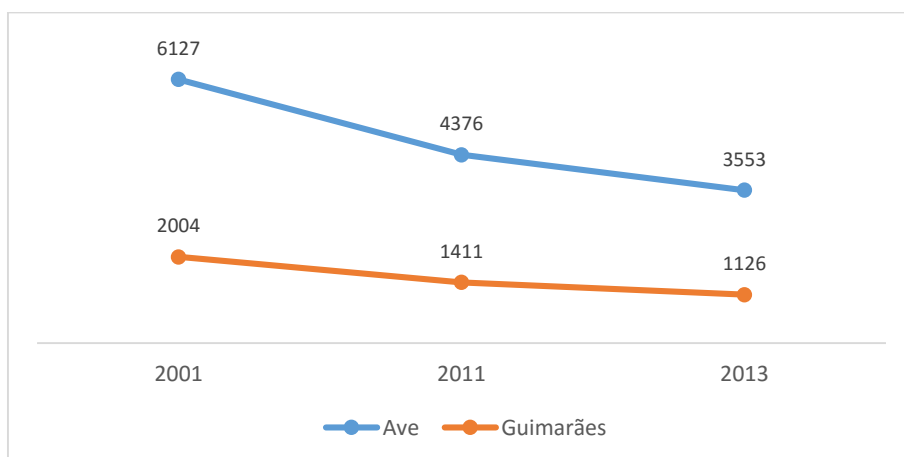


[Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).]

Fonte: PORDATA, 2014

Este índice tem registado uma descida, nos anos assinalados, a qual se prende, em grande medida, com a queda da natalidade e consequente redução da população compreendida entre os 0 e os 14 anos. Guimarães regista a seguinte evolução: 28,3 em 2001, 21,8 em 2011 e 20,7 em 2013.

Gráfico 18 – Nados-vivos por local de residência da mãe (N.º)

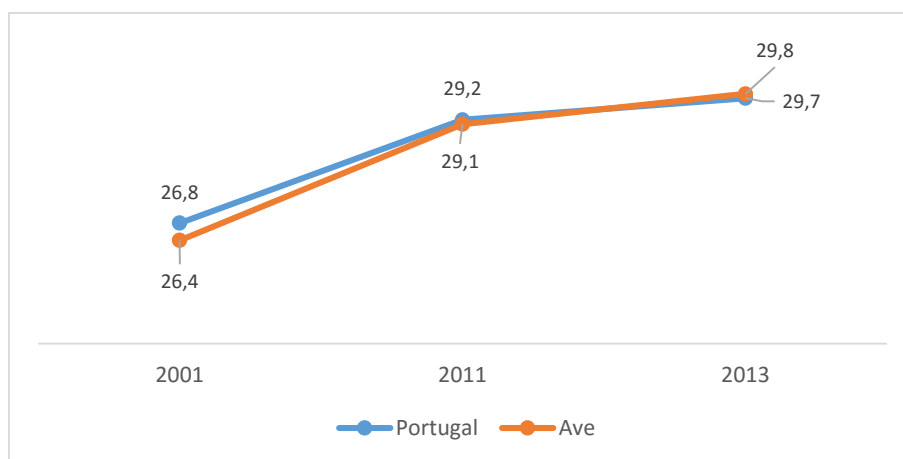


[Os nascimentos vivos, anuais, por local de residência da mãe]

Fonte: INE, 2014

Em 2013 o número de nados vivos de mães residentes em Guimarães foi de 1126, um valor muito reduzido e que representa uma queda de 44% desde o ano 2001. Esta tendência é semelhante à do Ave que regista uma queda de cerca de 42%.

Gráfico 19 – Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (%)

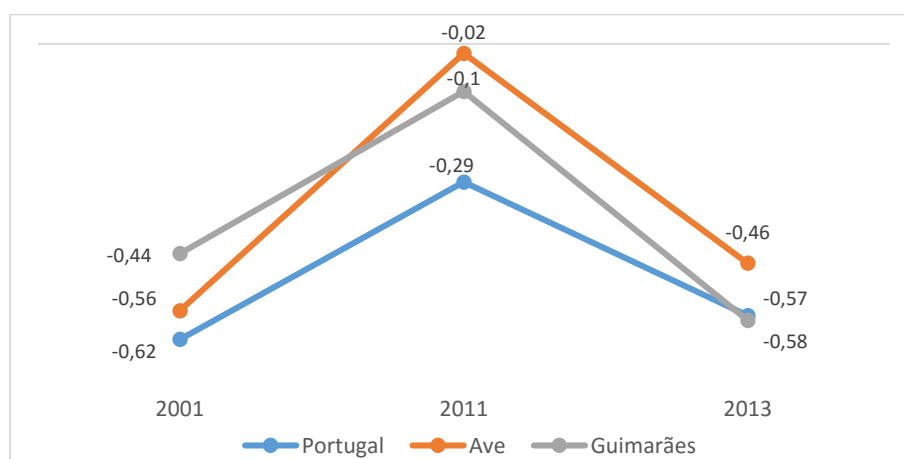


[Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.]

Fonte: INE, 2014

A idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, em 2013, é semelhante em Portugal e no Ave, 29,7 anos e 29,8 respetivamente. Assim, tem-se acentuado a tendência de adiamento da idade para a maternidade que em 2001 se situava nos 26,4 no Ave e 26,8 em Portugal.

Gráfico 20 – Taxa de crescimento efetivo (%)

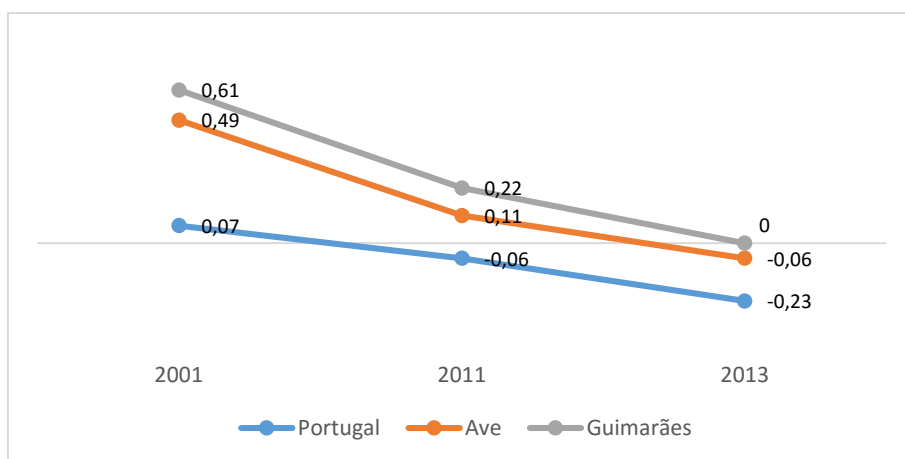


[Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).]

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos, 2014

A taxa de crescimento efetivo em Guimarães situa-se nos -0,58%, próxima da registada em Portugal, significando uma diminuição da população residente, em linha com a tendência da última década. Os fatores apontados para esta diminuição estão relacionados com o perfil descendente da taxa de crescimento natural, como é visível no gráfico seguinte, e os valores reduzidos da taxa migratória.

Gráfico 21 – Taxa de crescimento natural (%)

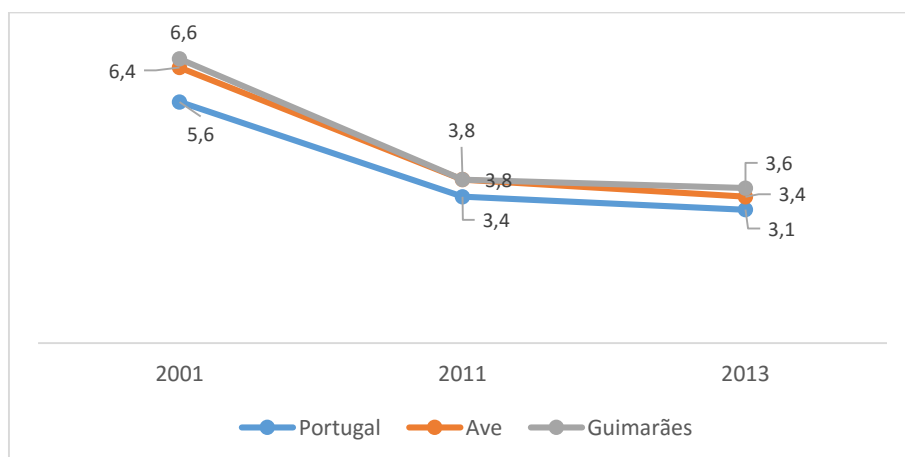


[Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1 000 (10^3) habitantes).]

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos, 2014

A taxa de crescimento natural apresenta um perfil descendente, desde 2001, passando a evoluir negativamente e a uma taxa sucessivamente mais intensa a partir de 2007, sendo que, em 2013, já regista valores negativos, em Portugal e no Ave e em Guimarães situa-se nos 0,00%.

Gráfico 22 – Taxa bruta de nupcialidade (%)

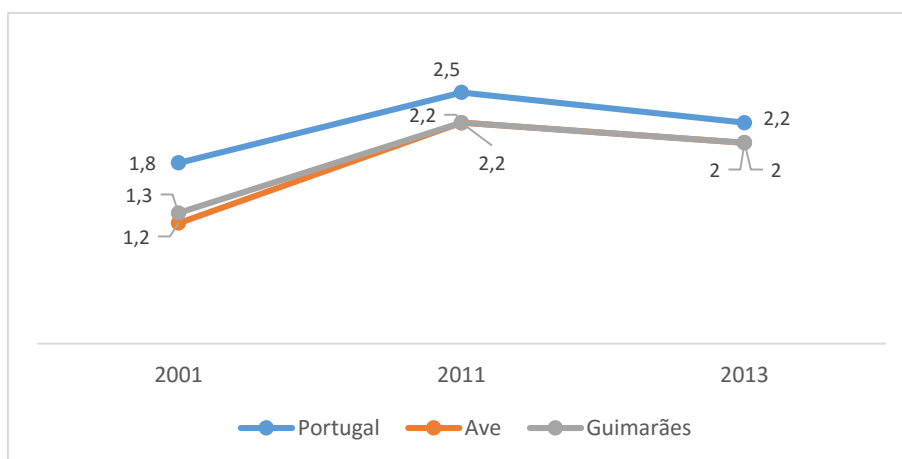


[Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10^3) habitantes).]

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos

O gráfico revela que a nupcialidade está em queda em Portugal, diminuindo em 2,5% a percentagem de casamentos, entre 2001 e 2013. Em Guimarães a queda é ainda maior situando-se nos 3%, ou seja, registando-se menos 3 casamentos, por cada mil habitantes, entre estes dois períodos.

Gráfico 23 – Taxa bruta de divórcio (%)

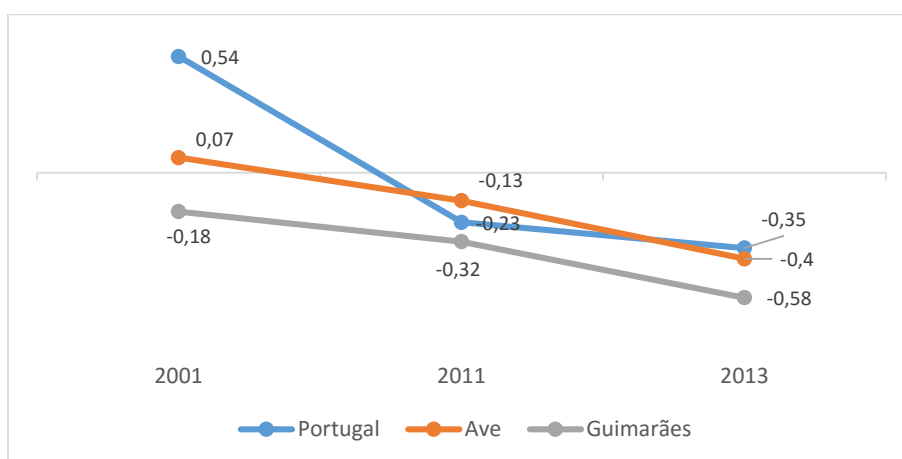


[Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10^3) habitantes)]

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos

A taxa bruta de divórcio em Portugal apresenta um valor de 2,2 divórcios por mil habitantes, valor inferior ao registado em 2011 e superior ao registado em 2001. Guimarães e o Ave, por sua vez, apresentam tendências muito semelhantes, com percentagens idênticas nos anos de 2011 e 2013, 2,2% e 2% respetivamente.

Gráfico 24 – Taxa de crescimento migratório (%)

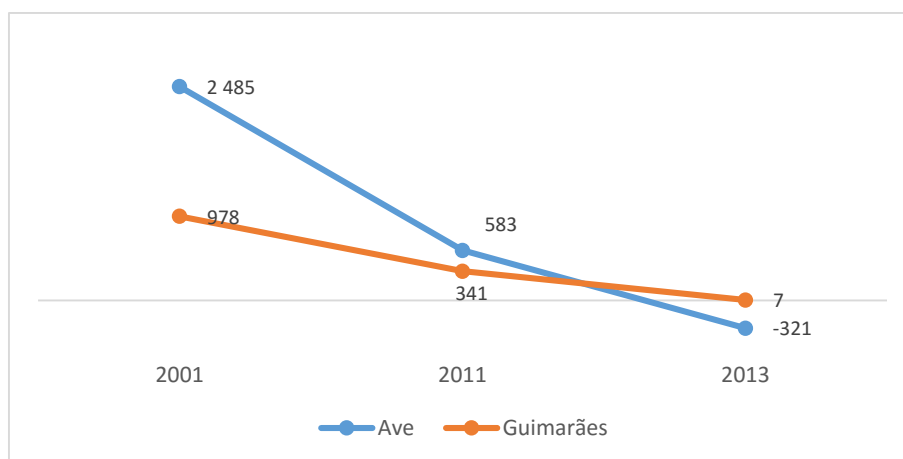


[Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).]

Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos

Em Portugal, no ano de 2013, a taxa de crescimento migratório apresenta um valor negativo (-0,35%). Os territórios do Ave e Guimarães seguem a mesma tendência com valores ainda mais negativos: -0,40 e -0,58 respetivamente. Como já referido anteriormente esta taxa contribui para a diminuição da população residente.

Gráfico 25 – Saldo natural (N.º)

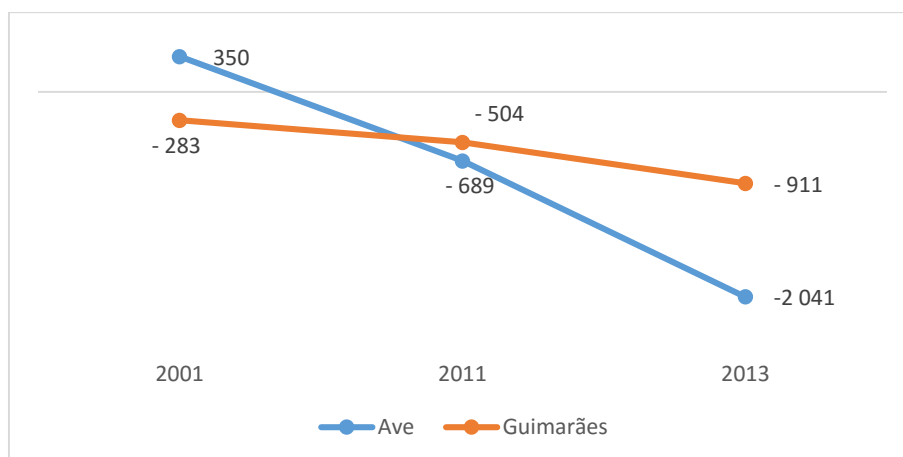


[Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.]

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 2014

O gráfico revela a descida continuada e acentuada do saldo natural, devido à diminuição do número de nascimentos e ao aumento da esperança média de vida. O Ave regista uma queda vertiginosa de 583, em 2011, para -321, em 2013, e Guimarães apresenta uma queda de 341 para 7.

Gráfico 26 – Saldo migratório (N.º)



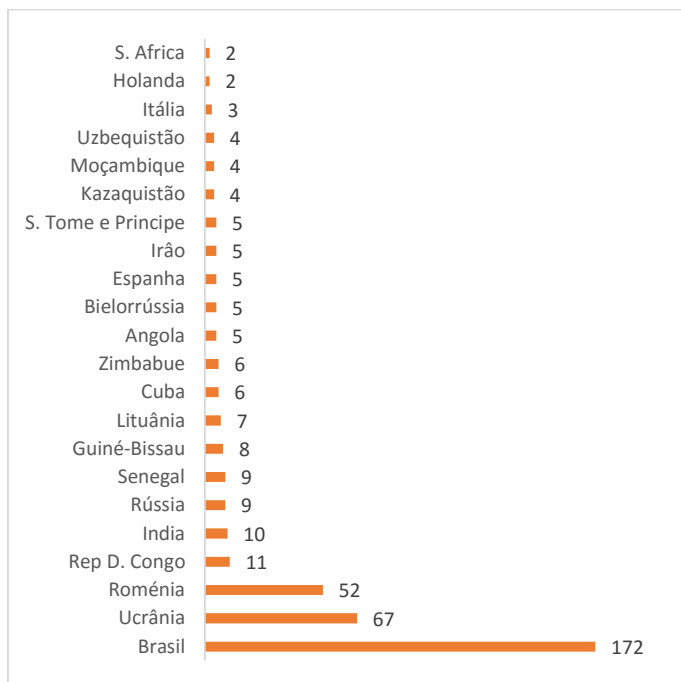
[Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano.]

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 2014

A relação entre a imigração e a emigração resulta no “saldo migratório”. Os valores negativos registados em 2013, no Ave e em Guimarães, indicam que a imigração foi inferior à emigração, ou seja, a região é cada vez menos atraente para os imigrantes e a emigração é uma opção crescente para os que não encontram trabalho.

Caracterização da população migrante

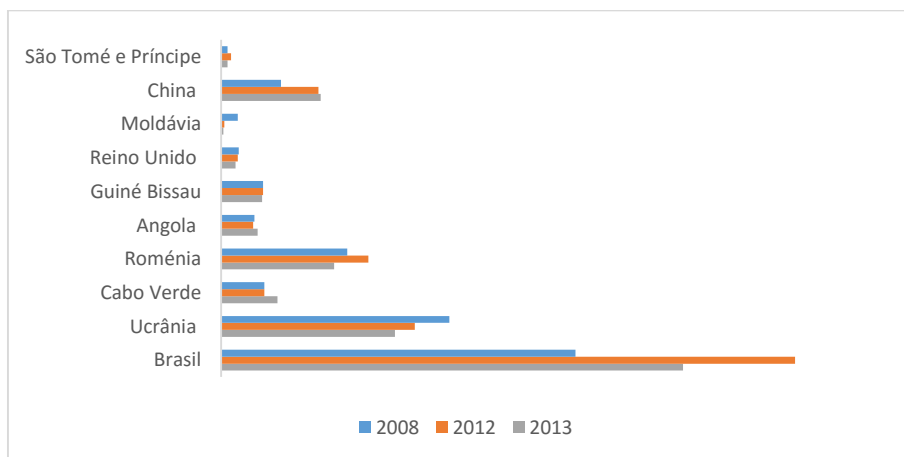
Gráfico 27 – Nacionalidade das pessoas atendidas no GAE e CLAI de Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Unidade de Apoio à População Migrante, 2013

A Câmara Municipal de Guimarães presta apoio à população migrante através de uma Unidade de Apoio e dois gabinetes: o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI). Conforme demonstra o gráfico anterior, as pessoas oriundas do Brasil, Ucrânia e Roménia são as que mais procuram os serviços prestados por estes gabinetes.

Gráfico 28 – Principais nacionalidades da população estrangeira residente em Guimarães, com estatuto legal (N.º)



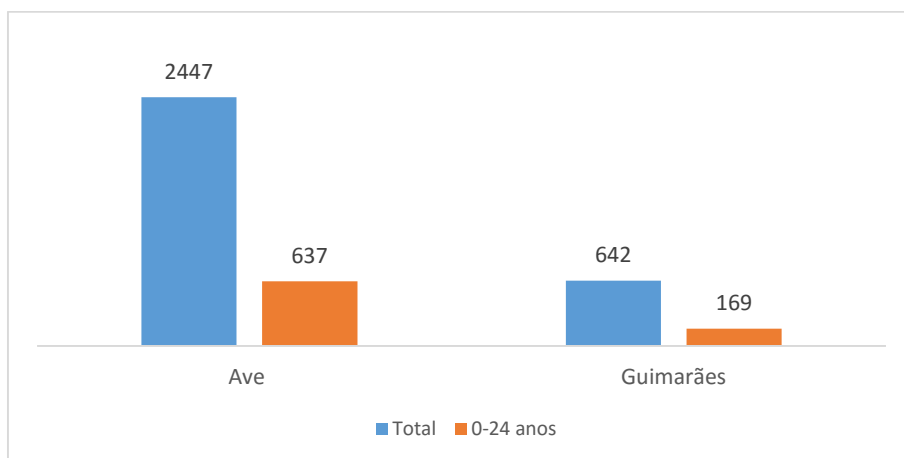
[Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.]

Fonte: PORDATA, 2014

As pessoas oriundas do Brasil, Roménia, Ucrânia e China são, no que respeita à população estrangeira, as que residem em maior número no município. Numa análise comparativa entre anos, o número de cidadãos chineses foi o que mais aumentou entre 2008 e 2013, seguido dos Cabo-Verdianos.

O ano de 2013 regista um decréscimo de população residente estrangeira, da maioria dos países referenciados no gráfico, mormente do Brasil, Ucrânia e Roménia.

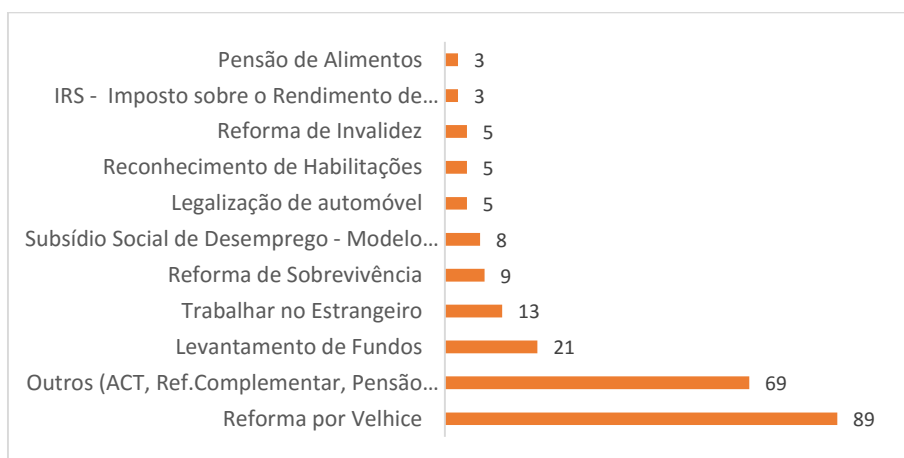
Gráfico 29 – População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 (N.º)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2014

26% da população estrangeira no Ave reside em Guimarães. A proporção de população estrangeira residente entre os 0-24 anos corresponde a 26% do total.

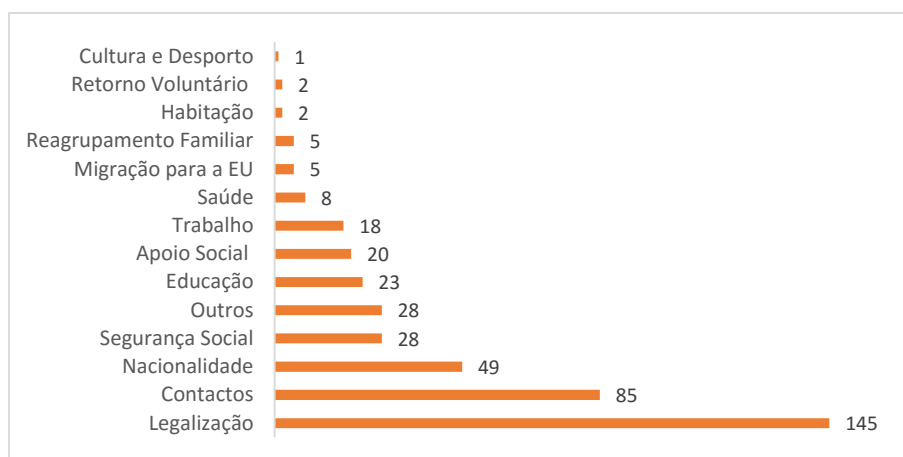
Gráfico 30 – Tipologia de casos do GAE de Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Unidade de Apoio à População Migrante - Gabinetes GAE e CLAII, 2013

Quanto aos principais pedidos de apoio ao Gabinete de Apoio ao Emigrante, conforme revela o gráfico, 68% destes prendem-se com o acesso às prestações sociais da Segurança Social, nomeadamente a reforma por velhice.

Gráfico 31 – Tipologia de casos do CLAII de Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Unidade de Apoio à População Migrante, 2013

O Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), por sua vez, regista o número mais elevado de atendimentos ao nível do apoio à legalização, com 145 casos.

Perspetiva dos atores sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

O conhecimento sobre as dinâmicas populacionais, a organização espacial urbana e rural, as relações entre a população e o seu ambiente, as estratégias para a utilização dos recursos disponíveis, as tendências dos fluxos de mobilidade e migração da população foram alvo do diagnóstico social elaborado e apresentado pela Rede Social de Guimarães, em 2015, aos seus membros.

Os problemas identificados neste contexto pela Rede Social determinaram como uma das áreas de intervenção fundamentais - “O Envelhecimento, porque o aumento crescente do número de pessoas com idade superior a 65 anos, decorrente do aumento da esperança de vida, exige políticas sociais que promovam o envelhecimento em diferentes perspetivas.” (pág. 13)

A Rede definiu, assim, como objetivo a “mobilização da Rede Social para a realização de estudos e levantamentos e para a organização de oferta formativa que promova práticas sustentadas no conhecimento”.

Psicologia Clínica e de Saúde

Processo de Envelhecimento - conhecer as dimensões deste processo e como, face a todas as condicionantes, se pode ter um papel ativo na preparação do processo do envelhecimento e na promoção do envelhecimento ativo.

Deficiência e Envelhecimento - preparar os profissionais e as organizações para o processo de envelhecimento das pessoas com deficiência, fenómeno relativamente recente, que obriga a que as respostas sociais se adequem e se ajustem a esta nova realidade. (pág. 157)

Por outro lado, a “Diminuição da taxa de natalidade” surge como outro dos problemas identificados pela Rede Social.”

“A diminuição da taxa de natalidade, a emigração de jovens, o aumento da esperança média de vida, o aumento do número de idosos, a veiculação da promoção de um envelhecimento ativo, o aumento de doenças do foro mental e das doenças degenerativas, a insuficiência de respostas de apoio às pessoas com deficiência, são, entre outros, problemas que o diagnóstico social apresenta. Sugerem a necessidade do tecido social concelheiro se (re) adaptar a estas novas necessidades, sob pena, se não o fizer, agudizar-se a fraturação social e condicionar a capacidade dos serviços sociais em darem resposta às pretensões dos cidadãos.

A Rede Social de Guimarães considera, assim, importante o desenvolvimento de uma estratégia local para a implementação de novos serviços e equipamentos para responder aos problemas e necessidades identificados. A readaptação de respostas existentes e que apresentam uma procura deficitária ou a requalificação de edifícios desocupados podem ser algumas das possibilidades a trabalhar.” (pág. 171)

Os movimentos migratórios são importantes na dinâmica populacional de um território. A Rede Social identificou como problemas neste domínio: a Necessidade de reavaliação do registo estatístico da população emigrante; a Falta de procura de informação por parte da população que pretende emigrar; Atendimento à população imigrante por parte dos serviços públicos, pouco qualificado e com pouco conhecimento dos seus direitos; Falta de domínio da língua portuguesa por parte da população imigrante.

Definiu assim no seu plano de ação implementar ao nível da Comunicação

Atendimento público a grupos específicos da população - capacitar e qualificar os profissionais dos serviços públicos e privados no atendimento ajustado às necessidades das pessoas com deficiência e imigrantes.

Ao nível do apoio às acessibilidades/transportes o enfoque foi colocado na implementação de medidas que facilitem o acesso das pessoas com deficiência ao espaço público e para acederem aos recursos de saúde.

Por fim, no âmbito do Apoio Habitacional preconiza-se o investimento nas Residências Partilhadas sobretudo como resposta de apoio habitacional a famílias unipessoais a Reabilitação Urbana dos empreendimentos de habitação social municipal, edificado e envolventes; Reabilitação Urbana como forma de Dinamizar o Mercado de Arrendamento Particular

Perspetiva dos informantes-chave

A informante-chave entrevistada no âmbito desta temática foi a Professora Doutora Paula Remoaldo do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Na leitura que fez dos indicadores relativos à população e território salientou sobretudo a perda da população do município resultante, entre outros, da sua incapacidade de fixar a população e a mudança de comportamentos associados à natalidade e nupcialidade, fundados na emancipação da mulher e que esbateram as diferenças que existiam entre o norte e restante país.

“Lembro-me que em 2011, antes do recenseamento geral, fui entrevistada e as estimativas apontavam para um crescimento da população, em Guimarães, entre 2001 e 2011. Pelo que, quando saíram os dados dos Censos, com uma diminuição da população, as pessoas ficaram surpreendidas.

De notar, nos dados que apresentam, que o crescimento natural é de 0%. Durante muito tempo, Guimarães tinha uma taxa de natalidade elevada, mas agora é um dos municípios que mais tem envelhecido, o que é algo surpreendente. Ainda nos anos 90, se não estou em erro, era o segundo município com maior percentagem de jovens e tinha um dos mais baixos índices de envelhecimento de todo o distrito. Neste momento, está com um valor elevadíssimo em termos de número de idosos por cada 100 jovens.

Refira-se que era no crescimento natural que se conseguia um crescimento da população. Dantes, a baixa mortalidade, associada a uma alta natalidade, tornava o crescimento natural muito elevado e era isso que contribuía para o aumento da população – mais do que os movimentos da população.

Os elementos que mais terão contribuído para a descida da população (e o dado mais negativo que encontro é a incapacidade de fixar a população, situação que, mais tarde, pode ser complicada de gerir) foram a crise no têxtil e a emigração, sem esquecer o facto de haver municípios que têm estado a atrair população para ir viver para lá – e, aqui, a influência de Braga é muito importante.

Outro dos indicadores que apresentam e que merece destaque é a taxa de nupcialidade. Este é outro dos indicadores que se associava bastante à Região Norte, e a Guimarães, em termos de valor elevado e que decresceu muito rapidamente. Por volta dos anos 80, ainda éramos dos países com uma das taxas mais altas e, neste momento, estamos numa posição média. São realidades que têm a ver com o município e com comportamentos a nível nacional. Já em termos da taxa de divórcio, há uma ligeira mudança, a nível nacional. Com a crise, o valor da taxa diminuiu. Se se pensa que, muitas vezes, hoje em dia, são as mulheres que pedem o divórcio, estas não o vão pedir estando desempregadas e não tendo autonomia económica. Relativamente à idade média da mãe no nascimento do primeiro filho, não podemos esquecer que antes tínhamos as mulheres a entrar muito cedo no mercado de trabalho, na indústria.

Aliás, recordo-me de, na minha tese de doutoramento, ter visto que Guimarães tinha um grande volume de mulheres a casar entre os 20 e os 24 anos.

Até finais dos anos 80, havia diferenças substantivas à escala regional e mesmo entre os municípios dos vários distritos. Notava-se bem a diferença entre os mais urbanos e os mais rurais. A partir dos anos 90, e neste momento ainda é mais notório, houve uma uniformização dos comportamentos a nível das várias regiões e agora já não há grandes variações.

Aquele contraste entre um conjunto de indicadores relacionados com a tradição, que associávamos ao Norte de Portugal (o stock de nados-vivos, de famílias numerosas, a baixa taxa de divórcios, a mais elevada percentagem de casamentos pela igreja) em comparação ao Sul, praticamente já não existe, está praticamente esbatido.

A meu ver, o valor mais relevante, relativamente a Guimarães, é o baixo número de filhos por mulher e a muito baixa taxa de natalidade. A religião já não é fulcral, neste aspeto. As pessoas estão cada vez mais centradas em si próprias e na vivência do casal (...)

Para além da análise dos diferentes indicadores demográficos salientou a reduzida participação e autonomia que observa nos estudantes universitários

Perspetiva das crianças e jovens

Opinião sobre rede de transportes

Acordo muito cedo para ir para a Escola. Os autocarros de Calvos e Gémeos andam muitas vezes lotados. Levanto-me às 7:25 para apanhar autocarro e espero meia hora até início das aulas. (Diogo, 13 anos)

As bicicletas deviam poder andar nos autocarros. (Tânia, 14 anos)

Devia ser criada via especial para as pessoas com deficiência que andam de cadeira de rodas. (Duarte, 11 anos)

O passe da escola devia valer durante férias de verão. No secundário em que se tem mais gastos tem que se pagar o passe. Devia haver mais apoios (Catarina, 15 anos)

Melhorar a qualidade das estradas, e tapar buracos. (Duarte, 11 anos)

Criar condições nos autocarros para que as pessoas pudessem levar as bicicletas. (Inês, 15 anos)

Há freguesias com poucos horários de transporte. Tenho que esperar muito tempo (Marcelo, 11 anos)

Devia haver vias próprias para bicicletas. (Bruno, 13 anos)

Criar rede de transporte escolar das escolas do concelho. Levar crianças mesmo a casa como fazem noutros países. (Diogo, 21 anos)

Deviam ter um passe que em alguns dias ou horas lhes permitisse ir à cidade. (Inês, 15 anos)

Opiniões sobre a população

Antigamente os pais tinham muitos filhos para estes ajudarem economicamente e por isso iam trabalhar cedo. (Ruben, 14 anos)

Gerar oportunidades que consigam fixar a população jovem. (Sara, 20 anos)

O envelhecimento da população é um problema que tem de se resolver através do incentivo à natalidade e de tentar perceber porque existe este problema. (Diogo, 21 anos)

As crianças que são filhos únicos sofrem mais, dantes havia famílias numerosas e enfrentavam as coisas no seio familiar. (Margarida, 19 anos)

Os pais subestimam os filhos e são demasiado protetores. (Sara, 20 anos)

O problema é a pouca natalidade, 1 ou 2 filhos e depois vai ter que ter muitas coisas e ser demasiado protegido. (Margarida, 19 anos)

Guimarães é um bom sítio para se viver. (Margarida, 19 anos)

Em Síntese...

O Município de Guimarães sofreu profundas transformações no decurso das duas últimas décadas no que respeita aos seus principais dados demográficos. Sendo um município com uma população jovem (na região mais jovem do país), viu ocorrer um rápido envelhecimento, de tal modo que todos os seus indicadores o colocam (ou a subregião em que se encontra) abaixo da média nacional: no índice sintético de fertilidade, na taxa de natalidade, na taxa de fecundidade. Em alguns desses indicadores (nomeadamente no que respeita ao índice sintético de fertilidade), o município de Guimarães encontra-se mais próximo das regiões deprimidas do interior em processo de despovoamento, do que das zonas industrializadas do litoral. A inversão de tendência demográfica é reconhecida pela Rede Social, pela informante-chave e também pelas crianças e jovens. Enquanto as primeiras relacionam esta quebra demográfica com fenómenos sociais e económicos, especialmente a crise da indústria têxtil com consequente desemprego e emigração, as crianças consideram o fenómeno mais genericamente no interior das decisões de natureza familiar e nas exigências de educação e cuidado dos filhos. Estas atribuições causais são diferentes mas não antagónicas: às explicações socio-económicas, aqui como noutros aspetos do diagnóstico, as crianças contrapõem explicações comportamentais. A diferença de

diagnóstico não é despicienda, se considerarmos as consequências no domínio da intervenção com crianças face aos problemas detetados (designadamente no que respeita à construção de fatores motivacionais e de mobilização para objetivos comuns).

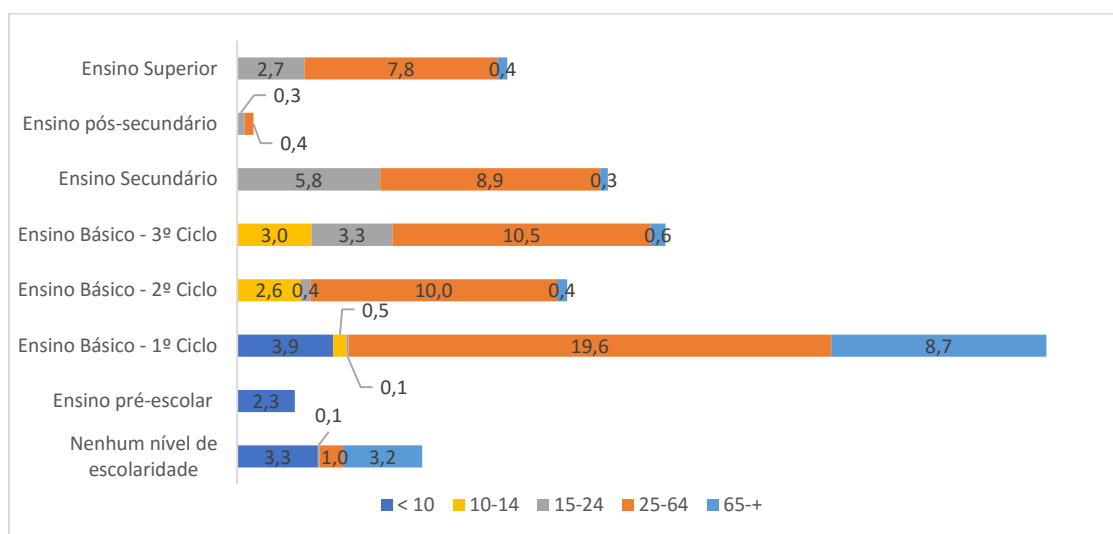
Relativamente ao território, na ausência de outros indicadores porventura relevantes, importa sublinhar a importância que assumem as questões ambientais e de mobilidade urbana e periurbana nos depoimentos das crianças e jovens, questões estas que são também comuns á rede social.

Educação

O município de Guimarães possui instituições que integram a totalidade dos níveis de escolaridade contemplados no sistema educativo português, da educação pré-escolar ao ensino superior. Os indicadores de frequência e de sucesso educativo são apresentados nos quadros e gráficos seguintes.

Caracterização da população residente de acordo com o nível de ensino

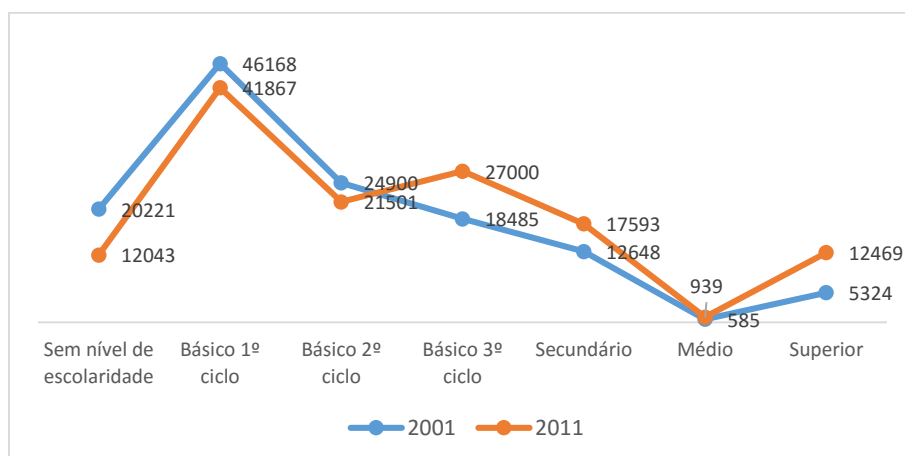
Gráfico 32 – População residente, segundo o grupo etário e por nível de escolaridade, Guimarães, 2011 (%)



Fonte: INE Censos 2011

Cerca de 33% da população residente em Guimarães possuía, de acordo com os Censos de 2011, escolaridade equivalente ao 1.º ciclo do ensino básico, com especial incidência no grupo etário 25-64 anos que regista 19,6%. Seguem-se os detentores do 2.º e 3.º ciclo que perfazem 30,7% , concentrando-se novamente no grupo etário 25-64 anos. 15% da população possui o nível secundário e 11% o nível superior. O grupo etário 65+ regista as maiores percentagens nos níveis de ensino inferiores.

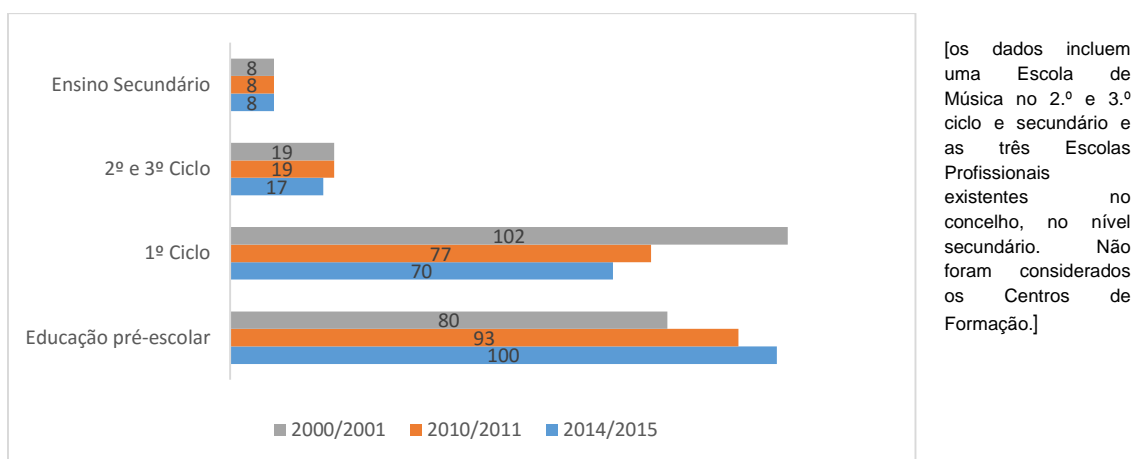
Gráfico 33 – População residente em Guimarães, com 15 e mais anos, por nível de escolaridade completo mais elevado (N.º)



Traçando uma comparação entre os Censos de 2001 e 2011, importa destacar positivamente a diminuição do número de pessoas sem nível de escolaridade ou com apenas o 1.º ou 2.º ciclo e o aumento expressivo de 8515 pessoas que possuem agora o 3.º ciclo. Registam-se, também, aumentos no nível secundário e de forma mais visível no nível superior, com aumento de 7145 pessoas com este nível de escolaridade.

Caracterização geral do sistema de educação e ensino

Gráfico 34 – Estabelecimentos públicos e privados de educação em Guimarães, 2014 (N.º)



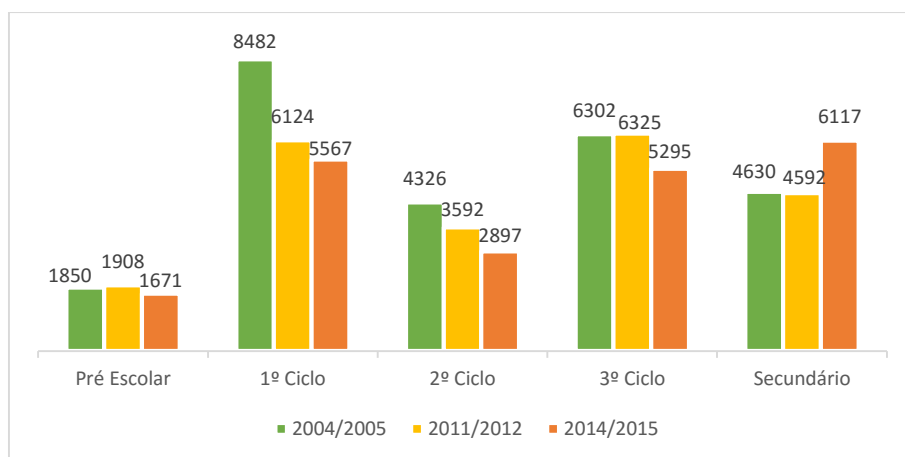
Fonte: Escolas do Concelho de Guimarães, Escolas Profissionais, Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2014 | Anuário Estatístico da Região Norte de 2001 e de 2011

O sistema de educação e ensino no Concelho de Guimarães está suportado, do ponto de vista de estruturas físicas, por escolas públicas e privadas. Algumas desenvolvem a sua atividade num só ciclo de estudos, outras agregam vários ciclos, incluindo o pré-escolar.

A rede é constituída 14 Agrupamentos de Escolas, 100 estabelecimentos de educação pré-escolar, de natureza pública e privada (Rede de Solidariedade Social e Outros), 70 estabelecimentos com oferta ao nível do 1.º ciclo de ensino básico, 17 escolas com oferta de 2º e 3º ciclo e 8 de nível Secundário (incluindo as Escolas Profissionais e 1 Escola de Música).

Importa referir que a oferta desta rede inclui os cursos profissionais, cursos vocacionais, cursos PIEF, cursos de educação e formação de jovens, secundário recorrente e ensino vocacional de música.

Gráfico 35 – Alunos matriculados por nível de ensino nos estabelecimentos de ensino público, Guimarães (N.º)

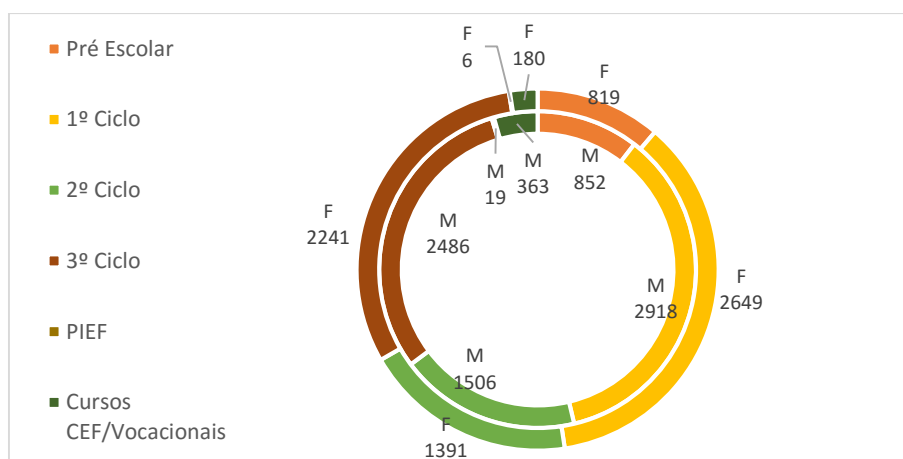


Fonte: INE, I.O. Anuário Estatístico da Região Norte 2005 e 2012; Escolas do Concelho de Guimarães, 2014

O gráfico evidencia uma redução dos alunos no ensino pré-escolar público, no entanto, importa salientar que grande parte dos alunos estão integrados, neste nível, no setor privado onde o número de respostas existentes é bastante elevado. Nomeadamente, em 2011/2012, estavam integrados 1908 alunos no setor público e 2180 no setor privado.

No 1.º e 2.º ciclo diminuiu significativamente o número de alunos integrados, sendo menos expressiva a diminuição no 3.º ciclo. O ensino secundário foge a esta tendência com um aumento do número de alunos integrados.

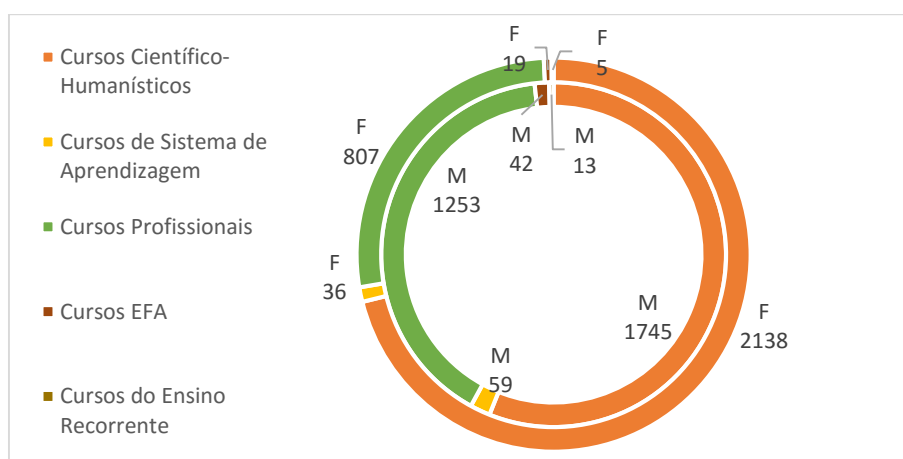
Gráfico 36 – Alunos matriculados no ensino básico público, ano letivo 2014/2015, segundo o género e grau de ensino, Guimarães (N.º)



Fonte: Agrupamentos de Escolas do Concelho de Guimarães, 2014

Encontram-se inscritos nos estabelecimentos de ensino público em Guimarães, até ao 9.º ano, 15430 alunos, 8144 do género masculino e 7286 do feminino. Perfazendo uma percentagem de cerca de 72% do total de matriculados.

Gráfico 37 – Alunos matriculados no ensino secundário público, ano letivo 2014/2015, segundo o género e grau de ensino, Guimarães (N.º)

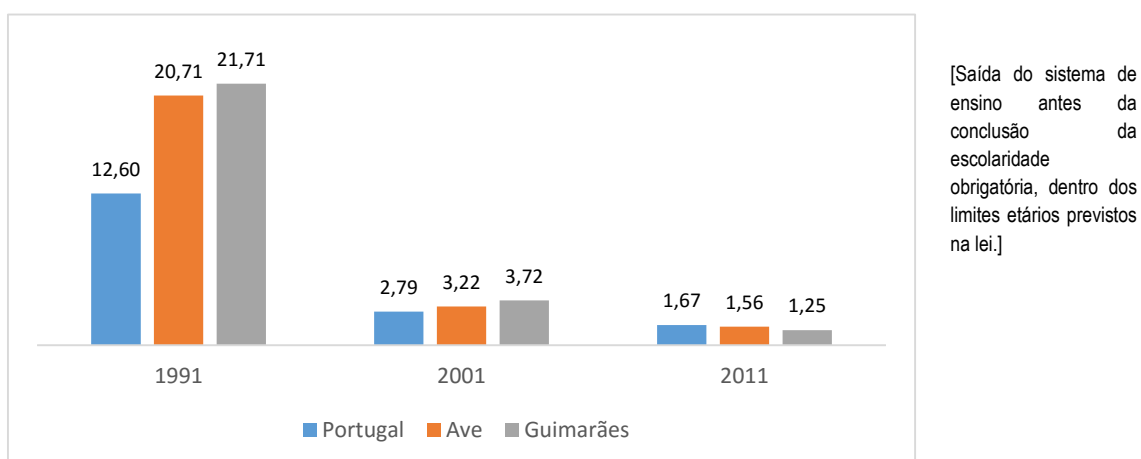


Fonte: Agrupamentos de Escolas do Concelho de Guimarães, 2014

Cerca de 28% do total de matriculados encontram-se a frequentar o ensino secundário, 3112 pertencentes ao género masculino e 3005 ao feminino, num total de 6117.

Existe uma discrepância significativa entre géneros, no que respeita à frequência dos cursos científico-humanísticos, com maior prevalência dos alunos do género feminino, com uma diferença de 393. Em sentido oposto, nos cursos profissionais o género masculino está mais representado, com uma diferença entre géneros de 446 alunos.

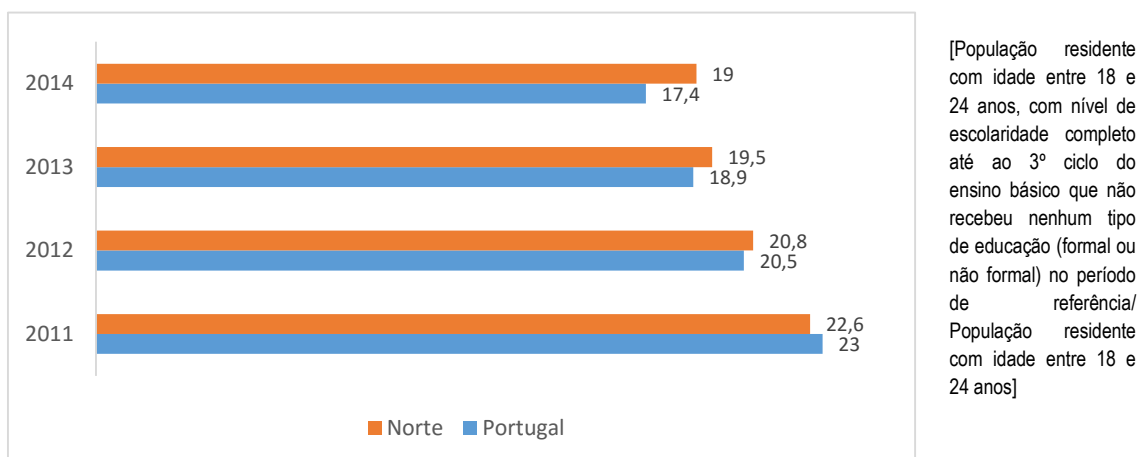
Gráfico 38 – Taxa de abandono escolar por local de residência (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2014

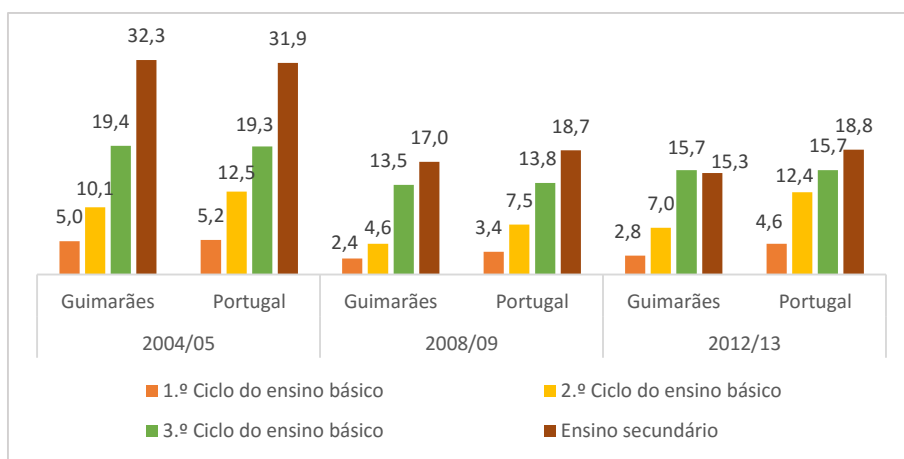
A taxa de abandono escolar tem diminuído significativamente nas últimas três décadas, sendo que, em 2011 Guimarães consegue ter uma média mais favorável que a média nacional, com menor percentagem de alunos que abandonam o sistema de ensino sem concluir a escolaridade obrigatória. Este indicador positivo socorre pela primeira vez no início desta década. Anteriormente, a taxa de abandono escolar em Guimarães foi sempre superior à taxa nacional.

Gráfico 39 – Taxa de abandono precoce de educação e formação por local de residência (%)



O "Abandono precoce de educação e formação" é um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020. Não existem dados disponíveis para o município contudo é possível aferir que a partir de 2011 a região Norte reverte a sua posição que era ligeiramente mais favorável que a do país, e começa a apresentar taxas de abandono mais elevadas. 2014, apesar de ainda em valores provisórios, mostra uma percentagem de 19%, superior à do país, mas inferior à registada nos três anos anteriores.

Gráfico 40 – Taxas de retenção e desistência (%)



[Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo)*100]

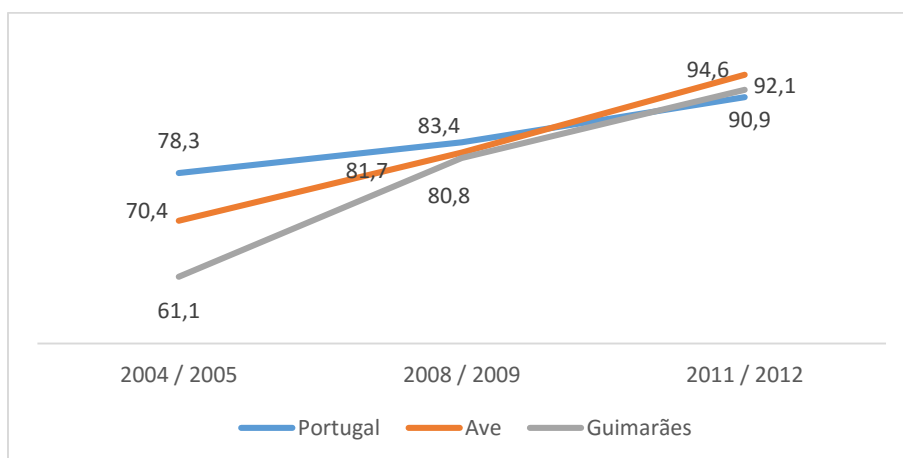
Fonte: DGEEC, 2014

As taxas de retenção e desistência registam tendências e valores discrepantes, de acordo com os diferentes níveis. No 1.º ciclo e 2.º ciclo houve um decréscimo significativo entre os anos letivos de 2004/05 e 2008/09, voltando a aumentar 0,4 p.p. e 2,4 p.p., respetivamente, em 2012/13. Importa referir que analisando comparativamente com o país, nos três anos representados, Guimarões revela indicadores mais positivos, no que concerne às taxas de retenção e desistência.

Quanto ao 3.º ciclo este também regista uma diminuição entre os anos de 2004/05 e 2008/09 de 5,9 p.p., aumentando em 2012/13 para valores idênticos a nível nacional e concelhio, 15,7%.

O nível secundário, por sua vez, regista valores bastante elevados ao nível de reprovações e desistências em comparação com os restantes níveis. Não obstante, tem mantido a tendência de diminuição, perdendo, 17 p.p. entre os anos de 2004/05 e 2012/13.

Gráfico 41 – Taxa bruta de pré-escolarização (%)

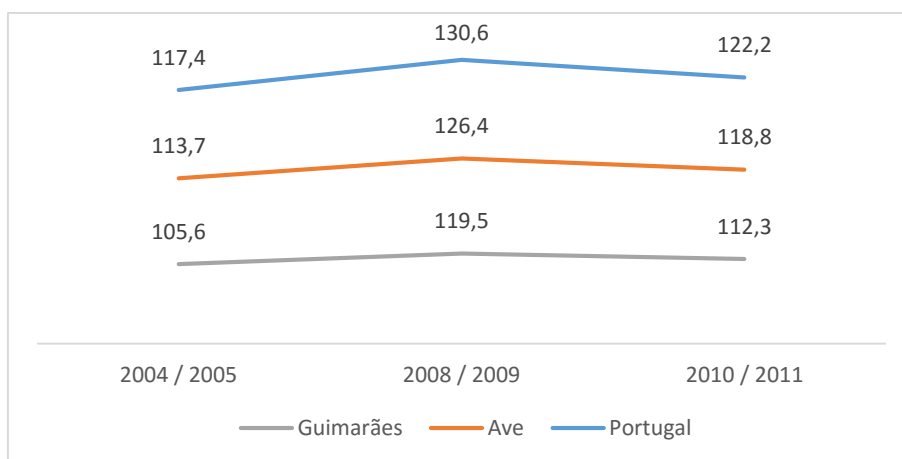


[Proporção de Crianças inscritas na educação pré-escolar, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino (idade entre 3 a 5 anos)*100]

Fonte: INE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2014

A taxa bruta de pré-escolarização, que traduz a proporção de crianças matriculadas na educação pré-escolar face à população residente entre os 3 e 5 anos de idade, situa-se no ano letivo de 2011/2012, em Guimarões, nos 92,1%. Este valor representa uma melhoria de 31,0 p.p face ao ano letivo de 2004/2005 e situa-se acima do valor nacional.

Gráfico 42 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)

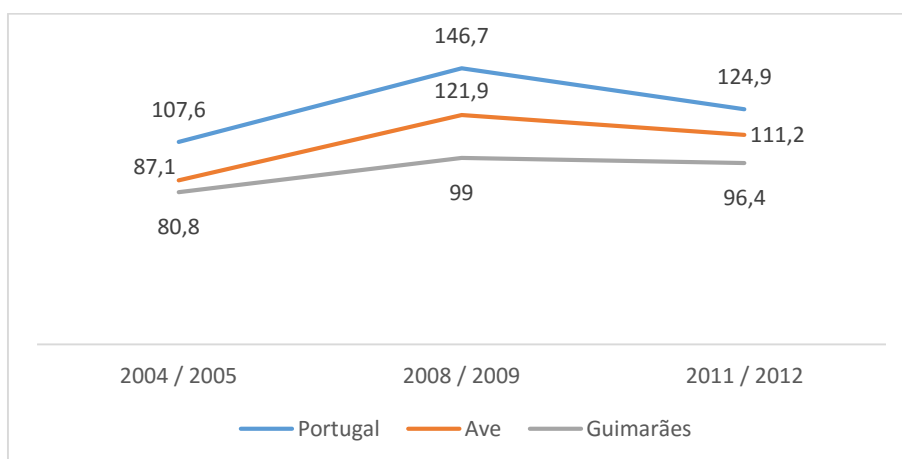


[Proporção de alunos inscritos no ensino básico, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino (idade entre 6 a 14 anos).]

Fonte: INE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2014

A taxa bruta de escolarização no ensino básico, que traduz a proporção de crianças matriculadas no ensino básico face à população residente entre os 6 e 10 anos de idade, apresenta o valor de 112,3% no ano letivo de 2010/2011 e que está ligeiramente abaixo dos valores nacionais e do Ave.

Gráfico 43 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)

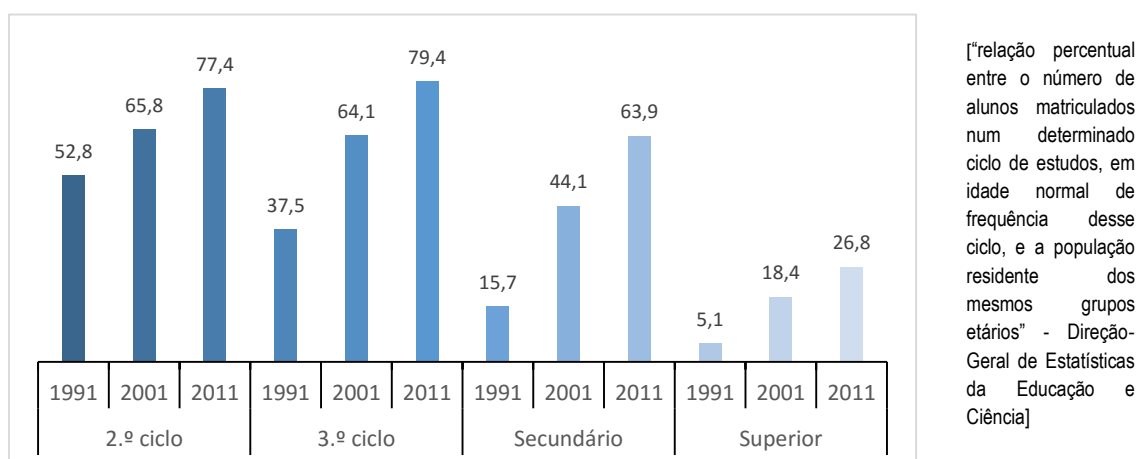


[Proporção de alunos inscritos no ensino secundário, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino (idade entre 15 a 17 anos).]

Fonte: INE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2014

A taxa bruta de escolarização no ensino secundário, que traduz a proporção de crianças matriculadas no ensino secundário face à população residente entre os 15 e 17 anos de idade, encontra-se nos 96,4% no ano letivo de 2011/2012. Este está abaixo do registado em Portugal e no Ave não obstante registar um aumento de 15,6 p.p. face a 2004/2005.

Gráfico 44 – Taxa real de escolarização segundo o nível de ensino, Ave, 1991, 2001, 2011 (%)



Fonte: INE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2014

Para o grupo de 10-11 anos o nível correspondente é o 2º ciclo, para o grupo de 12-14 anos o 3º ciclo, para o grupo de 15-17 anos o ensino secundário e para o grupo de 18-23 anos o nível superior. O gráfico revela, sobretudo nos níveis básico e secundário, um acréscimo significativo do número de alunos que passou de valores próximos ou abaixo dos 50% para valores que rondam os 70%. Já no nível superior verifica-se um aumento, entre 1991 e 2011, de cerca de 22% de alunos matriculados o que já nos aproximou de alguns países da União Europeia mas que ainda não permitiu alterar o quadro de uma população ativa com uma proporção de licenciados muito baixa.

Tabela 2 – Taxas de modernização tecnológica em Portugal (PT) e Guimarães (GMR) (%)

Modernização Tecnológica	2010/2011		2011/2012		2012/2013	
	PT	GMR	PT	GMR	PT	GMR
Rácio aluno/computador (total)	2,0	1,9	3,1	3,1	3,0	3,1
1.º Ciclo do ensino básico	1,0	1,0	2,6	2,6	4,3	4,9
2.º Ciclo do ensino básico	3,6	3,4	3,4	3,0	2,7	2,4
3.º Ciclo do ensino básico	3,5	3,4	3,3	3,0	2,6	2,4
Ensino secundário	3,3	4,2	3,2	4,1	2,5	3,6
Rácio aluno/computador com Internet (total)	2,2	2,1	3,6	3,5	3,5	3,9
1.º Ciclo do ensino básico	1,1	1,0	2,9	3,0	5,3	6,7
2.º Ciclo do ensino básico	4,5	4,0	4,3	3,6	3,3	2,8
3.º Ciclo do ensino básico	4,3	4,0	4,1	3,5	3,1	2,8
Ensino secundário	3,9	4,7	3,8	4,7	2,9	4,8

Fonte: DGEEC e PORDATA, 2014

O rácio aluno/computador e rácio aluno/computador com internet diminuiu, de 2010 para 2013, no 2.º e 3.º ciclo e no secundário. Contraria esta tendência o 1.º ciclo que regista um aumento nos dois indicadores. Comparando a realidade concelhia com a do país, importa destacar o valor mais elevado do número de alunos do secundário com computador e acesso à internet.

Perspetiva dos atores Sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

A realidade educacional do concelho de Guimarães merece do Conselho Local de Ação Social um diagnóstico realizado a nível municipal e para cada um dos territórios das comissões interfreguesias da rede social que enfatizam como linhas estratégicas o

reforço da formação básica para a população adulta e a intervenção educativa para públicos especiais (jovens com necessidades especiais e imigrantes).

“Educação/Formação

Formação em Competências Básicas com Certificação 4º ano - os muito baixos níveis de escolaridade da população em situação de pobreza e exclusão social, requerem o desenvolvimento de programas de formação em competências básicas que permitam às pessoas sem escolaridade, aceder ao 4º ano de escolaridade e, consequentemente, ter a possibilidade de prosseguir estudos.

Oferta Educativa de nível Secundário para os Jovens com Necessidades Educativas Especiais - a abertura recente do nível secundário aos jovens com necessidades educativas especiais requer que as escolas se organizem e reformulem as suas ofertas para que estes jovens encontrem respostas formativas motivadoras e adaptadas às suas necessidades.

Cursos de Educação Formação para Jovens com Necessidades Educativas Especiais - torna-se necessário prever a oferta de cursos de educação formação adaptados às suas necessidades e que desenvolvam competências pessoais e sociais para a vida.

Língua Portuguesa para Imigrantes - desenvolvimento de programas de formação, como meio de facilitar a sua integração na sociedade e no mercado de trabalho, gerando maior igualdade de oportunidades.

Acesso às Unidades de Multideficiência e de Autismo nas interrupções letivas e no mês de Julho - as crianças e jovens que frequentam estas unidades só acedem a estes recursos durante os períodos letivos, ficando sem qualquer tipo de resposta nas férias, obrigando, quase sempre, os pais ou os seus responsáveis, a abandonar o posto de trabalho, e fragilizando, ainda mais, a sua situação social e económica. Importa, assim, prever o transporte destas crianças e jovens durante as pausas letivas.” Rede Social de Guimarães. Plano de Desenvolvimento Social, 2015, pg. xxx

Perspetiva dos informantes-chave

A análise global dos indicadores de educação merecem do informante chave entrevistado (doutor José Maria Azevedo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte), sublinha, a partir de estudos evolutivos comparativos realizados no organismo que representa, o importante progresso nas taxas de escolarização do município de Guimarães, afirmando:

“Em Guimarães, há uma evolução notável da escolarização da juventude. Em 2011, a escolarização dos jovens com 15/17 anos, em qualquer nível de ensino, já estava acima dos 90%. Igualmente impressionante foi a redução das assimetrias. Guimarães não era dos concelhos mais problemáticos desse ponto de vista [...], mas estava na parte inferior, atendendo aos dados da região do Ave, tradicionalmente com resultados preocupantes. Esses concelhos melhoraram muito mais do que os outros, pois houve uma generalização da massificação da frequência escolar por parte da juventude.

Mesmo no grupo dos 18-23 anos, um outro indicador trabalhado, houve uma evolução na frequência do ensino superior, sobretudo no caso das raparigas, que ultrapassam claramente os rapazes nas taxas de frequência.

Verificou-se não só uma maior frequência (maior tempo na escola), mas também uma maior eficiência do sistema, na medida em que os jovens estão cada vez mais no nível de ensino em que é presumível estarem; por exemplo, neste sentido, quem tem 15-17 anos deverá estar no ensino secundário.”

Apesar desse progresso, assinala que as taxas de retenção e desistência se mantêm num nível “preocupante”, e que, aliás, “pioraram nos últimos três anos”, no que respeita aos diferentes ciclos do ensino básico. Considerando como “o aspeto mais preocupante” no quadro da organização da educação, o informante-chave preconiza a adoção de um conjunto de políticas que permitam aprofundar e melhorar o sentido da educação enquanto direito das crianças e jovens:

“Importa haver dispositivos de acompanhamento, de avaliação, de se poder voltar atrás se as coisas correrem mal. [...] Para além disso, há uma dimensão, do ponto de vista do abandono e do insucesso, mais pesada, de natureza mais pedagógica, que se passa na sala de aula. É, sobretudo, uma tarefa da escola e dos profissionais. Mas há também outras dimensões de natureza mais social, que vão desde a alimentação até às questões da saúde. A escola é um serviço da comunidade local em interação com outros serviços da comunidade local. O professor não tem de ser psicólogo, nem assistente social, mas a escola não pode ignorar esses problemas. Em alguns casos, a escola pode dar uma ajuda na identificação dos problemas. Ninguém melhor do que as autarquias para gerir essa coordenação local [...]

Gostaria que os serviços se organizassem mais em função das crianças. Gostaria que houvesse uma resposta mais integrada, que a escola tivesse o apoio de mais profissionais para além dos professores. Quando se diz que os professores são os principais responsáveis pelas estratégias pedagógicas para uma melhor aprendizagem das crianças, não nos podemos esquecer que essas condições não podem ser desligadas de outras vertentes de natureza mais social – alimentação, saúde, condições de habitação, etc. A escola, como serviço frequentado por todos, é um bom ponto de apoio para o funcionamento mais articulado dos serviços. Houve um tempo em que havia a carreira da medicina escolar, médicos de serviço escolar. Hoje, temos muito mais respostas, temos serviços diversificados, mas, por vezes, falta uma maior ligação. Nesta vertente de enquadramento social, a escola podia ter um maior apoio da comunidade.”

Perspetiva das crianças e jovens

No âmbito dos grupos focais, as questões da educação mereceram uma atenção muito particular, sendo frequentemente referenciadas como críticas no exercício dos direitos

de crianças e jovens. As posições manifestadas são apresentadas, normalmente, a partir de uma ligação com a experiência vivida, sendo frequentes as referências a situações concretas, relacionadas sobretudo com relações diretas com os professores ou, com muita frequência, nas relações com os alunos. Nesse quadro, são feitas alusões ao bullying, bem como são interpretadas as interrelações de formas de educação familiar como formas de educação parental. Também existe uma incidência do olhar sobre as responsabilidades individuais, nomeadamente sobre o papel que cabe a cada um (a começar pelo sujeito que fala, sobre si próprio). Estes aspetos introduzem um elemento específico no estudo sobre o diagnóstico em educação no município, ao acrescentar um olhar sobre as relações interpessoais, constitutivas não apenas dos quotidianos escolares, mas estruturantes, no sentido em que tendem a configurar formas de interação relevantes para o desenvolvimento do processo de educação-formação.

Um aspeto não reportado nos dados estatísticos e sublinhado pelas crianças e jovens é a qualidade do tempo vivido na escola. Nesse aspeto, especialmente sensível, as crianças e os jovens apresentam, quer numa perspetiva crítica, quer numa perspetiva propositiva, elementos importantes para a consideração dos modos de viver e potenciar o tempo vivido nas escolas, nomeadamente no âmbito das atividades fora da sala de aula.

Especialmente críticos são os depoimentos sobre violência de professores sobre alunos. Estes depoimentos, que se repetiram, mostram como a situação não constitui um caso isolado e exige medidas especialmente adequadas, considerando que as crianças se referem a comportamentos não apenas antipedagógicos mas que constituem ilícitos disciplinares e mesmo criminais (por efeito do artº 152 do Código Penal).

Alguns dos depoimentos entre os participantes mais jovens nos grupos focais recolhidos são ilustrativas dessa relevância das questões da educação, bem como da especificidade das suas opiniões. No Conselho de Cidadania em que se apresentaram as conclusões dos Grupos Focais, muitas destas posições foram reforçadas e sublinhadas. Os excertos seguintes decorrem de posições expressas nos grupos focais e na sessão do Conselho de Cidadania proposto para análise das conclusões dos debates sobre diagnóstico sobre o estado dos direitos das crianças e jovens no município de Guimarães.

Opiniões sobre o funcionamento geral do sistema educativo e as escolas

Andar na escola é importante para as crianças. (Ana Patrícia, 15 anos)

A escola é mais importante para crescer como pessoa. A comunidade escolar às vezes não compreende os problemas das crianças. (Joana, 18 anos)

As escolas deveriam ser mais pequenas e as turmas mais repartidas. Turmas grandes nunca resultam. (Joana, 18 anos)

As regras na escola fazem sentido e são importantes para nós. (Ana Patrícia, 15 anos)

Sempre me disseram que a escola é gratuita, mas não é. Pagamos livros, refeições, etc. Chegamos ao final do ano e gastamos quase um salário mínimo para a escola. Cada vez vemos mais pessoas a dizerem para continuar a escola, mas chegamos ao nono e ao décimo segundo anos e pensamos: para que é que vamos continuar se vamos acabar desempregados ou atrás de uma caixa de supermercado? (Luís, 16 anos)

Na minha opinião, nas escolas há muito poucas aulas práticas – e não necessariamente por culpa dos professores. Há demasiada teoria. E os alunos acabam por se cansar disso. (Ricardo, 15 anos)

Acho que, nas escolas, devia haver mais condições para os alunos se sentirem mais confortáveis e mais à vontade para aprender. (Inês, 10 anos)

É preciso que a Câmara visite a escola para ver as condições. Não falo muito sobre a minha escola, porque ela é boa (Bruna, 9 anos)

A comida é muito má. (Rita, 8 anos)

Do 5º ao 9º ano é um exagero a carga de livros e materiais que os alunos têm de transportar para a escola. (Joana, 18 anos)

Opiniões sobre as relações com os professores

Os professores são empenhados os alunos é que não querem. Há muita gente que está na escola como se estivesse cá fora. (Sofia, 15 anos)

Gostamos de professores que nos deem trabalho e que nos deixem falar. (Maria João, 11 anos)

Nas aulas, os professores têm de ser animados e divertidos. Há alunos que estão quase a dormir, pois aquilo é uma seca, e acabam por não aprender nada. (Rita, 8 anos)

A minha professora de inglês só se importa com uma menina da nossa sala, que é a melhor e que anda no Instituto. O resto dos alunos tem muitas dificuldades. Uma vez, a professora chegou à sala e foi para o facebook e nós aproveitamos para fazer os trabalhos de casa. (Helena, 8 anos)

Os professores dão um mau exemplo porque fumam perto da escola e os alunos veem. (Maria, 11 anos)

Há diretores de turma que não participam na vida dos alunos. Por vezes, o aluno tem um problema e os diretores de turma não querem saber desses problemas. O diretor de turma está lá para ajudar, mas muitas vezes não cumpre esse papel. (Maria João, 11 anos)

Na escola os professores e os mais velhos devem dar os exemplos. (Rita, 8 anos)

Há muitas professoras que ensinam, havendo alguns alunos que não percebem. Em vez de ensinarem, ralham e batem. (Paula, 10 anos)

Ando no apoio e há uma professora que me bate. (Fábia, 11 anos)

Os alunos podem aprender, mas, para aprenderem, fazem tudo o que podem, dão o seu melhor. Mesmo assim, os professores não compreendem e batem nos alunos, achando que isso os vai fazer aprender melhor. E isso não é correto. (Inês, 10 anos)

O meu Diretor de turma [...] tem sempre duas varas: uma fina e grande e uma grossa e pequena. Sempre que estamos a fazer um trabalho, ele bate com as varas na mesa e, um dia, vai-se descuidar e bater com as varas nos alunos. E aquilo deve doer mesmo. (Menina)

O meu diretor de turma, às vezes, bate, mas devagarinho. Ninguém pode falar nas aulas, mas, se o fizerem, ou vão para a rua ou levam um cachão. Ele, para incentivar os alunos para estarem atentos, faz as aulas divertidas, dá a matéria fazendo rir os alunos, para estes perceberem melhor. (Gonçalo, 12 anos)

Falamos dos professores baterem nos alunos, mas também há alunos que batem nos professores. (José Manuel, 16 anos)

Opiniões sobre as relações escola-família

Somos o que somos devido ao passado e aos pais. Temos educação em casa e educação na escola. A maneira como falamos com os professores e como nos comportamos na sala de aula, aprendemos em casa. (Sofia, 15 anos)

Há aulas em que alguns meninos estão desatentos pois têm problemas familiares não é por estarem a pensar só na brincadeira. E os professores não o entendem. (Rita, 8 anos)

A idade diminui a discriminação. As pessoas são discriminadas pelo que têm. A discriminação parte da educação que se tem em casa. (Sofia, 15 anos)

Opiniões sobre os comportamentos e os desempenhos dos alunos

Ando numa escola, em ciências e tecnologias e sinto que somos constantemente pressionados para tirar boas notas, estudar, estudar e estudar. Isso tira-nos algum gosto em relação às aulas. Estamos sempre preocupados e, dessa forma, não aproveitamos tanto a escola. (Catarina, 15 anos)

Existem sempre conflitos entre alunos. Muitas vezes chegam a ser físicos. (Joana, 18 anos)

A maior parte da responsabilidade vem dos alunos. (Joana, 18 anos)

As crianças não são todas iguais. As crianças de outra religião não são iguais e são postas de parte. (Maria, 11 anos)

Bullying toda a gente fala, mas não se resolve. (Ana Patrícia, 15 anos)

Toda a gente está informada, sobre o bullying, mas ninguém respeita. (Joana, 18 anos)

Quero referir algo que ainda não foi dito que é o peso com que andamos nas mochilas. Quando temos Educação Física, temos muito peso na mochila e, ao chegar a casa, estamos muito cansados e até podemos vir a ter problemas na coluna por causa disso. Acredito que o peso das mochilas devia diminuir. (Márcia, 10 anos)

Na nossa turma, a diretora de turma propõe salas de estudo, que consistem em alguns professores darem apoio a quem tem mais dificuldades. Mas há pessoas para quem isso não resulta, pois não se esforçam. Tenho colegas que desistem. Sem esforço, não se vai a lado nenhum. Tenho uma amiga que está no 7.º ano e parece que já desistiu. (Sofia, 12 anos)

Há alunos que estão a jogar, ao jogo do galo, no apoio e os professores, para não se chatearem, deixam-nos fazer isso. E isso está errado. (Iara, 13 anos)

Só consegue chegar lá quem quer. Acho que os professores não têm culpa de os alunos tirarem más notas, pois quem as tem, tem apoio e, se não se esforçarem, não vão ter boas notas. Se o aluno não quiser realmente subir, isso vai levar a que nada aconteça. A iniciativa está no aluno e não no professor. (Eduarda, 14 anos)

Gostaria de referir a ineficácia de certas associações de estudantes. Na maioria das escolas, na altura das eleições, prometem que vão dinamizar a escola, fazer várias atividades, mas, após serem eleitos, esquecem-se disso. Os jovens queixam-se que não

têm voz, que não têm oportunidade de fazer nada, mas, quando a têm, não a aproveitam. (Catarina, 15 anos)

Opiniões sobre o tempo vivido na escola

Às terças-feiras, estou das 08:20 às 18:25 na escola e confesso que saio de lá muito cansada. O problema é que os professores, mesmo sabendo desse facto, continuam a mandar trabalhos de casa e nós não temos muita paciência para os fazer. Acredito que, nesses casos, os professores deviam ser mais compreensivos. (Catarina, 15 anos)

Acho que as escolas deviam ter mais atividades, porque, neste momento, as pessoas não gostam de ir para lá. Se houvesse mais atividades, provavelmente os estudantes mostrar-se-iam mais interessados. (Iara, 13 anos)

Na minha opinião, acho que devia haver condições (rampas, por exemplo) para as pessoas com necessidades especiais em todas as escolas do país. Para além disso, nos polivalentes, para os intervalos e horas de almoço, devia haver televisões, para acompanhar as notícias, e música, nos intervalos para descontrair e aliviar do stress dos testes. (José Manuel, 16 anos)

Na minha escola, quando há chuva, nós não podemos fazer nada. Temos de estar sentados e é injusto porque é intervalo. (Paula, 10 anos)

Em relação à ideia que já foi falada dos jovens não terem sítio para estar, felizmente, a nossa escola tem a biblioteca onde podemos aceder à cultura, a jogos de mesa e a computadores onde podemos pesquisar o que queremos. Infelizmente, há escolas onde não se pode fazer este tipo de atividades. (Marcelo, 11 anos)

Em Síntese...

Os indicadores existentes acerca do exercício do direito à educação pelas crianças e jovens de Guimarães convergem no sublinhar da importância que esse direito tem na vida presente e nas perspetivas futuras das gerações mais novas, bem como nos progressos que se têm verificado nas últimas duas décadas neste domínio. Se a população vimaranense possui, considerando a sua comparatividade com a população nacional, baixos níveis de escolaridade (apenas um quarto da população possui o ensino secundário ou superior), as taxas de frequência da população que atualmente está matriculada nas escolas são iguais ou superiores à média nacional, o que revela o progresso muito significativo que ocorreu.

Essas taxas de frequência começam por ser mais elevadas do que a média nacional na educação pré-escolar, onde mais de 9 em 10 crianças entre os 3 e os 5 anos de idade tem acesso a um jardim de infância.

A rede escolar cobre plenamente as necessidades do concelho e os estabelecimentos de ensino são em geral de boa qualidade, sendo vários deles modernos ou recentemente remodelados e estando bem equipados pedagogicamente.

As taxas de abandono escolar e de abandono escolar precoce descenderam muito significativamente nas últimas três décadas, podendo isso ser associado a mudanças expressivas nas condições e oportunidades de vida das crianças e jovens, para quem parece que decisivamente o local de trabalho passou a ser a escola e não a fábrica ou os campos, como acontecia em tempos não muito remotos. Em contrapartida, as taxas de retenção são ainda sinal de preocupação, apesar das taxas municipais serem melhores do que as taxas nacionais (com exceção do 3º ciclo do ensino básico) e de terem tendência para diminuir.

O acesso a computadores e à internet – indicador importante nas oportunidades de acesso à informação e à auto-informação – têm em Guimarães, especialmente junto dos estudantes do ensino secundário, melhores indicadores do que a nível nacional.

Perante estes dados, a preocupação fundamental dos interventores sociais parece localizar-se na melhoria da articulação de serviços educativos e sociais, na promoção de uma visão integrada da educação, na qualificação dos professores e outros agentes educativos com vista à renovação da cultura pedagógica numa perspetiva de maior inclusão escolar, na educação junto de públicos especializados (especialmente crianças e jovens com necessidades especiais e imigrantes) e na melhoria da oferta educativa de 2ª oportunidade.

As crianças e jovens assinalam a importância da educação na sua vida, sendo especialmente enfáticos na relevância que atribuem às dimensões relacionais da educação. Esta visão “por dentro” do usufruto do direito à educação e das suas limitações permite analisar elementos que os dados estatísticos raramente propiciam, nomeadamente no que diz respeito às formas como os processos de aprendizagem são influenciados por relações entre professores e alunos, entre as famílias e as escolas e entre alunos. A administração adequada de conflitos e tensões nestas relações afigura-se como essencial na perspetiva de crianças e jovens. Especialmente crítica é a denúncia de formas de violência física de professores sobre alunos, sob a forma de castigos corporais ou outras, que exigem uma intervenção preventiva e remediadora com urgência e sem concessões. A qualidade do tempo vivido na escola, ou a sua falta, é outra das dimensões muito reveladoras decorrentes dos depoimentos das crianças e jovens.

O diagnóstico desta área dos direitos da crianças e jovens aponta para a necessidade de intervenções que reforcem os progressos já existentes nos domínios infraestruturais, para ações eficazes de qualificação dos agentes educativos, para a integração e articulação das políticas educativas com as restantes políticas municipais, para a criação de instrumentos e a adoção de metodologias de administração das

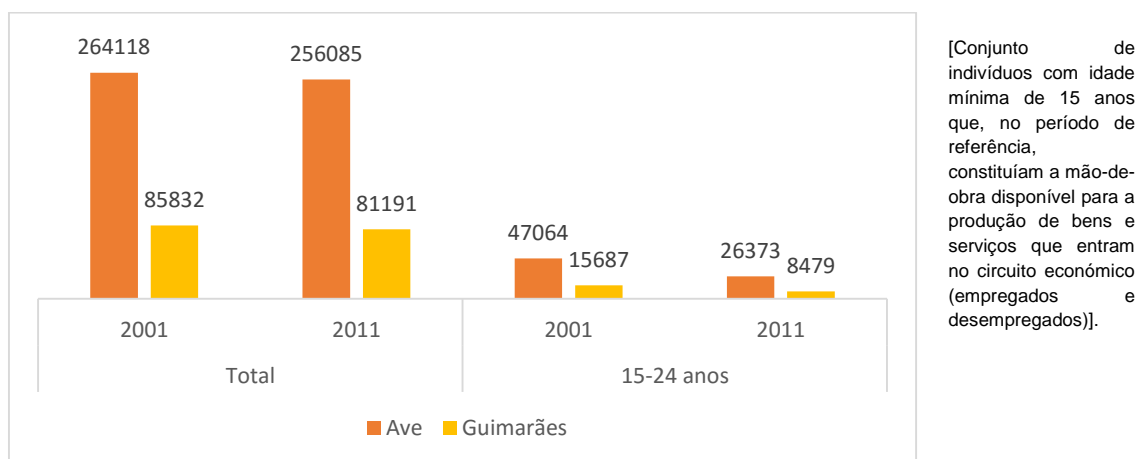
tensões no interior das múltiplas interações que se vivenciam na escola e para a melhoria da qualidade e das oportunidades do tempo e do quotidiano no interior dos estabelecimentos de ensino.

Social

A caracterização social das crianças e jovens de Guimarães é reveladora da heterogeneidade e da complexidade própria de um concelho com elevado potencial económico mas também marcado pelo empobrecimento e pela crise económica, com fortes manchas urbanas e zonas industriais, par a par com áreas de agricultura familiar. A existência de uma rede social sólida e de um conjunto significativo de associações que atuam no domínio da economia solidária e de instituições particulares de solidariedade social têm contribuído para a construção de condições de coesão social que as políticas sociais, na sua insuficiência e mesmo inconsistência, dificilmente promovem. A caracterização dos indicadores sociais das crianças e jovens do município de Guimarães debruçar-se-á sobre os dados socioeconómicos, os indicadores de pobreza, as famílias e a violência doméstica, a proteção social. A proteção de crianças e jovens e a rede de serviços e equipamentos do município.

Caracterização socioeconómica

Gráfico 45 – Evolução da população ativa (N.º)

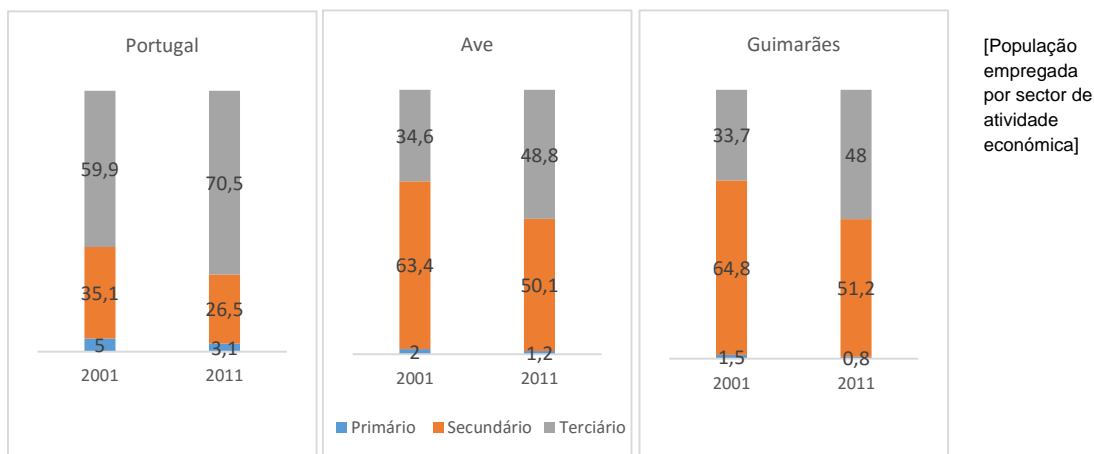


Fonte: PORDATA, 2014

O gráfico revela uma diminuição do número de população ativa de cerca de 5%, em dez anos, facto que se relaciona, entre outros, com o envelhecimento da população, aumento do peso dos grupos etários seniores e uma redução do peso da população jovem, movimentos migratórios e perda do número de população residente no concelho.

No grupo etário 15-24 anos a perda de população ativa, em Guimarães, é bem mais significativa, ficando muito próxima dos 50%. O aumento da escolaridade, a regressão demográfica e o desemprego juvenil revelam-se aqui como fatores decisivos.

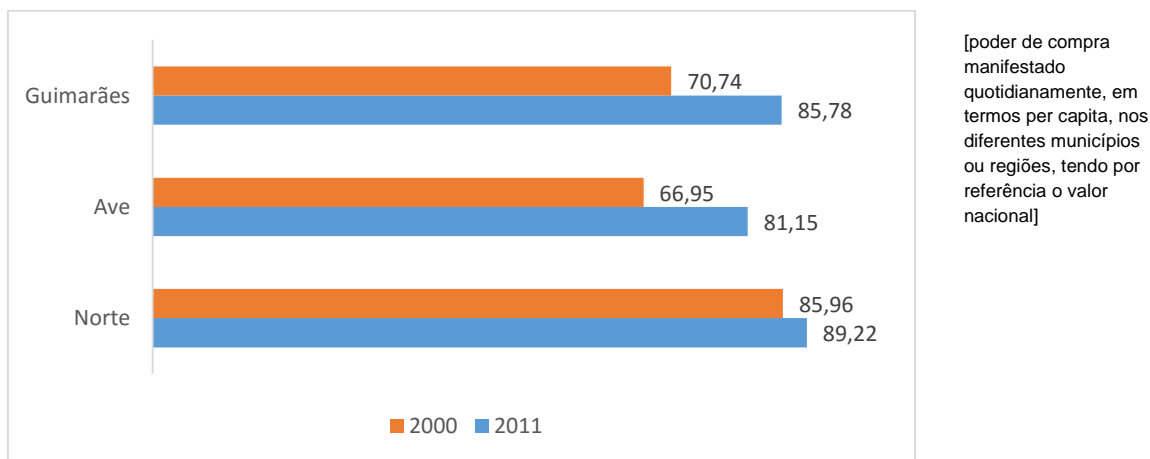
Gráfico 46 – População empregada por setor de atividade (%)



Fonte: PORDATA, 2014

Os últimos dados disponíveis (2011) demonstram que o sector primário emprega, a exemplo do Ave e Portugal, uma percentagem muito diminuta da população de Guimarães. De referir que isso não significa que não exista atividade económica agrícola no município. Ela persiste predominantemente como agricultura familiar, realizada em grande parte por população que tem uma outra atividade profissional dominante, nas fábricas ou nos serviços. Destaca-se o peso do sector secundário no Ave e em Guimarães, comparativamente com o país, apesar da perda de 13% registada em 2011. Por sua vez, o sector terciário assinala um aumento importante de cerca de 14%.

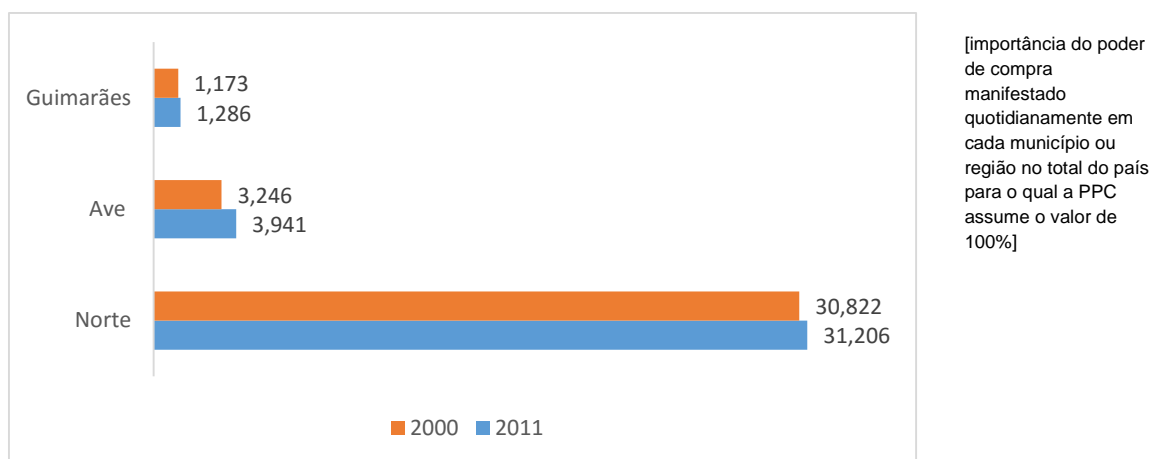
Gráfico 47 – Indicador per capita (IpC) do poder de compra (%)



Fonte: PORDATA, 2014

Os valores deste indicador revelam que região Norte, sub-região do Ave e município de Guimarães estão aquém da média nacional (100%). Não obstante é de salientar que o poder de compra per capita manifestado em 2011, em Guimarães, situava-se acima do Ave 4,6 p.p..

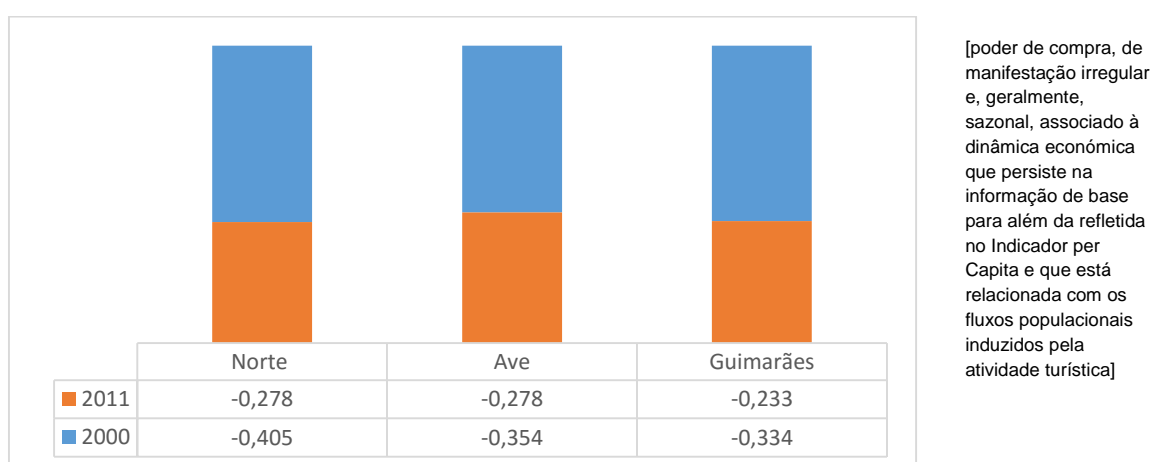
Gráfico 48 – Percentagem de Poder de Compra (PPC), anos 2000 e 2011 (%)



Fonte PORDATA, 2014

A estrutura regional da PPC, em 2011, mostra que as regiões NUTS II Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país. O município de Guimarães figura no conjunto dos 23 municípios que concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional.

Gráfico 49 – Fator Dinamismo Relativo (FDR), ano 2011 (%)

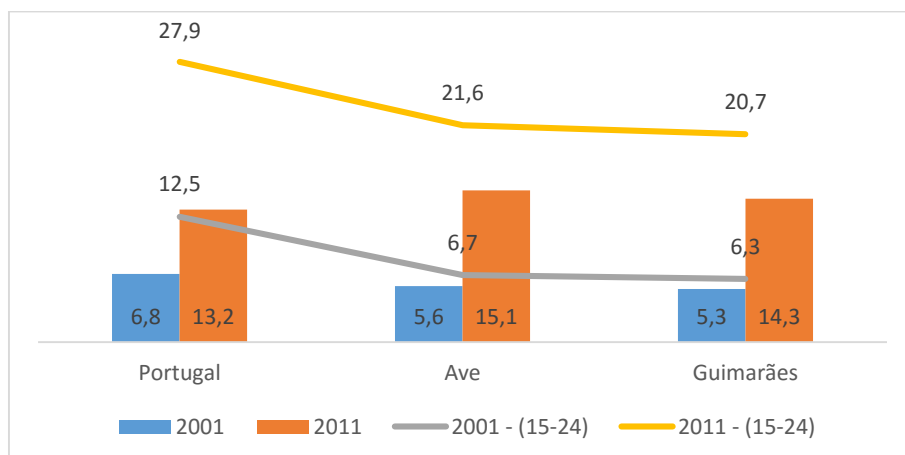


Fonte INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2011

O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1). Os valores baixos assumido no FDR nestas unidades territoriais não significa que a atividade turística seja pouco relevante nestes territórios mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular. Os valores apresentados no gráfico mostram valores idênticos para a região do Norte e sub-região do Ave e um valor ligeiramente mais positivo no município de Guimarães.

Indicadores de pobreza e privação

Gráfico 50 – Taxa de desemprego total e grupo etário 15-24 anos (%)



[Número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.]

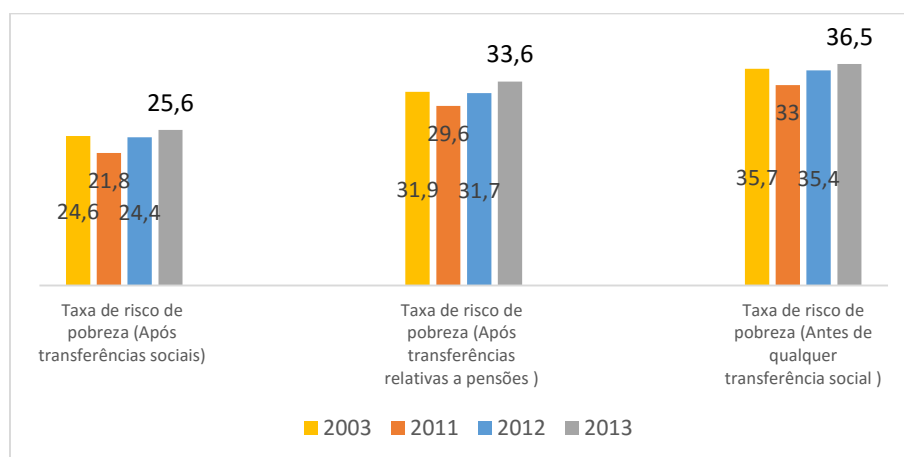
Fonte PORDATA, 2014

A taxa de desemprego total aumentou de forma global de 2001 a 2011 passando de valores próximos dos 6% para valores compreendidos entre os 13% e 15%.

Quando nos centramos no desemprego dos jovens, com idades entre 15 e os 24 anos estes valores ganham uma expressão ainda mais negativa tendo crescido, no país, de 12,5, em 2001, para 27,9, em 2011. Em Guimarães cresceu dos 6,3% para 20,7%.

Estes valores que colocam o país num dos três países da Europa com taxas mais elevadas constituem um risco de pobreza para as crianças e suas famílias e são fonte de elevada instabilidade emocional e psicológica.

Gráfico 51 – Taxa de risco de pobreza em Portugal, grupo etário 0-17 anos (%)

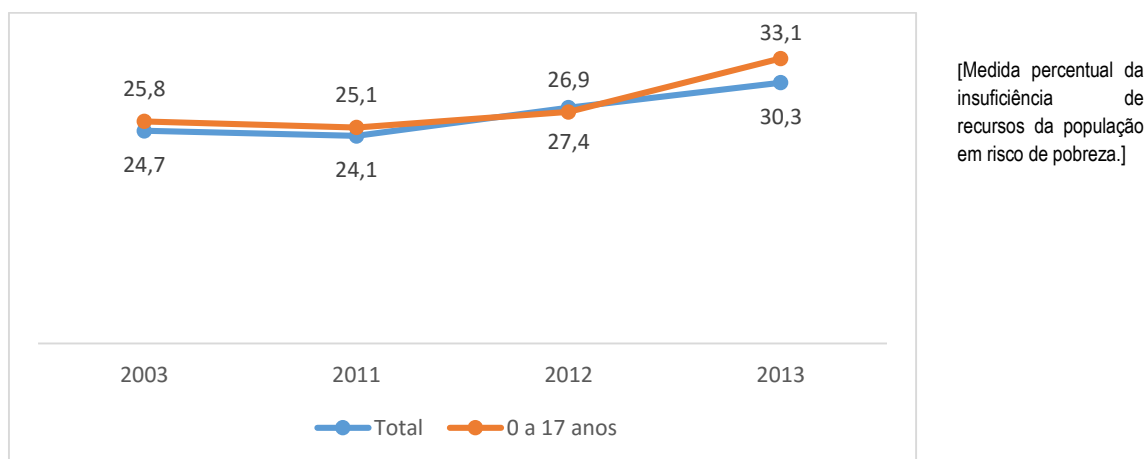


[A taxa de risco de pobreza representa a percentagem de pessoas que tem rendimentos considerados baixos face à restante população, ou seja, que ficam abaixo do valor fixado para o limiar de risco de pobreza. Para o cálculo desta taxa pode ser considerado o rendimento em três óticas: 1. Antes de qualquer transferência social; 2. Após transferências relativas a pensões; 3. Após transferências sociais.]

Fonte: INE, 2015

Dados relativos aos rendimentos e condições de vida dos portugueses, em 2013 (valores provisórios), revelados pelo INE apontam para o facto de este ser mais expressivo no caso dos menores de 18 anos, não obstante ser comum aos diferentes grupos etários. Assim, o risco de pobreza para as crianças passou de 24,4% em 2012 para 25,6% em 2013, ou seja, mais 1,2 p.p. face a 2012. Não existem dados específicos para o município de Guimarães.

Gráfico 52 – Taxa de intensidade da pobreza, Portugal (%)

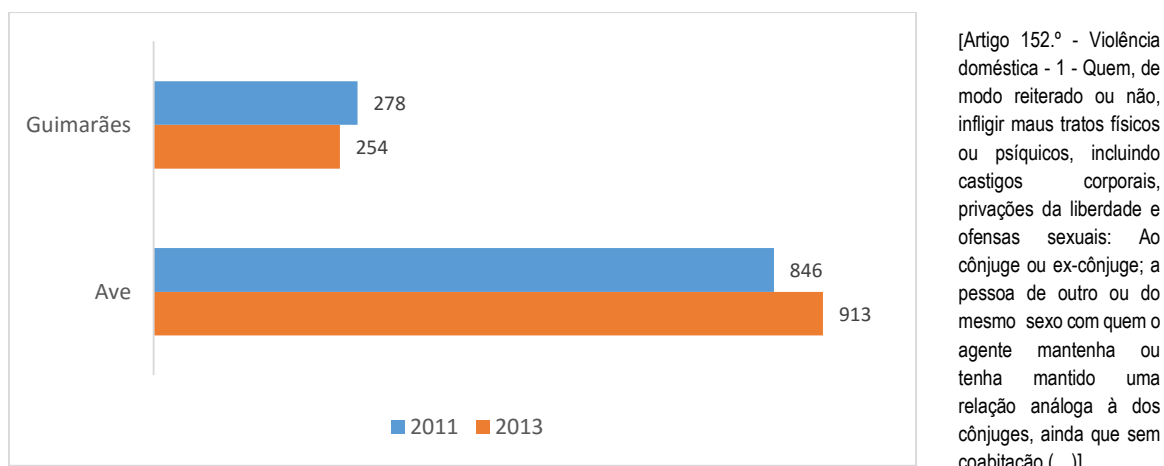


Regista-se, em 2012, um agravamento de 3,3 p.p. no valor total da taxa de intensidade da pobreza face ao défice de recursos registado em 2011. Este agravamento acentuou-se em 2013 com 2,9 p.p.. Por sua vez, a intensidade da pobreza para a população com idade entre 0-17 anos sofreu um aumento, em 2012, de 1,8 p.p., face a 2011. Dados provisórios de 2013 confirmam a tendência deste aumento, de forma bastante notória, 6,2 p.p. face a 2012, evidenciando a vulnerabilidade e risco que corre esta população.

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2013, 2014

Violência Doméstica

Gráfico 53 – Crimes registados pelas Polícias: Violência doméstica contra cônjuge ou análogo (N.º)

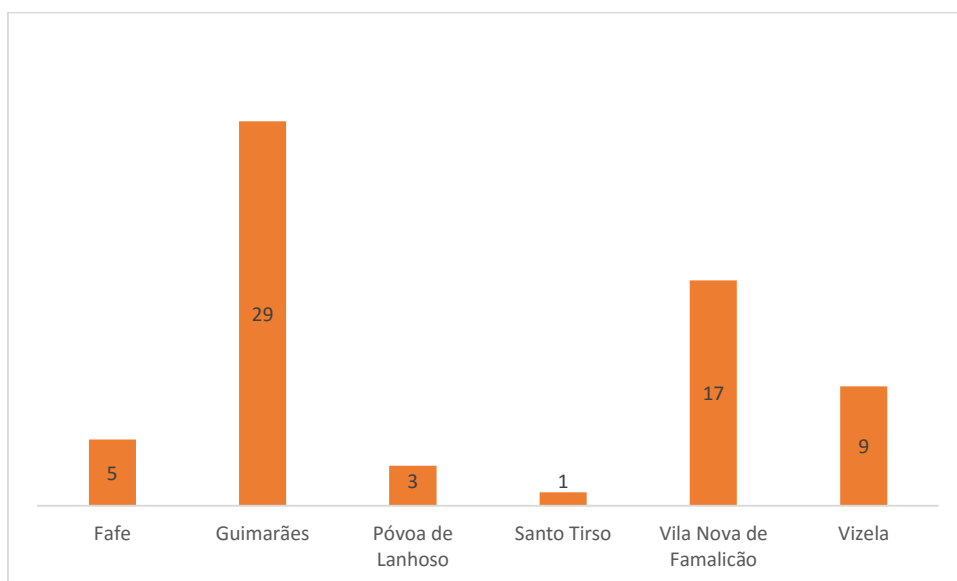


Fonte: PORDATA, 2014

O cenário de violência doméstica aumentou, em 2013, no Ave com 913 crimes registados, quando comparado com o ano de 2011. Guimarães, por sua vez, reduziu ligeiramente o número de crimes registados deste tipo, apresentando 254 casos em 2013.

O Espaço Informação Mulher, estrutura integrada na Câmara Municipal de Guimarães, registou, em 2014, 27 novos casos de violência doméstica, prestando acompanhamento social e jurídico a 51 famílias e acompanhamento psicológico a 88 famílias. O perfil das vítimas de violência é: mulher (100%); com mais de 50 anos (35%); casada (54%); de família nuclear (77%); com escolaridade até um dos ciclos do ensino básico (88%); de nível socioeconómico médio-baixo (46%). Já o perfil do agressor é: homem (100%); com mais de 50 anos (31%); casado (80%); com escolaridade até um dos ciclos do ensino básico (92%) e de nível socioeconómico médio-baixo (54%).

Gráfico 54 – Casos registados pela APAV – GAV de Braga, concelho de residência da vítima, NUT AVE, 2013 (N.º)

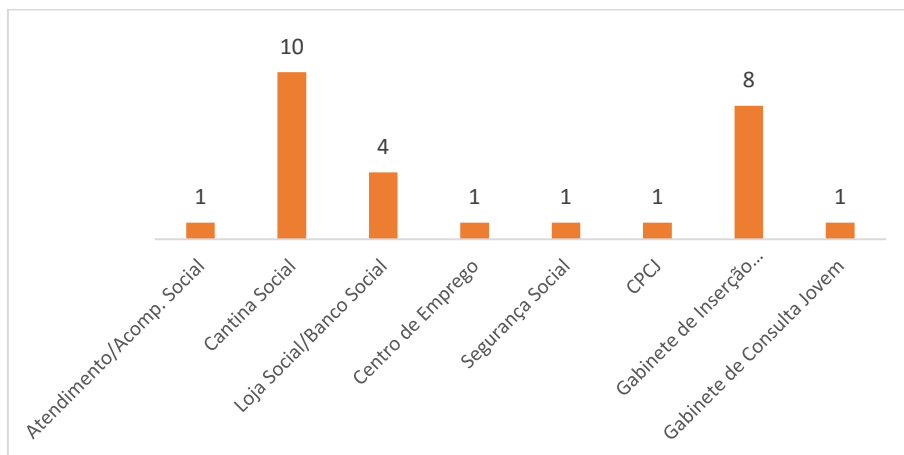


Fonte: APAV - GAV Braga, Relatório Anual 2013

Os valores apresentados nas figuras evidenciam que a região de Braga regista um número elevado de vítimas, representando cerca de 27% dos totais nacionais. Destes 9% provêm de vítimas residentes em Guimarães.

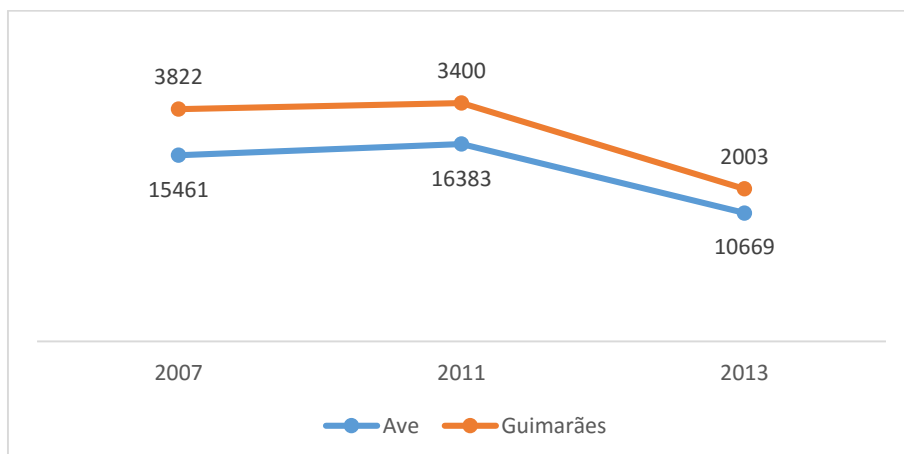
Proteção Social

Gráfico 55 – Serviços e respostas na área Social, Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: IEF; Segurança Social; Câmara Municipal de Guimarães, 2014

Gráfico 56 – Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social (N.º)

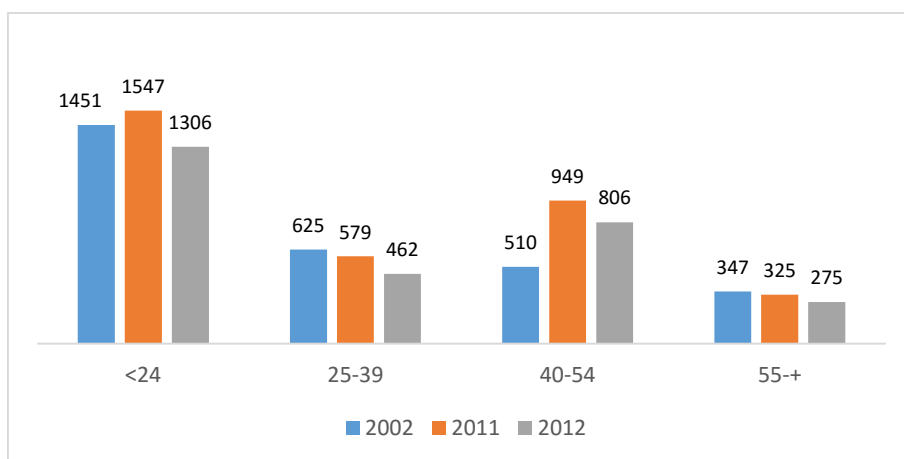


[Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária]

Fonte: INE, 2014

O ano de 2013 regista uma queda significativa quer no Ave quer em Guimarães no número de beneficiárias/os do rendimento social de inserção, ou seja, 1397 pessoas deixaram de beneficiar desta medida de proteção social em Guimarães e 5714 no Ave. Esta alteração deve-se, em grande parte, a alterações na política de atribuição do RSI, com redução do período de atribuição para o máximo de 12 meses.

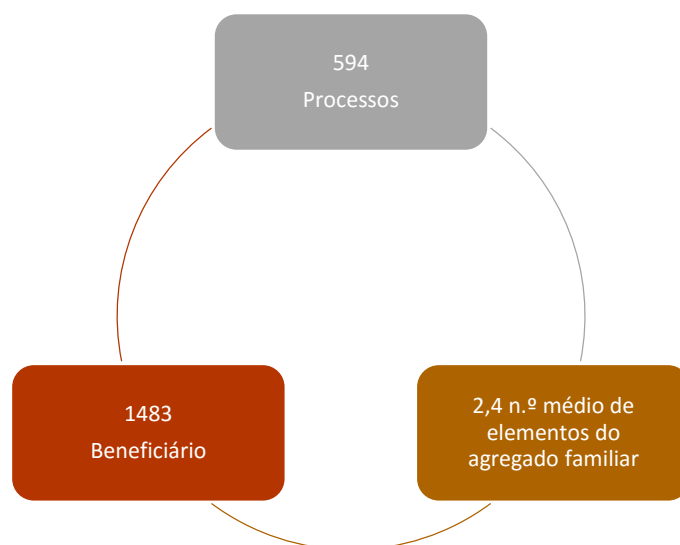
Gráfico 57 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por idade, Guimarães (N.º)



Fonte: INE, I.P. | Anuários Estatísticos da Região Norte de 2002, 2011 e 2012

O número de pessoas com idade inferior aos 24 anos que beneficiam desta medida de proteção é bastante superior às restantes. Analisando comparativamente os anos de 2002 e 2012 verifica-se uma diminuição do número de beneficiários, em todos os grupos etários.

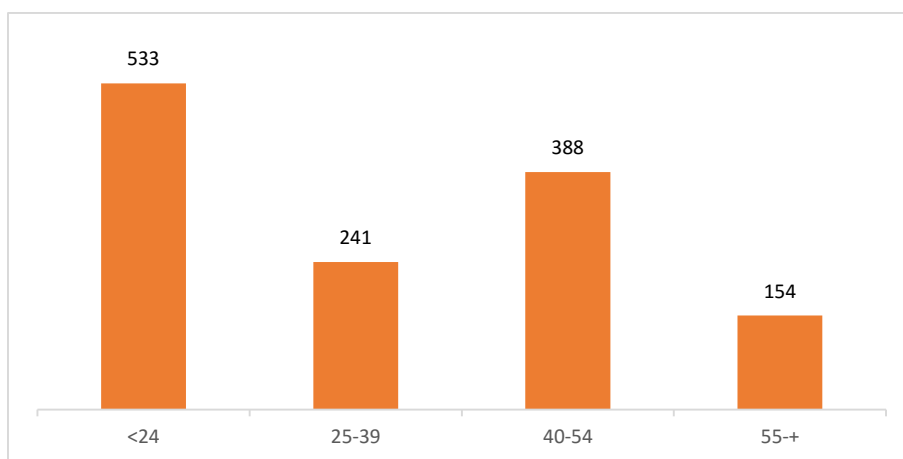
Figura 2 – Processos e beneficiários do RSI, Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Serviço Local da Segurança Social e Ação Social do Concelho de Guimarães, 2014

Segundo os dados obtidos junto do Serviço Local de Segurança Social, no ano 2013, os 594 processos de Rendimento Social de Inserção (RSI) existentes abrangiam um total de 1483 beneficiários, perfazendo uma média de 2,4 elementos por agregado familiar.

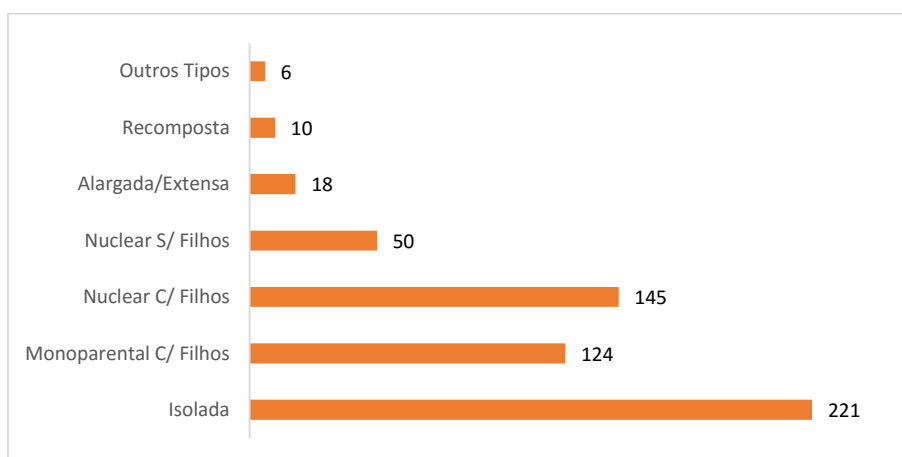
Gráfico 58 - Beneficiários do RSI por idade, Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Serviço Local da Segurança Social e Ação Social do Concelho de Guimarães, 2014

O escalão etário das pessoas com menos de vinte e quatro anos representa 40% do total dos abrangidos por esta medida de proteção social, significando que é muito elevado o número de crianças e jovens que se encontra em risco de exclusão social.

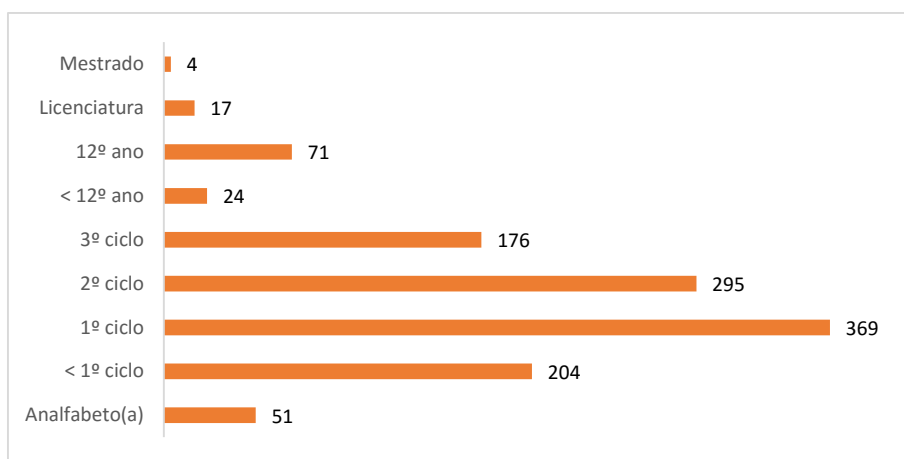
Gráfico 59 – Tipo de família dos beneficiários do RSI, Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Serviço Local da segurança social de e Ação Social do Concelho de Guimarães, 2014

O número de famílias monoparentais com filhos que beneficia desta medida, 124 famílias, é bastante elevado e próximo do número das famílias nucleares com filhos, 145.

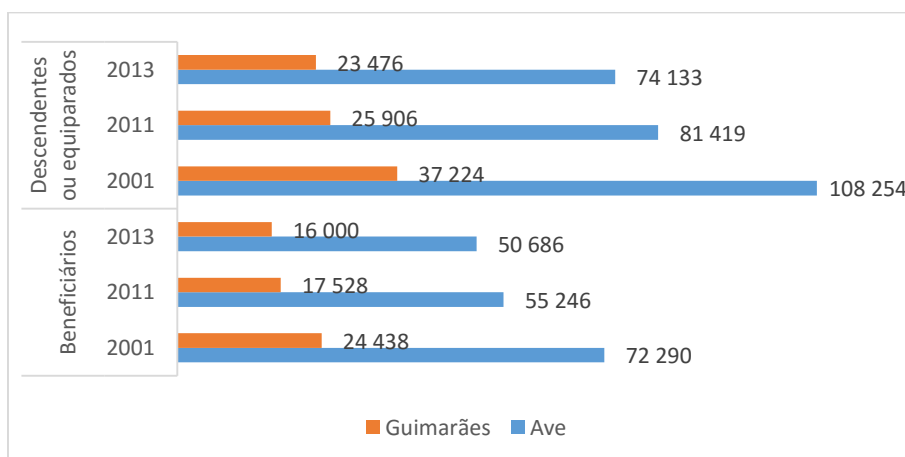
Gráfico 60 – Beneficiários do RSI por grau de escolaridade, Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Serviço Local da Segurança Social de e Ação Social do Concelho de Guimarães, 2014

As pessoas que beneficiam do RSI possuem níveis de escolaridade muito reduzidos, sendo que cerca de 27% detêm escolaridade inferior ao 1.º ciclo.

Gráfico 61 – Abono de Família para crianças e jovens da Segurança Social (N.º)



[Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens.]

Fonte: PORDATA, 2014

O gráfico evidencia um decréscimo no número de beneficiários (Requerentes) e descendentes ou equiparados (Titulares) que recebem esta prestação familiar da Segurança Social.

Proteção das Crianças e Jovens

Tabela 3 – Evolução do fluxo processual na CPCJ de Guimarães, 2011 a 2013 (N.º)

		2011	2012	2013
Entrada de processos				
Transitados		207	180	198
Instaurados		273	242	179
	Novos processos	253	225	168
	Recebidos de outras CPCJ'S	20	17	11
Reabertos		60	73	65
Total de entradas		540	495	442
Total de processos ativos		180	199	208
Saída de processos				
Arquivados na fase preliminar		55	30	16
Arquivados na fase pós-preliminar		292	260	208
Enviados para outras CPCJ'S		13	6	10
Total de saídas		360	296	234
Arquivamentos liminares sem abertura formal de PPP				34

Fonte: Relatório de atividades da CPCJ, 2014

Da análise do quadro anterior verificamos que a Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães registou em 2013 um total de volume processual global (processos transitados + instaurados+ reabertos) de 442 processos, valor abaixo do verificado nos dois anos anteriores.

De realçar que o número de processos transitados aumentou mas, em contrapartida, decresceu o número novos processos instaurados, o que significa uma redução evidente do número de crianças/jovens acompanhados, ao nível da promoção e proteção.

No que respeita à caracterização das 442 crianças e jovens sinalizados em 2013, 250 são do sexo masculino e 192 do sexo feminino.

Analisando por escalão etário, o maior número de jovens acompanhados situa-se no escalão etário dos 15 aos 17 anos, perfazendo 120, seguido de perto do grupo etário dos 11 aos 14 anos de idade com 102 ocorrências. O escalão etário com valores mais baixos é inequivocamente o dos 18 aos 21 anos de idade com um total de 17 jovens.

Tabela 4 – Situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processos na CPCJ de Guimarães, 2012 e 2013 (N.º)

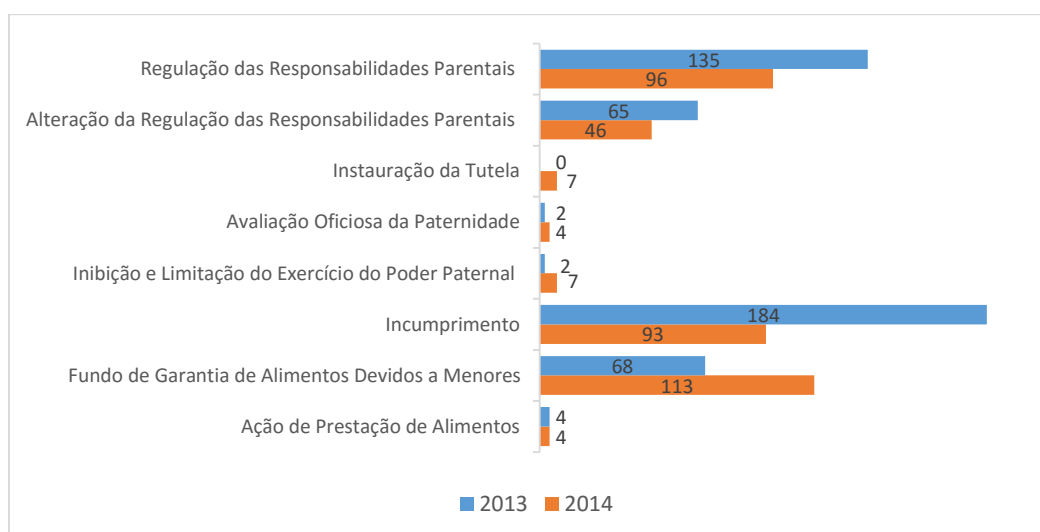
Problemática	2012	2013
Violência doméstica	64	60
Negligência	59	45
A criança/jovem assume comportamentos que podem por em causa o seu bem-estar	38	36
Exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	68	29
Mau trato físico	11	25
Situações de perigo em que estejam em causa o Direito à educação	41	15
Outras situações de perigo	2	7
A criança esta abandonada ou entregue a si própria	9	4
Abuso sexual	2	2
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	4	1
Mendicidade	1	0
Prática de facto qualificado pela lei penal como crime (jovem)	1	0
Total	300	224

Fonte: Relatório de atividades da CPCJ, 2014

Da leitura do quadro anterior, observamos que as situações de perigo sinalizadas à CPCJ, em 2012 e 2013, incidem sobre 12 grupos de problemáticas. Relativamente ao ano de 2013 a violência doméstica (60), a negligência (45) e os comportamentos assumidos pelas crianças/jovens que podem comprometer o seu bem-estar (36) são os principais fatores que os colocaram em risco.

Analisando comparativamente os anos 2012 e 2013 verifica-se que a “exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança” desceu significativamente de 68 processos para 29, mas, em oposição, há um acréscimo substancial de situações de “mau trato físico” que passa de 11 situações, em 2012, para 25 em 2013. As “situações de perigo em que estejam em causa o Direito à educação” também diminuíram, de forma notória, em 2013, de 41 para 15 casos registados.

Gráfico 62 – Processos na área de crianças e jovens em perigo e na área tutelar cível, Guimarães (N.º)



Fonte: Núcleo de Infância e Juventude/UDSP do Centro Distrital de Braga, 2014

O gráfico revela um decréscimo no número de processos, em 2014, com exceção dos processos relativos ao fundo de garantia de alimentos devidos a menores.

Tabela 5 – Movimento processual, 3ª Secção de Família e Menores de Guimarães (N.º)

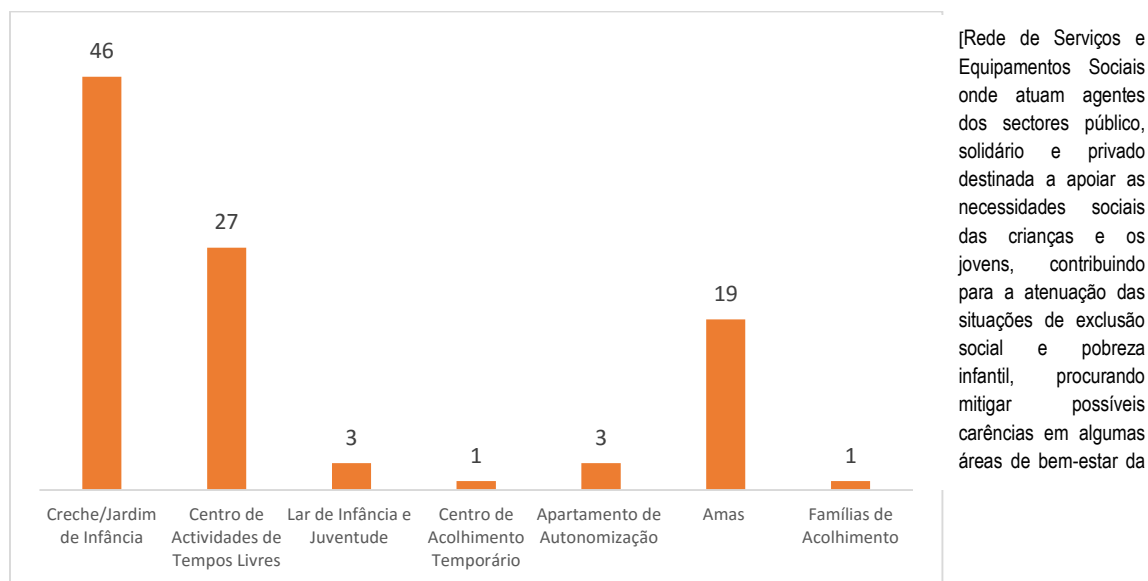
Espécie	Antes de Setembro de 2014	Entrados entre 01/09/2014 e 27/02/2015	Findos entre 01/09/2014 e 27/02/2014	Total atual a 27/02/2015
Averiguações oficiosas de Maternidade/Paternidade	44	63	49	57
Regulações do Exercício do Poder Paternal	468	996	616	832
Alterações/Incumprimentos de Regulação do Poder paternal	1128	1305	886	1636
Entregas Judiciais de Menor	0	2	1	1
Inibições do Poder Paternal	16	26	9	32
Restrições/Limitações ao Poder paternal	3	0	0	3
Instaurações de Tutela/Administração de Bens	3	10	6	7
Outros Processos Relativos ao Poder Paternal	0	4	3	1
Constituições da Adopção Plena/Restrita	1	8	5	4
Outros Processo Relativos à Adopção	1	4	0	4
Fixação de alimentos	10	17	5	22
Outros Processos Relativos a Alimentos	29	26	19	35
Outros Processos	41	255	218	72
Processos de Promoção e Protecção	419	383	191	599
Processos Tutelares Educativos	34	75	40	70
Total	2297	3174	2048	3375

Fonte: 3ª Secção de Família e Menores de Guimarães, com uma área territorial correspondente aos municípios de Guimarães, Vizela, Fafe, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto, 2015

As Alterações/Incumprimentos de Regulação do Poder paternal, as Regulações do Exercício do Poder Paternal, e os Processos de Promoção e Protecção representam, por ordem decrescente, o maior volume de processos movimentados na Comarca de Braga / Guimarães - Instância Central - 3ª Secção Família Menores.

Rede de Serviços e Equipamentos Sociais de Apoio à Infância e Juventude

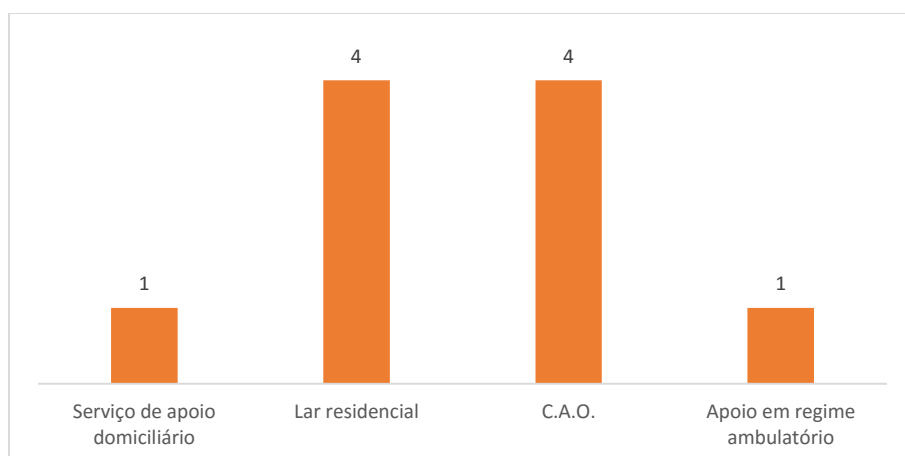
Gráfico 63 – Serviços e equipamentos sociais de apoio à infância e juventude, 2014 (N.º)



Fonte: Carta Social (Gabinete de Estratégia e Planeamento), Câmara Municipal de Guimarães, DGEEC, 2014

A rede de Serviços e Equipamentos Sociais concelhia é bastante diversificada fornecendo um número de respostas que procura responder às necessidades de apoio à infância e juventude. Importa destacar o surgimento de duas novas respostas, nos últimos anos, o Centro de Acolhimento temporário e os Apartamentos de Autonomização que vieram suprir lacunas importantes nesta área.

Gráfico 64 – Serviços e equipamentos sociais de apoio à deficiência, 2014 (N.º)

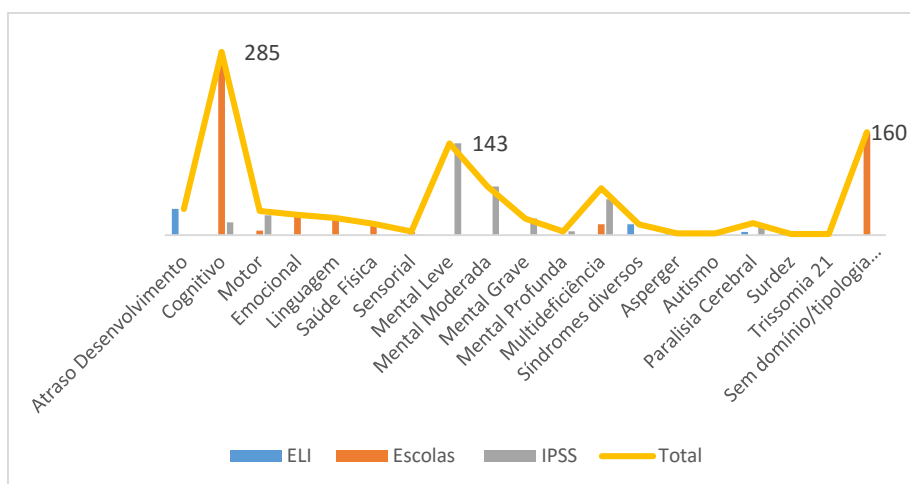


Fonte: Serviço de Ação Social da CMG, 2014

A rede concelhia de serviços e equipamentos sociais, na área da deficiência, é composta por 10 respostas que apoiavam 312 utentes, em 2014. Esta rede é composta pelas seguintes Entidades: a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCIGUI) que possui 1 serviço de apoio domiciliário, 2 lares residenciais e 2 centros de atividades ocupacionais (C.A.O.); a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães que responde com 1 lar residencial e 1 C.A.O. e a Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG) que presta, além do C.A.O. e do lar residencial, o serviço de apoio em regime ambulatorio.

Importa destacar que o número de respostas nesta área mantém-se, pelo menos, desde o ano de 2010.

Gráfico 65 – Alunos por domínio/tipologia deficiência a frequentar as Escolas, IPSS e a ELI, 2013/2014



Fonte: Plano de Desenvolvimento Social Inclusivo de Guimarães 2015-2020

O gráfico apresenta os dados do levantamento efetuado pelos Serviços de Educação da Câmara Municipal de Guimarães junto das Escolas, da Equipa local de Intervenção Precoce (ELI) e IPSS, relativamente aos domínios/tipologias de deficiência dos alunos integrados e referem-se ao ano letivo 2013/2014.

O domínio cognitivo e mental leve apresentam valores elevados, 285 e 143 respetivamente, assim como, é significativo o número de 160 casos dos Sem domínio/tipologia Identificado.

Perspetiva dos atores sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

O Conselho Local de Ação Social dedica um dos capítulos do seu “Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo” à problemática social das crianças e jovens em risco, analisando os relatórios da CPCJ e acrescentando, como aspetos especialmente identificados pelo Conselho Local os seguintes:

Falta de percursos escolares alternativos para jovens em situação de risco;

Aumento significativo dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens;

Aumento da frequência de situações de crianças que apresentam carências alimentares, privação do sono, falta de higiene pessoal e de prática do exercício físico;

Défice de competências educativas por parte dos pais que se refletem em problemas de ordem física, mental e social das crianças;

Crianças sem regras e com dificuldade em serem contrariadas;

Uso excessivo por parte das Crianças e Jovens das Tecnologias de Informação e Comunicação;

Elevado número de jovens com comportamentos desviantes;

Assunção por parte das crianças e jovens de comportamentos que colocam em causa o seu bem-estar;

A violência doméstica e a negligência são as principais problemáticas que originam a abertura de processos na CPCJ;

Aumento da gravidade das situações sinalizadas à CPCJ.” CLAS, Plano Desenvolvimento Social Inclusivo de Guimarães, pág. 55.

Este diagnóstico sublinha dimensões comportamentais das crianças e das famílias (falta de competências parentais, ausência de regas, uso excessivo das TIC, comportamentos desviantes e que colocam em risco o bem-estar) para além de problemáticas sociais de origem estrutural (sobretudo relacionadas com a carência alimentar e a pobreza). A relação dos comportamentos e práticas sociais com os fatores estruturais constitui uma questão em aberto.

Perspetiva dos informantes-chave

No âmbito da caracterização social da infância e juventude de Guimarães foram entrevistados, na qualidade de informantes-chave, a doutora Noémia Carneiro, presidente da Misericórdia de Guimarães, instituição representativa da intervenção social no município, bem como os Dr^{as}. Lurdes e Dr. Coimbra, Procuradores do Ministério Público, que se debruçaram essencialmente sobre questões relacionadas com as questões da justiça¹:

A Doutora Noémia Carneiro começa por referir a mudança de paradigma na proteção de crianças e jovens:

“Antigamente, a desproteção infantil era tida como normal e, agora, passou a um estado anormal. Ou seja, dantes, há 50 anos, suponho que uma criança dormir na rua ou beber vinho era normal. Mudámos o paradigma.”

Esta mudança não obsta a que se verifiquem retrocessos. A crise económica e as políticas públicas que se lhe seguiram, bem como a interpretação burocrática dos modos de intervenção social, são objeto da crítica da informante-chave:

“Acho que o ato de julgar é tão difícil que somente com grande coragem é que se consegue tirar o RSI a alguém, por ter um plasma ou uma aparelhagem de som. Esta forma de ver as coisas, com um pretensão poder, uma pretensão moralidade e sobrançeria é muito difícil de erradicar nos nossos serviços de apoio social. Os critérios para retirar os abonos de família também são verdadeiramente imorais. O acréscimo de burocracia à volta das ajudas financeiras só pode ter o objetivo de cansar e desmotivar a quem a elas recorre. Acho que, do ano de 2011 para a frente, são anos

¹ Apesar dos esforços por entrevistar alguém com capacidade de representação da Segurança Social, isso não foi possível por ausência de resposta deste serviço público.

fatídicos, em que se instituiu a legitimidade de agredir os outros – todos fomos agredidos, uns mais que outros, mas quem foi verdadeiramente agredido foi quem não tinha nada. A legitimidade de tirar tudo a quem não tem nada foi instituída e sem problema nenhum. Isso entristece-me.”

As implicações da pobreza na limitação de direitos fundamentais da criança e os efeitos da crise são também assinalados pela Dr^a. Lurdes, que reporta designadamente os incumprimentos na prestação de alimento às crianças pelos detentores do poder paternal, confirmando dados acima transcritos:

A pobreza vem a seguir, após a regulação das responsabilidades parentais. É aflitivo o número de incumprimentos. Os números evidenciam isso.

Os incumprimentos e as alterações são resultado das dificuldades que os pais e as mães têm relativamente a cumprir a obrigação de alimentos que é fixada. E há muitos processos e situações que nos surgem direcionados pela Segurança Social cuja política recente é regularizar e sinalizar, o mais possível, as situações dos pais que estão separados e cujas responsabilidades parentais não estão atribuídas de forma definida. Isso leva a que as famílias não recebam qualquer subsídio, nomeadamente o RSI, sem que tenham a situação das crianças completamente regulada nos casos em que os pais não vivam juntos, ou seja, de famílias monoparentais.

O que acontece é que as pessoas sabem, isso é de senso comum, que se e o pai não pode pagar os alimentos, a seguir vem o subsídio da segurança social, e então é feita a regulação, a maior parte das vezes não havendo qualquer conflito. Assim, é feita a regulação, estabelecida a pensão dos alimentos a prestar pelo progenitor não guardião, fica tudo resolvido e só depois vem o problema do incumprimento.

E depois do incumprimento é a caça aos rendimentos e aí sim nota-se a pobreza. Nota-se muitas dificuldades dos pais, os que trabalham quase todos com rendimentos mínimos. É muito difícil encontrar um pai ou mãe com rendimentos acima da média. E quando os declaram ou é uma situação inevitável, de funcionário público, ou então pretendem do tribunal mais qualquer coisa. Por exemplo, se houver uma disputa pela guarda do menor, aí os rendimentos são declarados, mesmo que sejam provenientes da economia paralela. Se não for, a perceção que temos é que as pessoas não declaram rendimentos e, portanto, não se sabe bem do que vivem ou vivem com poucos rendimentos. “

A realização dos direitos das crianças e jovens implica, na opinião dos informantes-chave, as famílias, devendo ser salvaguardo prioritariamente o direito à família. Afirmam a Doutora Noémia Carneiro:

“O direito à sua família, aos seus pais, irmãos, avós, por mais pobres que sejam, deve ser respeitado.”

Porém, o direito à família pode sofrer várias ameaças, designadamente no que respeita ao reconhecimento da paternidade:

“Os casos que nos aparecem de falta de assunção de paternidade, após o nascimento da criança, cada vez são mais contados e há alguns casos curiosos das chamadas “mães independentes”, a chamada “produção independente”. São situações de mães que

reiteradamente negam o direito da paternidade aos filhos e não temos forma como a determinar se a mãe disser que não sabe quem é o pai, que estava alcoolizada. Nesses casos acabou. O desfecho destes casos depende muito da vontade da mãe. Portanto, há casos em que as mães não têm dificuldades económicas, são autónomas, pessoas perfeitamente formadas e integradas que querem ser mães por opção própria, sem companheiro e sem pai e, às vezes, isso para nós é uma dificuldade. Parece tudo muito bonito mas a verdade é que a criança tem direito à paternidade. Em compensação como a maternidade é uma decisão cada vez mais pensada, os casos que nos chegam de averiguações oficiosas de maternidade/paternidade são cada vez menos, são a exceção, mas, também, quando nos chegam em termos sociais é muito mau. Em alguns casos são de jovens na fase de adolescência quase a entrar na maioridade em que mantêm relações um pouco instáveis e depois criam conflito e os pais entendem que o filho é muito jovem.” (Dr^a Lurdes)

A exposição à violência doméstica constitui também uma séria violação ao direito à família, como espaço de acolhimento e proteção:

Sendo assim, a intervenção social com a família deve constituir o centro da ação promotora dos direitos das crianças, sendo para tal necessário mobilizar recursos e meios que escasseiam:

“Nas comissões a trabalhar no terreno, as boas vontades não são suficientes quando se trata de resolver problemas concretos em que não se detêm as competências específicas para o fazer. Cuidar de uma criança é também cuidar de toda a sua família, da sua habitação, da sua escola...”

Nesse sentido, a informante-chave preconiza a adoção de formas de intervenção através de equipas multidisciplinares que exigem reafecção de recursos e mudanças organizacionais e metodológicas na intervenção orientada para os direitos sociais das crianças:

“Cada caso é um caso, mais do que haver receitas uniformes e universais para tratar de crianças e jovens em risco, há que avaliar cada caso como único e de certeza muito complexo.

Realmente, só mesmo formando um enquadramento bastante complexo de apoios interdisciplinares e integrados, bem focados num plano de vida a desenhar e redesenhar em cada momento.

Apostaria na criação de equipas multidisciplinares, competentes, para acompanhar casuisticamente os problemas de proteção de crianças e jovens. Cada menino, cada família tem problemas diferentes e a múltiplos níveis. É o ataque a um problema que tem múltiplos problemas lá dentro. Posso estar a falar de uma realidade que nunca iremos ter, mas mais vale lutar por isto.

Mais uma vez acho que se poderiam criar soluções dentro da família. Sou grande apoiante da intervenção, caso a caso, com instrumentos de competência acrescida para uma abordagem multidisciplinar dos problemas das famílias.”

No caso da intervenção junto das crianças com necessidades especiais, a informante-chave reconhece os progressos realizados e a qualidade das instituições e do trabalho realizado:

Na área da deficiência não havia nada de nada, e, agora, há, as coisas são boas e funcionam bem. As instituições funcionam bem, são muito reguladas, regulamentadas, acarinhadas, têm muitos técnicos. Eu confio nas instituições. Não é um projeto de vida, mas tenho-as como uma boa ferramenta para ajudar as pessoas.

Finalmente, o centramento na capacitação das crianças surge como a intervenção mais necessária para a potenciação dos direitos sociais:

“Penso que devemos ensinar aos miúdos o que eles podem exigir: escola, educação, livros em casa, médico, etc. Os pais podem ou não dar, mas a sociedade tem de o fazer.”

Perspetiva das crianças e jovens

As crianças e jovens colocam a questão das desigualdades e privações sociais no quadro do conhecimento que possuem da sua própria experiência e da de outros colegas e amigos. Esta forma de observação da realidade por parte das crianças e dos jovens é congruente com aquilo que a investigação internacional revela: é a experiência, mais do que valores universais ou teorias sobre a sociedade que constrói as perspetivas das crianças e jovens e sobre o social.

Neste quadro, a observação do que fazem as famílias é muito importante. É aqui, no contexto doméstico, que as crianças sinalizam os maiores impactos da crise social, mas também as maiores responsabilidades:

Consideram que os pais com baixo nível de ensino não conseguem dar o apoio e ajuda que os filhos precisam. (Inês, 14)

As famílias às vezes rejeitam as crianças. O apoio em casa não chega a toda a gente. (Cláudia, 13)

Se a família estiver mal os filhos vão trazer os problemas para a escola. (Ruben, 13)

Muitos pais não participam nas palestras, porque não querem saber. (Carolina, 14)

Tirar os filhos aos pais às vezes é necessário para que sejam felizes. (Inês, 14)

A responsabilização das famílias é inerente à constatação da impossibilidade dos filhos terem condições de aprendizagem ou de desenvolvimento adequado. Mas essa responsabilização passa também para as próprias crianças, quando o seu comportamento não é considerado adequado para fazer face às dificuldades.

Os pais querem ajudar, mas os filhos não deixam. (Carolina, 14)

A atribuição causal às famílias dos impactos comportamentais da crise é injustificada e, por consequência, injusta. Todavia, corresponde a um efeito de individualização do domínio do social, isto é, de assunção como se fosse do domínio da vontade dos sujeitos singulares o que resulta de forças emanam da estrutura social, que é um efeito ideológico manifesto, cuja expressão mais visível é o da “condenação da vítima”. Que este efeito ideológico seja muito influente junto das crianças e jovens parece claro.

Alguns depoimentos tornam-no ainda mais evidente:

Há pessoas que deveriam ser elas mesmas e não são porque têm medo que não gostem delas e imitam as outras. (Iara, 12)

Existe vergonha, pessoas que passam mal e têm vergonha de pedir ajuda. Quem pede às vezes não tem tanta necessidade. (Ricardo, 13)

No entanto, a consciência de que os poderes públicos têm algo a dizer e a fazer é também manifesto. Isso é feito de modo crítico e reivindicativo:

O Estado não ajuda as pessoas. Cortaram nos apoios sociais. (Ana Silva, 12)

As soluções para os problemas demoram a chegar, pode existir um problema tipo violência doméstica e não existe solução. (Samuel, 13)

Os pais com maiores dificuldades deviam ser ajudados financeiramente para que pudessem apoiar os filhos na escola. (Inês, 14)

O escalão escolar é mal atribuído. Há filhos com pais desempregados que não recebem e outros a receber indevidamente. (Tânia, 14)

Já ninguém conta com o apoio do Estado para nada. (Diogo, 13)

Os lares deviam ter mais pessoas mais qualificadas. Crianças que estão lá deviam sentir amor. Dão-lhe o básico, mas o amor é ignorado. São pouco afetivos. (Ana, idade)

Devia haver mais formação para pais. As crianças com insucesso os seus pais também deviam ser ajudados. (Inês, 14)

Em suma, a perspetiva das crianças e dos jovens tende a considerar as realidades sociais a partir dos desempenhos individuais, assinalando especialmente a família como locus de ocorrência de perturbações e problemas que afetam o desenvolvimento das crianças e atribuindo responsabilidades e culpas, numa perspetiva predominante de individualização da culpa. Porém, as crianças e jovens consideram também as responsabilidades públicas do Estado, expressando um ponto de vista crítico e reivindicativo.

Em Síntese...

O município de Guimarães figura no conjunto dos 23 municípios que concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Esta situação não oculta, porém, uma significativa desigualdade social. Não existindo indicadores de medição dessa desigualdade, é, sobretudo do lado da pobreza que esses indicadores são mais expressivos.

Para a situação da pobreza concorre significativamente o desemprego, ainda que a média do município de Guimarães seja inferior à média nacional. O mesmo é verdade no que respeita ao desemprego juvenil, que afeta um em cada cinco jovens em idade ativa. Por razões demográficas, mas também económicas, Guimarães tem perdido população ativa

Os valores do desemprego que colocam o país num dos três países da Europa com taxas mais elevadas constituem um risco de pobreza para as crianças e suas famílias e são fonte de elevada instabilidade emocional e psicológica. Ao mesmo tempo, a gestão política da crise levou a uma significativa descida dos apoios sociais, em especial do Rendimento Social de Inserção. Neste domínio, importa registar que o subgrupo etário que tem mais beneficiários é o dos 0 aos 24 anos (40%9 do total, sendo também de destacar o elevado número de famílias monoparentais, aproximando-se bastante do número de famílias nucleares, entre as famílias a quem é atribuído o subsídio.

As situações de pobreza e as desigualdades sociais em geral estão associadas ao crescimento de comportamentos disruptivos e à violência social (ainda que uns não sejam consequência direta de outros). Isso é visível no conjunto dos fatores que levaram à sinalização de crianças pela Comissão de proteção de Crianças e Jovens. Com efeito, a violência doméstica, a negligência e os comportamentos assumidos pelas crianças/jovens que podem comprometer o seu bem-estar são os principais fatores que os colocaram em risco. Este diagnóstico é partilhado pela Rede Social. Quer a CPCJ quer a Câmara Municipal de Guimarães dispõem de recursos técnicos e metodológicos que permitem acompanhar as situações, promover a prevenção e responder face às situações mais dramáticas.

Aliás, a existência de uma rede social ativa e de uma rede de serviços e equipamentos contribui para a qualidade, adequação e celeridade das respostas que procuram responder às necessidades de apoio à infância e juventude.

O diagnóstico social é reforçado, nas opiniões dos informantes-chave, por uma forte implicação na procura de soluções e, no caso das crianças e jovens, por uma perspetiva responsabilizadora, que comete, seja às famílias, seja ao Estado, especiais implicações seja na génese dos problemas sociais, seja na resposta, como vista a debelá-los.

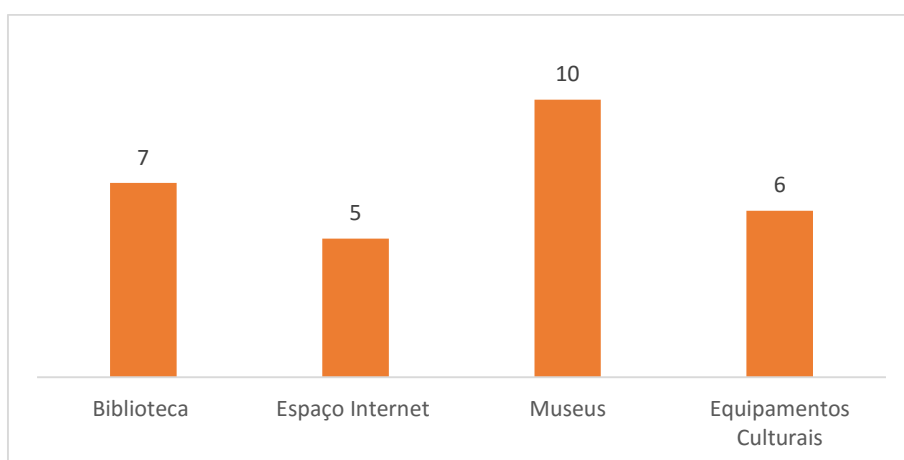
Cultura

Guimarães é uma das cidades históricas mais importantes do país, com monumentos emblemáticos, como o Castelo de Guimarães e o Paço dos Duques de Bragança, dois dos monumentos mais visitados no norte de Portugal.

O título de Património Cultural da Humanidade, a organização da Capital Europeia da Cultura em 2012 que trouxe à cidade novos edifícios e a requalificação de vários espaços vimaranenses, e mais recentemente o título de Cidade Europeia do Desporto (CED), em 2013, são demonstrativos do investimento da cidade no campo cultural.

Públicos e Equipamentos Culturais

Gráfico 66 – Serviços e equipamentos culturais, Guimarães, 2014 (N.º)



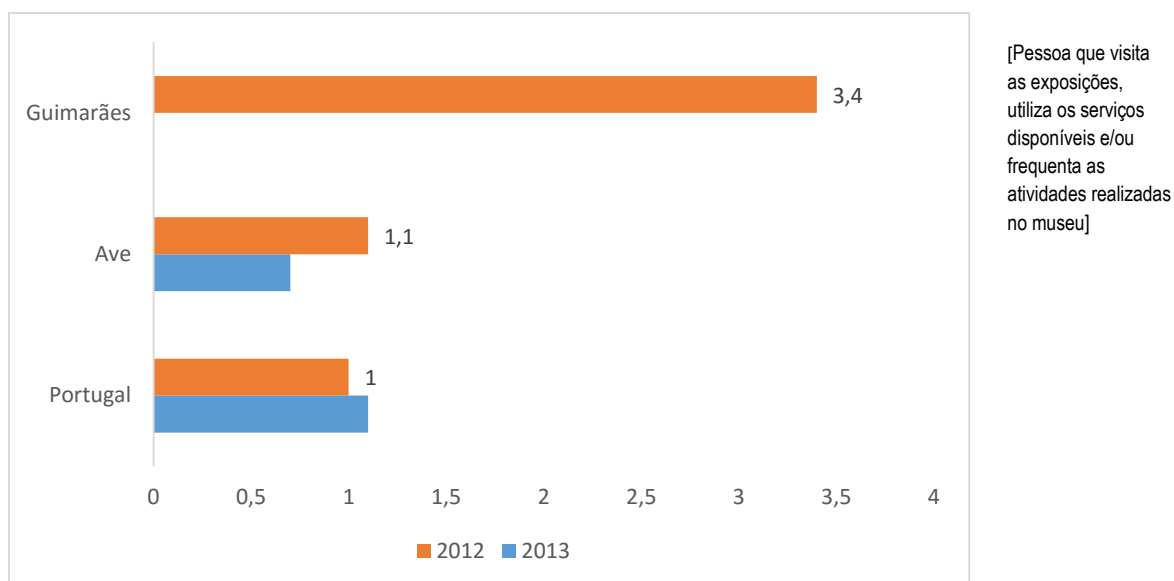
Fonte: Município de Guimarães, 2014

A cidade possui um leque de equipamentos culturais de Guimarães entre os quais se destaca o Centro Cultural Vila Flor (CCVF) cuja programação é assumida pela Cooperativa Municipal A Oficina. Esta cidade histórica possui vários monumentos emblemáticos que recebem inúmeros visitantes ao longo do ano.

O município revela uma aposta constante no acesso às novas tecnologias disponibilizando 5 espaços públicos para os munícipes.

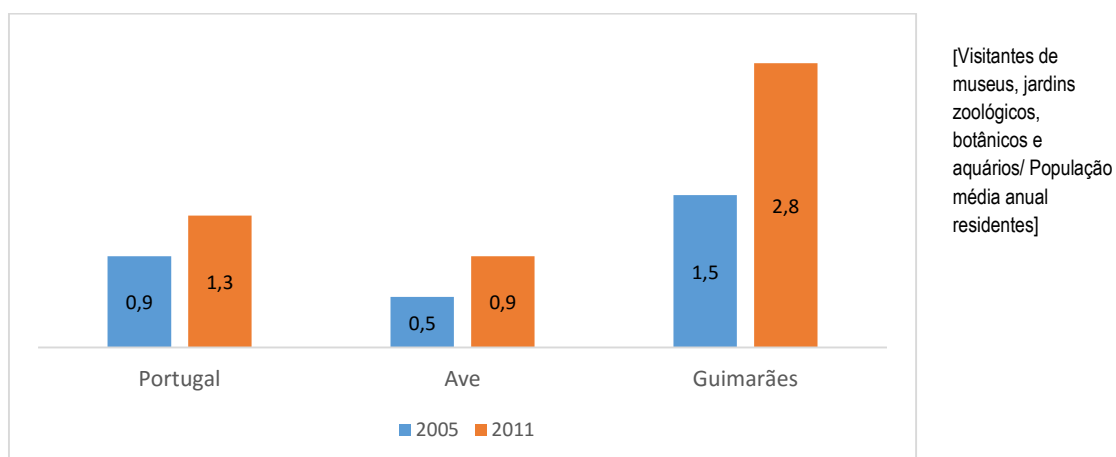
A Biblioteca Municipal Raul Brandão integra 3 extensões: a Biblioteca situada na Vila de Pevidém, a Biblioteca situada na Vila das Caldas das Taipas e a Biblioteca situada na Vila de Lordelo. Existindo, ainda uma biblioteca particular em Moreira de Cónegos.

Gráfico 67 – Visitantes de museus por habitante (N.º)



Fonte: INE, 2014

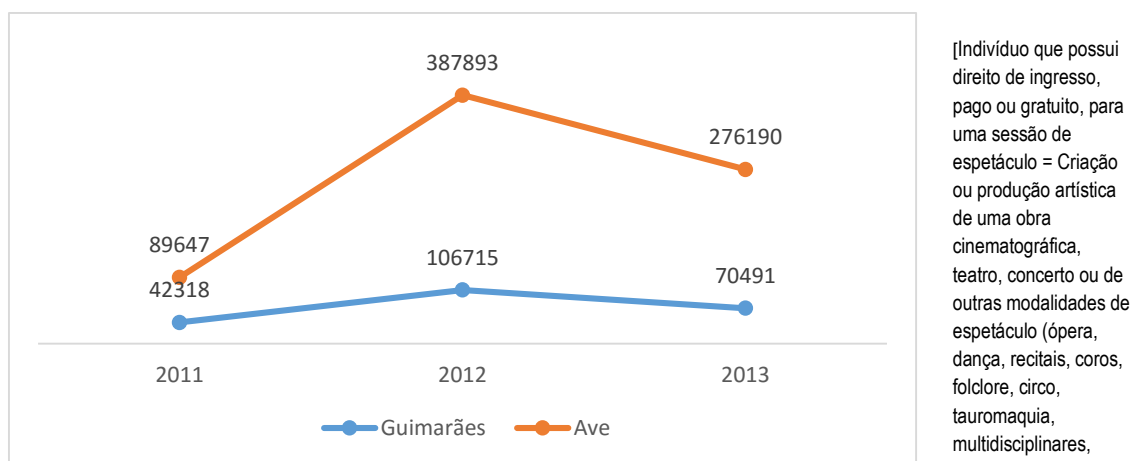
Gráfico 68 – Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante (N.º)



Fonte: INE, 2014

Os dois gráficos anteriores ilustram o número de visitantes em diferentes espaços culturais. Importa salientar que os números relativos a 2012, do gráfico 67, comportam o movimento gerado pela organização do evento Guimarães Capital Europeia da Cultura. Não obstante, e como visível no gráfico 68, a cidade regista um número de visitantes bastante superior à média nacional e regional.

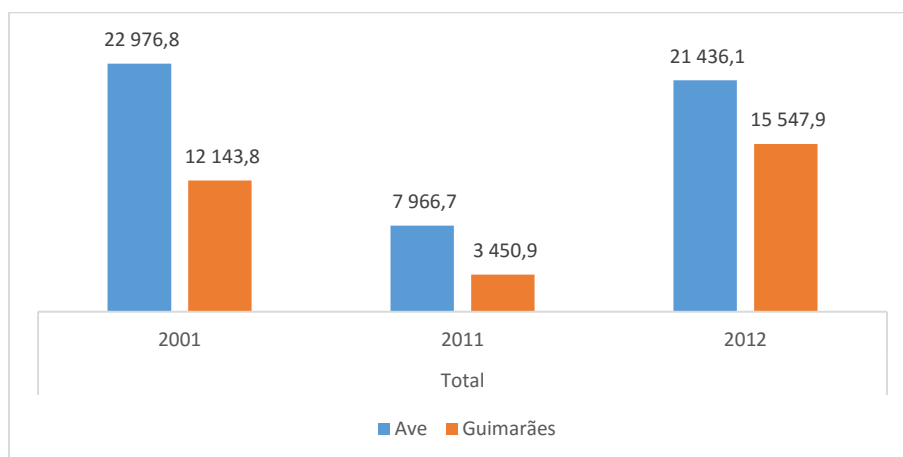
Gráfico 69 – Espetáculos ao vivo: espectadores (N.º)



Fonte: PORDATA, 2014

O ano de 2012 registou um número elevado de espectadores, face à realização do evento Capital Europeia da Cultura, registando-se, desde então, uma diminuição assinalável.

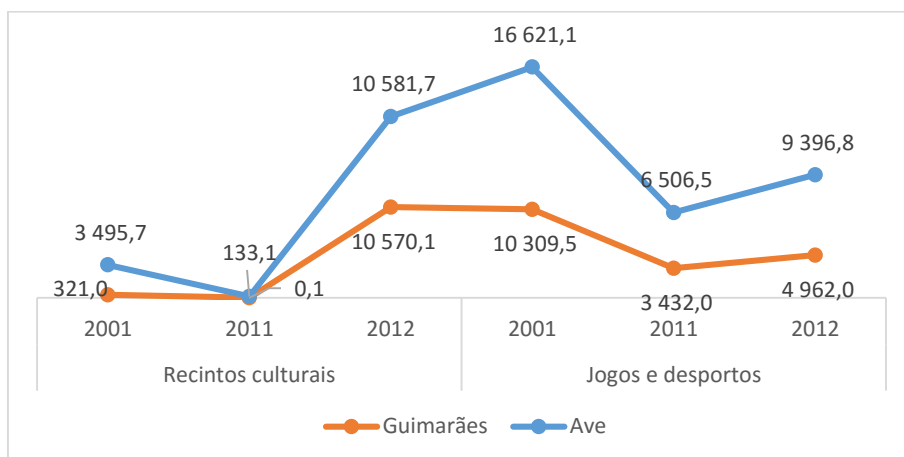
Gráfico 70 – Total de Despesa de capital das Câmaras Municipais em cultura e desporto (€)



Fonte: PORDATA, 2014

O ano de 2012 registou um aumento de despesas no âmbito da cultura e desporto face à realização do evento da Capital Europeia da Cultura. Guimarães apresenta investimentos assinaláveis em todos os anos assinalados e que correspondem a valores superiores a 47% do total do investimento na cultura e desporto efetuado no Ave.

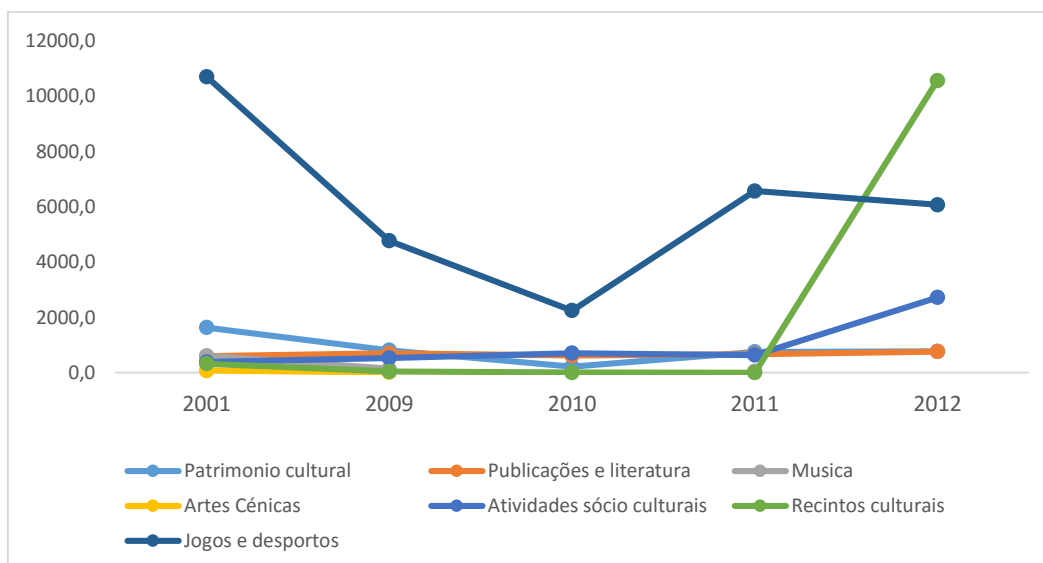
Gráfico 71 – Total de Despesa de capital das Câmaras Municipais em recintos culturais e jogos e desportos (€)



Fonte: PORDATA, 2014

O gráfico evidencia que em 2001 grande parte do investimento recaiu no domínio dos jogos e desportos revertendo-se esta tendência em 2012 com um maior investimento em recintos culturais. Do total de despesas efetuadas em 2012, no município de Guimarães, cerca de 30% foram feitas no domínio dos Jogos e desportos e 67% em Recintos culturais, perfazendo um total de 97%. Na NUT do AVE o total dos investimentos realizados centra-se também nestes dois domínios, com uma percentagem total de 93%.

Gráfico 72 – Total de Despesa de capital da Câmara Municipal de Guimarães em cultura e desporto por domínio cultural (€)



Fonte: PORDATA, 2014

Ao analisar o gráfico constata-se que existe uma tendência para um desinvestimento na área cultural que compreende os anos entre 2001 e 2010. A partir deste período houve um aumento considerável do investimento em recintos culturais e em atividades socioculturais decorrentes da realização da Capital Europeia da Cultura. Observa-se, também, um forte investimento ao longo de todos os anos no domínio dos jogos e desportos.

Atividades Culturais para Crianças e Jovens

Tabela 6 – Crianças e Jovens inscritas na Academia de Bailado de Guimarães, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>					<i>Total</i>	
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	M	F
Bailado	23	64	23	9	7	1	125
Dança		8	18	7	3	6	30
Teatro			11	1			
Total	23	72	52	17	10	7	155

Fonte: Academia de Bailado de Guimarães, 2014

Tabela 7 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>				<i>Total</i>
	0-6	07-12	13-18	19-24	
Outras	78	526	42	0	646

Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2014

Tabela 8 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Internacional das Artes José de Guimarães, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>					<i>Total</i>
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	
Leitura/contos	62	56	27			145
Visitas Guiadas	43	314	594	697	227	1875
Oficinas	2	42	3	6		53
Espetáculos		221	72	33		326
Total	107	633	696	736	227	2399

Fonte: Centro Internacional das Artes José de Guimarães, 2014

Tabela 9 – Crianças e Jovens que participaram em atividades da Biblioteca Municipal Raúl Brandão e seus Pólos, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>					<i>Total</i>
	Sessões	2-5	6-12	13-18	19 +	Frequenta dores
Espetáculo de Poesia	2	-	-	-	-	-
Cinema	56	-	-	-	-	-
Música/ tocar instrumento	2	-	-	-	-	-
Dança	1	-	-	-	-	-
Informática/Internet	-	-	-	-	-	10460
Leitura/contos	37	954	465	-	-	1419
Ateliês artes plásticas	-	-	145	-	-	145
Teatro Fantoques	20	469	416	16	-	901
Visitas Guiadas	27	56	299	17	31	403
Encontros c/ escritores	9	-	-	-	-	-
Total	154	1479	1325	33	31	13328

Fonte: Biblioteca Municipal Raúl Brandão, 2014

Tabela 10 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Cultural Vila Flor, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>					
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	Total
Leitura/contos						95
Visitas Guiadas		32	224	81	77	475
Oficinas	71	98	78	17	11	536
Espetáculos		453	561	264	26	1574
Total	71	583	863	362	114	2680

Fonte: Centro Cultural Vila Flor, 2014

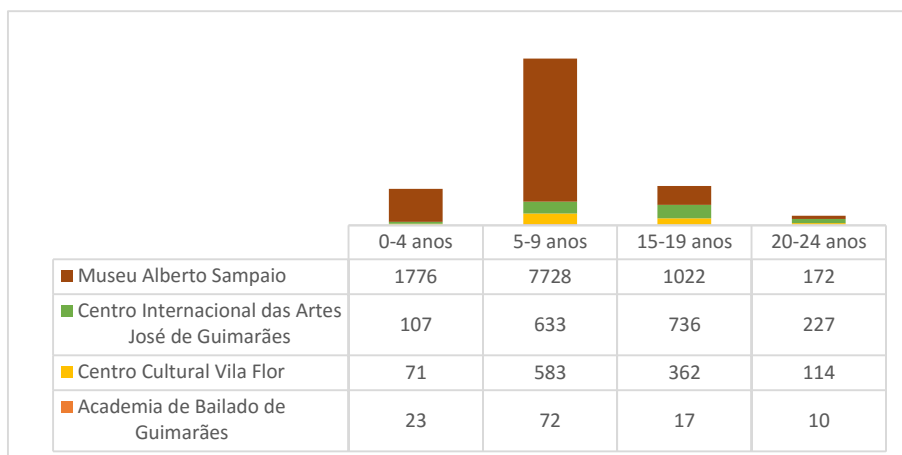
Tabela 11 – Crianças e Jovens que participaram em atividades do Museu Alberto Sampaio, ano 2013 (N.º)

<i>Tipo de resposta</i>	<i>Grupo etário</i>					
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	Total
Leitura/contos	349	231				580
Música/ tocar instrumento		43	48	48		139
Pintura		91		22	71	184
Teatro	1303	4283	843	216		6645
Visitas Guiadas	71	1919	1054	544	101	3689
Outras	53	1161	308	192		1714
Total	1776	7728	2253	1022	172	12951

Fonte: Museu Alberto Sampaio, 2014

As tabelas anteriores revelam a existência de uma diversidade de respostas, na área da cultura e serviços educativos, proporcionada pela rede de equipamentos culturais existente no concelho. O número de participantes é bastante relevante demonstrando que existe uma aposta na oferta para os públicos mais jovens por forma a sensibilizá-los, desde cedo, para a cultura e educação.

Gráfico 73 – Crianças e Jovens que participaram em atividades dos Serviços Educativos por grupo etário, 2013 (N.º)

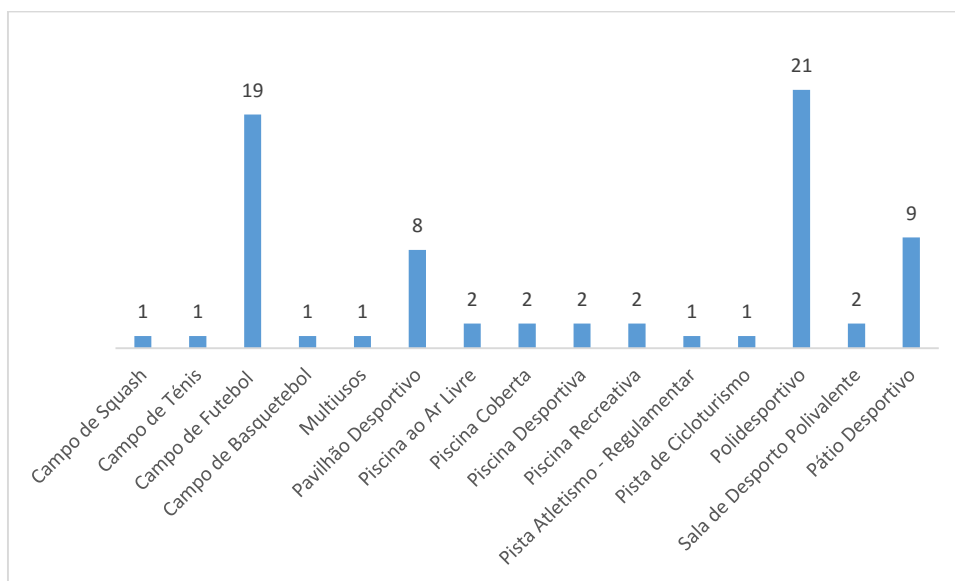


Fonte: Academia de Bailado de Guimarães/Centro Internacional das Artes José de Guimarães/Centro Cultural Vila Flor/Museu Alberto Sampaio, 2014

O gráfico evidencia que grande parte das atividades dos serviços educativos se dirige aos públicos com idades entre os 5 e os 9 anos.

Lazer e Desporto

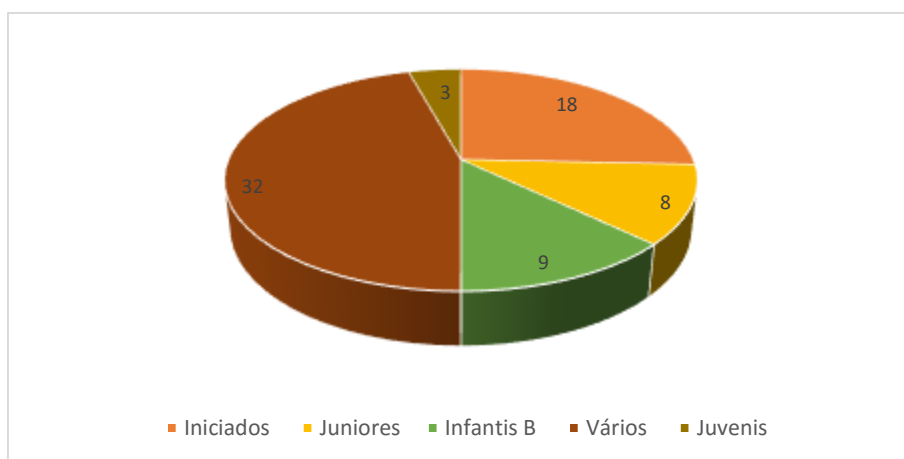
Gráfico 74 – Serviços e equipamentos desportivos, Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: Mapeamento de serviços e equipamentos realizado no âmbito deste projeto, 2014

Os campos de futebol, com 19 campos assinalados no mapeamento realizado e os polidesportivos, com 21 registos, destacam-se em termos de número dos restantes equipamentos desportivos existentes no município.

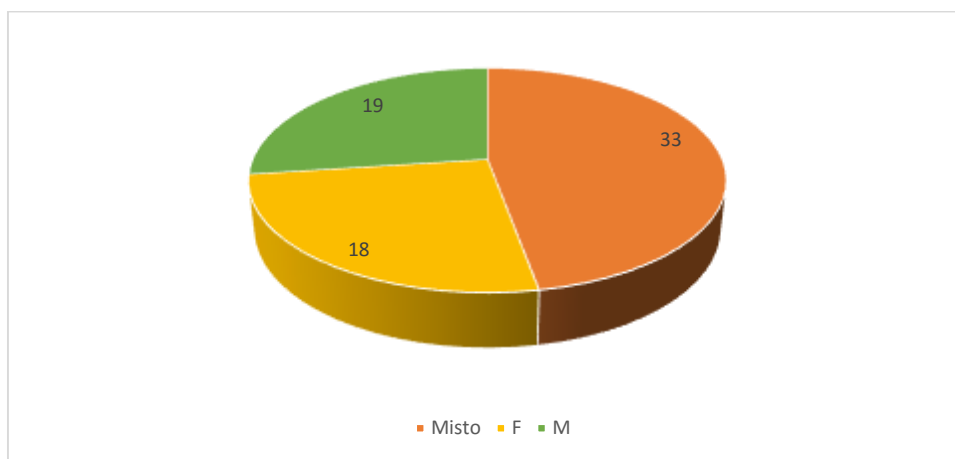
Gráfico 75 – Escalões do desporto escolar, Guimarães, 2013 (N.º)



[Escalões etários desporto escolar 2013/2014: Infantil A (8- 10 anos) Infantil B (11- 12 anos) Iniciados (13-14 anos) Juvenil (15-16 anos) Júnior (17-21 anos)]

Fonte: Câmara Municipal de Guimarães, 2014

Gráfico 76 – Modalidades do desporto escolar por género, Guimarães, 2013 (N.º)



[O Desporto Escolar é "(...) o conjunto de práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e de ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo" (Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro)]

Fonte: Câmara Municipal de Guimarães, 2014

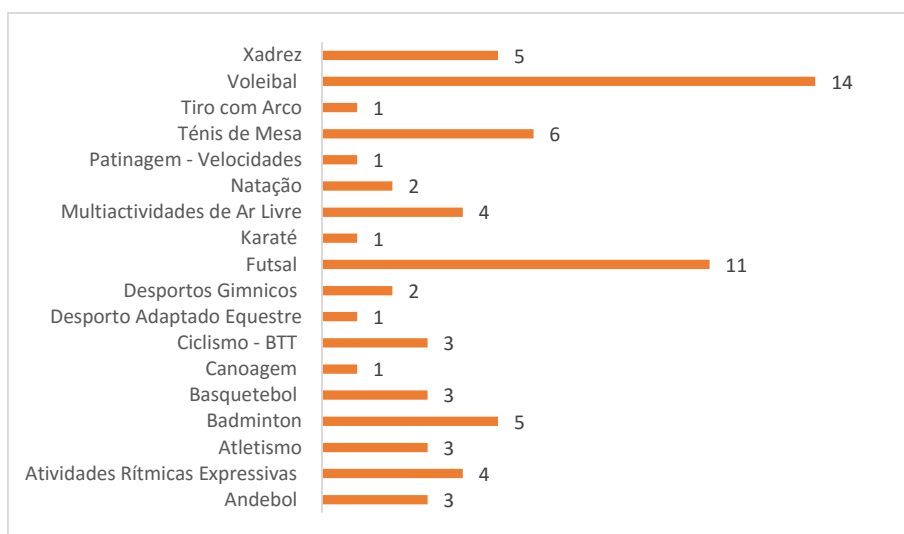
A leitura dos dois gráficos anteriores apontam para existência de vários praticantes do desporto escolar, em diferentes escalões e modalidades.

Grande parte das modalidades têm praticantes de vários escalões, pelo que se destaca, em número, relativamente às modalidades que só possuem um escalão.

Os praticantes do escalão de iniciados, ou seja, entre os 13 e 14 anos são bastante representativos, com 18 grupos no total das modalidades.

Quanto ao género, grande parte das modalidades são mistas, ou seja, têm praticantes de ambos os géneros. O número das praticadas só por um dos géneros é muito próximo: 18 do sexo feminino e 19 do masculino.

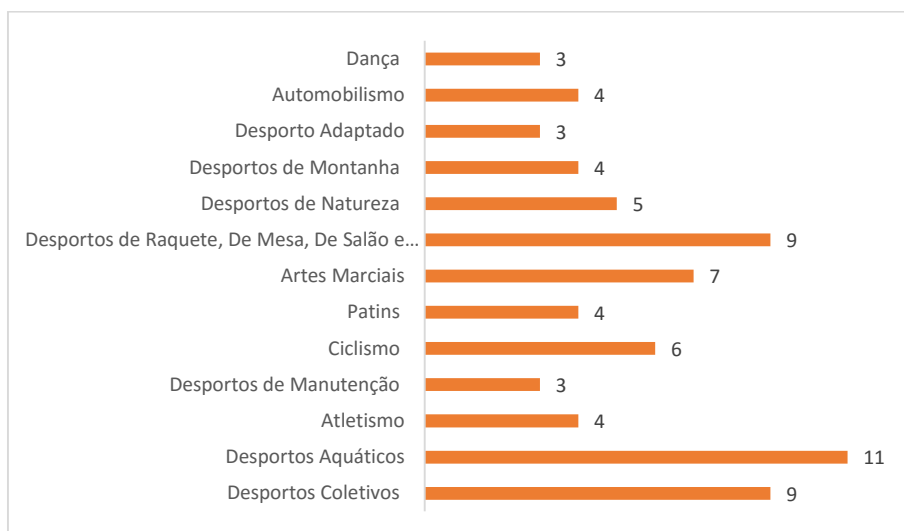
Gráfico 77 – Modalidades do desporto escolar praticadas, Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães, 2014

O gráfico revela que o voleibol é um dos desportos mais comum, nas várias Escolas. A sua prática é feita em diferentes escalões e por praticantes de ambos os géneros. Segue-se, muito de perto, o futsal e mais distanciadamente as modalidades de ténis de mesa, xadrez e badminton.

Gráfico 78 – Modalidades praticadas (competição, desporto formal e informal), Guimarães, 2013 (N.º)



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães, 2014

No conjunto das modalidades praticadas no concelho de Guimarães, diferenciam-se os desportos aquáticos (natação, polo aquático, hidroginástica, etc.) com 11 tipos de modalidades, seguidas dos desportos coletivos com 9 modalidades (futebol, andebol, voleibol, etc.) e dos desportos de raquete, de mesa, de salão e Golf que registam a prática de 9 modalidades diferentes (xadrez, ténis, golf, etc.).

Perspetiva dos atores sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

O Lazer, Desporto e Cultura integram o diagnóstico social realizado pela Rede Social de Guimarães que referencia o conjunto de infraestruturas de lazer, de desporto e de cultura existentes em cada uma das CSIF. Destacam-se dos problemas identificados pela Rede, neste domínio, a “Dificuldade na acessibilidade e mobilidade das crianças e jovens do interior do concelho às atividades culturais, sociais e desportivas promovidas no centro urbano” (pág. 41); “Falta de atividades culturais para pessoas com deficiência. Falta de formação por parte das instituições e técnicos culturais para desenvolver atividades culturais para públicos com deficiência” (pág. 50)

Com base nesse diagnóstico a Estratégia 2015-2020 do Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães, propõe várias medidas com vista a criar as condições para que todos os cidadãos possam usufruir do direito à cultura e ao lazer.

Apoio Cultural

Acesso a bens culturais – a falta de transporte por parte das instituições, congregada com as dificuldades económicas vivenciadas pelas famílias, inviabilizam, muitas vezes, a possibilidade dos grupos mais vulneráveis à pobreza e exclusão acederem a bens e iniciativas culturais, quase sempre, concentrados no núcleo urbano, pelo que se considera importante encontrar mecanismos que permitam a deslocação destes públicos através da facilitação dos transportes e/ou pela minimização dos custos de participação nas atividades.” (Página 166)

Interculturalidade – capacitar para a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências e espaços de diálogo intercultural.(pág. 156)

Educação não Formal e Animação Sociocultural - capacitar os profissionais com técnicas e recursos como a expressão dramática e a animação de histórias que lhes permitam efetuar a animação de espaços de ocupação de tempos livres e de recreios.

Dinâmicas de Animação de Grupos - capacitar os técnicos com novas técnicas e metodologias que permitam promover competências de desenvolvimento pessoal e social com as crianças e jovens, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e os adultos.

Educação Artística para pessoas com deficiência e idosos - qualificação dos técnicos culturais na promoção de atividades culturais e artísticas para pessoas com deficiência e pessoas idosas. (pág. 158)

Perspetiva dos informantes-chave

A análise dos indicadores relativos à cultura, lazer e desporto merecem diferentes leituras por parte dos informantes-chave entrevistados.

A Dr^a Elisabete Paiva que coordenou o Serviço Educativo de A’Oficina sublinhou a prevalência das atividades ligadas ao património sobre atividades associadas à modernidade: *“apesar de a autarquia ter investido bastante em equipamentos mais*

virados para as artes contemporâneas, há um salto que ainda não se deu do ponto de vista da participação da população nessas atividades mais ligadas ao presente e à contemporaneidade. E, de facto, a presença dos serviços educativos ligados a linguagens mais contemporâneas é fundamental.”

“Se a população não tem um interesse espontâneo, há que trabalhar sobre esse interesse: do ponto de vista do marketing, da comunicação e do reforço dos seus serviços educativos.”

“Os mediadores (professores, educadores, animadores socioculturais e pais) têm mais facilidade de compreensão do valor da participação nestas atividades (como a visita ao museu ou as sessões de leitura de contos) do que da visita a um museu de arte contemporânea, como é o Centro Internacional das Artes José de Guimarães ou a ida a um espetáculo de teatro ou dança mais contemporâneos.”

Reforçou a importância de desenvolver uma estratégia de comunicação continuada no tempo que promova *“Guimarães enquanto cidade de arte contemporânea.”*

As próprias Escolas não promovem o acesso a outros tipos de oferta cultural: *“há uma característica nas artes contemporâneas que eu não vejo na forma como muitas escolas trabalham ainda a questão cultural, que é uma forma integrada de pensar as formas artísticas, por natureza ligadas à filosofia, à política ou à sociologia.*

“Quando estamos a falar de artes contemporâneas, também se fala de festa, de convivência social, mas também se fala doutro nível, como a convocação de assuntos políticos e sociais para dentro das manifestações, dos espetáculos, das exposições, dos concertos... Embora a música seja a área mais fácil de defender, pois tem uma maior abrangência e, dentro da população jovem, há sempre uma grande atenção à área da música.”

Propõe como medidas que provam o acesso à cultura por parte das crianças e jovens, a mudança de paradigma por parte das Escolas: *“As escolas têm de mudar, são o maior problema da cultura no país. As escolas estão a formar cidadãos ordeiros e submissos, que se sentam, escutam e replicam conhecimento (só aquele que é transmitido).(...) nós não estamos a educar cidadãos pensantes.”*

“Há muito paternalismo na forma como se diz que temos de dar às crianças e aos jovens o que eles querem, porque aquilo que nós queremos é bastante condicionado pelas referências que temos. Ora, se ninguém trabalhar, desde cedo, na ampliação das nossas referências, aquilo que pensamos e, por consequência, vamos exprimir, é bastante limitado.”

“Deveria haver um projeto que compromettesse todos os agrupamentos de escolas, que devem prestar serviço público, a garantir que todas as crianças e os jovens do concelho, em todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao final do ensino secundário, frequentassem, pelo menos uma vez por ano, ou o Centro Cultural Vila Flor ou o Centro Internacional das Artes José de Guimarães.”

“É muito importante investir em projetos que apostem no imaterial, na relação.”

O Presidente da Direção do Círculo de Arte e Recreio - C.A.R, Jorge Cristino, salientou a partir dos indicadores apresentados a crescente relevância cultural assumida pela cidade de Guimarães.

“Neste momento, Guimarães tem estado ao nível cultural das grandes cidades Lisboa e Porto, quer do ponto de vista da oferta quer do ponto de vista da procura.”

“Isto podemos dizer que são os sinais positivos na cultura, este equilibrar entre estas grandes cidades e também este conjunto de associações que acabam por alimentar os diversos meios culturais.”

Quanto a medidas que considera propiciarem o acesso à cultura refere a importância da promoção da multiculturalidade: *“No que à criança diz respeito, o CAR tem como prioridade, desenvolver um projeto que desenvolva a multiculturalidade através de intercâmbios culturais. De alguma forma, o objetivo é que as crianças e os jovens tenham a oportunidade de poder partilhar experiências e conhecimentos com diferentes povos e diversas tradições e culturas.”*

Na entrevista concedida pelo Diretor Regional do Norte do Instituto Português da Juventude (IPDJ), Manuel Barros, este destacou primeiramente a evolução positiva em relação ao acesso à cultura e ao desporto na região do Ave, considerando, no entanto, que é necessário:

“Repensar a articulação, por exemplo, do desporto escolar com o desporto informal e federado. Aí, temos de dar passos significativos.”

Esta evolução permitiu reagir mesmo a contextos de crise através da cultura de trabalho em rede - *“Portugal, neste momento, está muito mais apto a reagir a situações menos boas, porque estamos cada vez mais a trabalhar em rede.”*

Como aspeto mais crítico no campo cultural salienta que é necessário investir na promoção de hábitos culturais. *“Se virmos a Cultura como produto de consumo, é a ausência de públicos, a ausência dos hábitos culturais. Não a ausência de criatividade e dinâmicas culturais, mas sim a ausência de hábitos de consumo de cultura – aí temos de fazer um trabalho.”*

Quanto a propostas para a promoção do direito à cultura sugeriu que *“O Orçamento Participativo é das melhores formas de os jovens poderem definir os investimentos e os recursos que os municípios podem pôr à sua disposição, e que podem ser investidos em projetos que eles achem interessantes: em áreas como a mobilidade social, o acesso à cultura, a inserção de jovens e comunidades mais excluídas. Outra medida: ao nível das próprias juntas de freguesia urbanas, a organização de assembleias de freguesia de jovens, em que fossem feitas agendas baseadas nos problemas que as crianças e os jovens identificam na sua comunidade.”*

O Professor Sérgio Abreu, da Cooperativa Tempo Livre que tem como um dos eixos fundamentais de ação o fomento e incentivo da prática desportiva destacou, na sua

leitura dos indicadores referentes à prática desportiva: *“Quanto aos números, vou notando que é óbvia uma evolução positiva quer no aumento do número de praticantes, quer no aumento do número de modalidades disponíveis no nosso concelho. (...). Acreditamos que parte do aumento da taxa de participação desportiva nos últimos anos tem sido à base da aposta no desporto informal.”*

Refere que o desporto deve ser organizado de forma a *“dinamizar programas e serviços desportivos que toquem a todos e dentro das diferentes modalidades. (...) Há cada vez mais miúdos que querem praticar outras modalidades, que não se querem cingir ao futebol ou ao futsal.”*

Aponta como um dos aspetos a melhorar o domínio do desporto escolar: *“Aquilo que acho que falta no Desporto Escolar é uma aposta clara naquilo que deve ser o desporto na sua globalidade, as suas regras, a competição, o que só por si já iria ajudar no ambiente escolar, que às vezes é tão difícil.”*

Aponta como prioritário o investimento na promoção de uma cultura desportiva que englobe todos os agentes: *“Apostava numa cultura desportiva diferente. Já temos essa sorte em Guimarães, já temos algumas coisas que estão a mudar. Porém, em termos de formação de pais, acho que seria interessante formá-los para serem bons pais de atletas.... Basicamente, apostava na clarificação dos papéis de cada um (pai, dirigente, treinador e atleta) dentro da prática desportiva. Saber o que cada um tem e deve fazer dentro dos seus limites – e respeitá-los.*

Só nos falta a cultura desportiva, que demora mais tempo e que não tem um reflexo óbvio, é algo que tem de ser trabalhado e implementado por todos, principalmente pelos dirigentes e gestores desportivos.”

Perspetiva das crianças e jovens

Os grupos focais incidiram nas questões da Cultura salientando sobretudo os entraves que encontram no acesso às suas diferentes manifestações, nomeadamente, a falta de informação sobre os eventos que acontecem, as dificuldades económicas das famílias que não permitem custear as despesas associadas, por vezes elevadas, e não incentivam os filhos a participar em eventos culturais e, por último, a rede de transporte deficitária que não permite a deslocação nos horários em que estas acontecem.

O papel deficitário da Escola na promoção do acesso à cultura foi também salientado por vários jovens que referiram que durante o ano letivo anterior apenas fizeram uma visita e outros nenhuma.

No âmbito desportivo mereceu particular atenção o facto da primazia da prática do futebol sobre as restantes modalidades cuja oferta é reduzida nas diferentes freguesias.

Os excertos seguintes decorrem de posições expressas nos grupos focais e nas sessões do Conselho de Cidadania.

Opiniões sobre o papel da família na promoção da cultura

É verdade que sentimos que há desinformação em relação aos eventos culturais e podemos sentir à parte porque não vivemos no centro da cidade, mas por outro lado, nos grupos focais refletimos sobre se os jovens estão mesmo interessados em participar. Será que nós crescemos com sentido crítico e vontade de participar nesses eventos se os nossos pais e família não valorizarem a cultura e não nos transmitirem essa necessidade. As pessoas que nos educam têm grande influência em nós. Devia haver uma formação para os encarregados de educação sobre a importância da cultura nas nossas vidas. (Catarina, 15 anos)

Há pouco, referiu-se que as crianças devem ter a oportunidade de ser criança, de brincar. No entanto, os pais não deixam as crianças sair de casa, têm medo, dizem que há insegurança. Devia haver mais sítios de lazer, parques, para as crianças se juntarem. As crianças não têm muita escolha. (Catarina, 15 anos)

Os pais não ligam a espetáculos (Ricardo, 16 anos)

O grau de formação baixo dos pais faz com que os filhos não se interessem muito pela cultura (Catarina, 15 anos)

Opiniões sobre papel da Escola

Relativamente às escolas, sinto que há demasiado foco nas áreas científicas e não se apoia tanto os jovens que querem e gostam realmente da cultura. Uma coisa é proporem atividades como as desportivas, mas creio faltar uma ligação à cultura. Falo por mim, gosto de cultura, mas não foi na escola que aprendi isso e faltam escolas que incutam nos jovens o gosto por museus e por concertos de música, por exemplo. Creio que falta essa ligação entre as escolas e a cultura. (Sara, 20 anos)

O que propunha é que os professores e psicólogos da escola possam informar mais e possam permitir que os jovens criem mini eventos nas escolas. (Paula)

Os alunos das Escolas do centro da cidade têm mais possibilidades de fazerem visitas aos museus, bibliotecas. (Inês, 13 anos)

As visitas de estudo são muito importantes porque gostam de aprender fora da escola, desperta-lhes mais interesse e curiosidade aprender de forma prática. (Inês, 13 anos)

Nos placards das escolas devia chegar informação atualizada de atividades fora da escola. (Ana Freitas, 17 anos)

Vamos uma vez por ano, na Escola, visitar um museu ou ver peça de teatro. Na visita ao museu militar foi só falar, não nos deixaram mexer em nada. (Eduarda, 14 anos)

As escolas não promovem o acesso a espetáculos. Este ano não foram a lado nenhum (Ricardo, 16 anos)

Atividades que vão à Escola – palestras. Algumas são interessantes (Catarina, 15 anos)

Opiniões sobre a oferta cultural

Acredito que se houvesse mais propostas culturais que envolvessem os jovens, inclusive na sua organização haveria envolvimento. O banco de voluntariado não tem muita atividade, não envolve muito os jovens. Devia ser mais fácil aceder e chegar lá. Deveria haver um banco de voluntariado jovem que aposte mais na educação desportiva, pegar nas infraestruturas que a cidade tem, não totalmente aproveitadas e colocarem-nas para que os jovens tenham oportunidade de as usar para fazer alguma coisa. Fazer concurso de artes para escolas em que os alunos dos cursos mostrem o que fazem. (Pilar, 23 anos)

Existe pouco suporte para ajudar os jovens a organizarem atividades. Apostar nos jovens e cursos de arte. O banco de voluntariado poderia dar oportunidade aos jovens de fazerem o que sabem a nível artístico. Neste momento a Internet permite acesso a muita informação. (Inês, 17 anos)

Criar um intercâmbio entre freguesias. Jovens de outras freguesias vão à freguesia que promove o evento cultural, mostrando aos outros o que existe lá. Por exemplo, os percursos pedonais existentes em muitas freguesias, porque não organizar eventos em que os jovens mostrem as suas freguesias aos de fora. Intercâmbios de diversas atividades apresentadas por jovens das localidades. (Bruno, 14 anos)

Criar estrutura de articulação que diga o que acontece mas que nos proponha também fazer acontecer. (Vitor, 18 anos)

Portanto, o problema é falta de interesse. Deveria baixar-se o nível de entretenimento e cultura, haver espetáculos mais acessíveis e que interessem os jovens, que não festivais de jazz. E acho que os intercâmbios devia ser entre escolas, com cursos de artes e outras coisas (Nadir Alexandra, 18 anos)

Considero que deveria envolver não só a escola mas também a comunidade em geral. Os jovens mais interessados conseguirão certamente envolver os menos interessados porque eles melhor do que ninguém os conhece. (Inês, 17 anos)

Não vão ao cinema porque não têm transporte. (Diogo, 13 anos)

Gostava que houvesse oferta de ensino de música e dança que não há na Escola. (Tânia, 15 anos)

Sinto que não chega informação sobre o que existe na cidade. Há pouca divulgação. (Inês, 13 anos)

Não há sítios onde os jovens podem passar o tempo, criar uma sociedade recreativa, ocupação tempos livres. Falta de um espaço para passar o tempo, sociedade recreativa com coisas para os jovens ocupar o tempo livre, com matrecos, bilhar, livros. Gerido por jovens e adultos. (João, 16 anos)

Os jovens têm acesso à cultura, mas não visitam os espaços. (Sílvia, 16 anos)

Deviam ter possibilidade de fazer coisas que ajudassem a crescer. As atividades extra são caras. (Luana, 15 anos)

Falta de recursos económicos e bem culturais. Em cada junta de freguesia deveria existir um parque de lazer. Mais teatro e espaços para os jovens socializar. (Flávia, 19 anos)

Nós não combinamos mais coisas com os nossos amigos porque não há atividades. Fogem para os shoppings. Não há muitas atividades para fazer (Catarina, 15 anos)

Devia existir um parque de diversões gratuito. (Bruno, 13 anos)

Devia haver sítios mais perto onde pudessem ir sozinhas nos tempos livres (Joana, 10 anos)

A distância e o terem que ir sozinhas para a cidade não permite aos mais novos participarem em atividades. (Catarina, 15 anos)

É importante sair de casa, ir passear, cinema, encontrar amigos, ir à cidade e estar num outro ambiente, espairecer e sair da rotina. (Francisca, 15 anos)

Opiniões sobre desporto

Só tem possibilidade de praticar futebol nos grupos desportivos que existem na sua área. Todas as outras que existem na cidade por não terem transporte não podem frequentar.

Deveriam existir mais locais para praticar outros desportos, voleibol. Existe para futebol mas não para outras modalidades. (Ana, 13 anos)

Gostava de fazer ginástica. Só há futebol. Outros tipos de desportos não há. (Ricardo, 15 anos)

Em Síntese...

As áreas da cultura e do desporto encontram no município de Guimarães uma significativa variedade de equipamentos e de instalações e uma importante oferta de atividades e de possibilidades de fruição cultural, recreativa e de lazer às crianças e jovens. A partir da presente década, sobretudo, e no âmbito de um conjunto de importantes iniciativas, de que se destaca Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, a oferta cultural e desportiva autenticamente disparou, paradoxalmente em contraciclo com a crise económica que, no resto do país, fez retrair fortemente a criação de equipamentos e recursos e a abertura de programas e projetos associados à cultura e ao lazer, em geral.

Do mesmo modo, a participação regular de crianças e jovens em atividades culturais e desportivas estruturadas é muito significativa no concelho. Para além das várias instituições culturais, públicas e privadas, a participação infantojuvenil nas atividades artísticas e culturais é fortemente dinamizada por um conjunto de serviços educativos que têm uma programação sistemática e um forte sentido de atração nas agendas que organizam.

As questões críticas nesta área onde se concretizam direitos culturais e de lazer tão estruturantes da vida das crianças, associam-se fundamentalmente com problemas de desigualdade de acesso e com problemas de qualidade e natureza da programação cultural e desportiva.

Estas duas dimensões críticas são evidenciadas no diagnóstico participado por todos os intervenientes.

Relativamente à questão do acesso à cultura, que corporiza dimensões de democracia cultural, a Rede Social enfatiza especialmente as questões da mobilidade intraconcelhia, dado que uma parte significativa da oferta cultural se concentra na sede do concelho, e da interculturalidade, considerando a diversidade dos públicos infantojuvenis que acedem à cultura. Esta questão é também referenciada por alguns dos informantes-chave. As crianças e jovens sinalizam as deficiências do acesso à cultura numa tripla dimensão: ausência de informação; ausência de mobilidade; custos da programação cultural. Algumas das propostas de intervenção face a este aspeto passam pela dinamização de ações de animação sociocultural e de criação de dinâmicas de educação não formal junto das crianças e jovens, especialmente nas freguesias mais afastadas do centro (proposta pela rede Social, por alguns informantes-chave, mas também por crianças e jovens), a dinamização de ações interfreguesias (proposta por crianças e jovens) e a criação de meios de mobilidade, especialmente em alguns eventos e ocasiões (proposta da Rede Social e de crianças e jovens).

Sobre a qualidade da oferta cultural, as posições dos intervenientes não são totalmente coincidentes. Para alguns (crianças e jovens) a programação cultural é elitista e não é suficientemente atrativa; para outros, (também crianças e jovens, mas

também agentes culturais) ela não é suficientemente diversificada, atual e qualificada. Neste domínio, a ação educativa é especialmente olhada com um olhar crítico, seja por crianças e jovens, seja por informantes-chave, pela ausência de uma ação educativa que seja ela também intrinsecamente cultural enraizada na produção artística e cultural disponível, diversificada e multipolarizada pela articulação dos estabelecimentos de ensino com as instituições e os agentes culturais e artísticos.

A questão do envolvimento e da participação dos atores é especialmente sensível e referenciada quer por crianças e jovens quer por informantes-chave. É nessa participação que se pode exprimir um sentido autêntico de intercâmbio e diálogo entre culturas, formas de expressão artística e comunicação cultural. Sendo esta temática transversal aos depoimentos prestados, é curioso verificar como a questão da participação é sublinhada pelos informantes-chave do lado da produção cultural e do lado das crianças e jovens também do lado da receção cultural. As condições de participação na receção cultural são vistas nas implicações que ela tem na ação educativa e na condição de aluno, mas também no interior da família e nas relações interfamiliares.

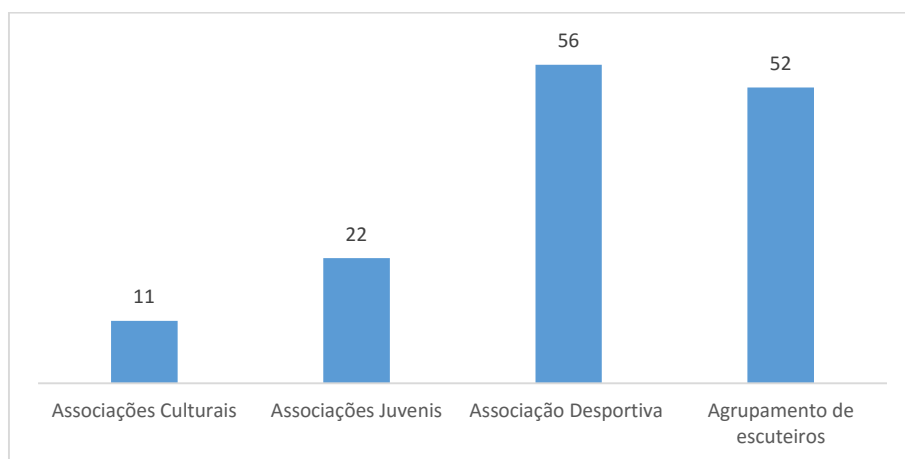
O desporto partilha com a cultura questões comuns nos domínios da acessibilidade, da participação e do papel da educação e das escolas. Mas a ligação mais funda entre desporto e cultura encontra-se afinal, nas palavras de um informante-chave, no conteúdo da “cultura desportiva” dominante e nos constrangimentos que ela provoca no acesso a um desporto para todos.

Participação

Esta área do diagnóstico corresponde à dimensão política da ação infantojuvenil. Apesar das crianças não terem direitos eleitorais ativos e passivos (não podem eleger nem ser eleitos, a participação, de acordo com as suas capacidades, está consagrada no artigo 12 da Convenção Sobre os Direitos da Criança, da ONU. Isso significa que as crianças não podem ser escolhidas da participação nas opções que se realizam e dizem respeito à sua própria vida, seja no domínio da família, da escola, das instituições que frequentam, da cidade ou da vida em comum. Sendo difícil de operacionalizar, este domínio encontra no município de Guimarães várias expressões, sendo de destacar o as aspetos inerentes à vida associativa.

Participação associativa

Gráfico 79 – Tipo de Associações, Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: Núcleo de Escuteiros de Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2014

Tabela 12 – Associações juvenis registadas na RNAJ, Guimarães, 2014

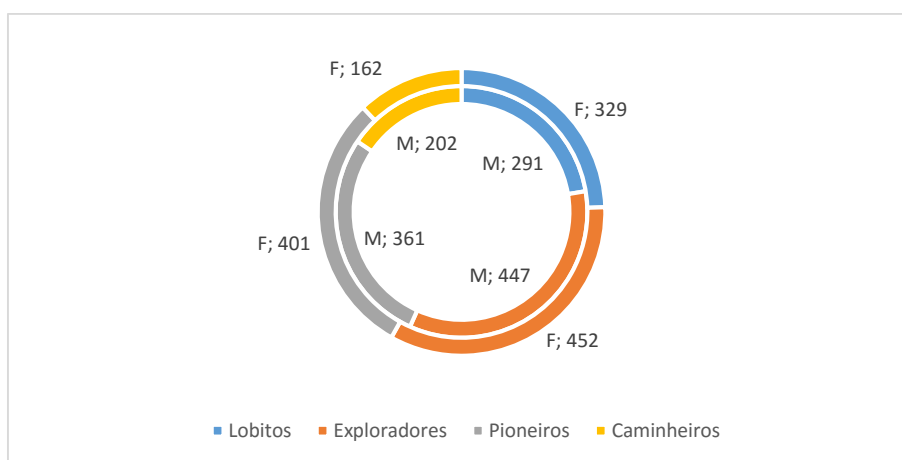
Tipo de Associação	Designação
Associação Juvenil	DEMO (dispositivo experimental, multidisciplinar e orgânico) - Associação Cultural
	AEECUM-Associação de Estudantes de Engenharia Civil da Universidade do Minho
	Associação Juventutis Progressio
	CINEFOCUM - Núcleo de Cinema da Universidade do Minho
	Associação Jovidém - Jovens de Pevidém
	Geoplanum - Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho
	Casa da Juventude de Guimarães
	Afonsina - Tuna De Engenharia Da Universidade do Minho
	Clube de Xadrez da Escola do Ensino Básico do 2.º E 3.ºciclos Professor João de Meira
	CEAJ - Centro de Entretenimento e Apoio à Juventude
	Tun'obebes - Tuna feminina de engenharia da UM - Associação
	Toque D'alerta - Associação

Grupo Informal de Jovens	Despertar Vermil - Associação Juvenil de Vermil
	Amiguinhos do Museu de Alberto Sampaio
	Moravia - Associação Juvenil de Moreira de Cónegos
	Grupo Cultural e Recreativo De Barco
	Associação Juvenil de Karaté Portugal
	Puzzlianos – Grupo Informal de Jovens
	Teengroup – Grupo Informal De Jovens

Fonte: IPDJ, 2014

A consulta do Registo Nacional do Associativismo Jovem, referente a 2014, revela que existem 17 Associações juvenis registadas, com sede em Guimarães e 2 grupos informais de jovens.

Gráfico 80 – Escuteiros por secção, Guimarães, 2013 (N)



Fonte: Núcleo de Escuteiros de Guimarães, 2014

O Corpo Nacional de Escutas está organizado pedagogicamente em 4 secções e está implementado na maioria das freguesias do concelho, com uma expressão bastante notória. Conforme evidencia o gráfico, envolve um total de 2645 crianças e jovens, distribuídos de forma quase idêntica entre ambos os géneros (M;1301 / F;1344).

Perspetiva dos atores sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

A Rede Social de Guimarães orienta a sua ação para a construção de um concelho inclusivo, onde todos os seus cidadãos possam ter acesso à satisfação das suas necessidades, ao trabalho e à participação cívica, independentemente da sua idade, sexo, escolaridade e formação, orientação sexual e capacidades físicas e mentais. (pág. 159)

Preconiza, assim, como orientação estratégica para 201-2020 ao nível da Participação Cívica:

“Participação das Crianças e Jovens na construção das Políticas Públicas Municipais observando o respeito pela Convenção dos Direitos das Crianças e Jovens - o planeamento do espaço público e das organizações, especificamente as sociais, nem sempre tem em conta as necessidades sentidas pelas crianças e jovens. Convém, por isso, encontrar mecanismos que permitam dar espaço e voz às crianças e jovens, contribuindo para a construção de cidadãos participativos e críticos e que influenciem a ação pública, garantindo uma ação coesa, sustentável e fortemente participada pelas crianças e jovens.” (pág. 178)

Perspetiva dos informantes-chave

O Presidente da Direção do Círculo de Arte e Recreio - C.A.R, Jorge Cristino destacou o papel das Associações como a que preside na difusão da cultura popular e na promoção de atividades de ocupação dos tempos-livres de carácter formativo que promovam o desenvolvimento pessoal, social e cívico das crianças e jovens: *“Na área de crianças e jovens existe uma componente que achamos que é importantíssima, o preenchimento de atividades de tempos livres. Para além da dimensão social, esta ocupação é uma forma de acederem às ofertas culturais. Portanto, é importante e fundamental o papel das associações que possuem a capacidade de garantir a universalidade e a gratuidade destas ofertas culturais. Para além disso existe um aspeto importantíssimo, de alguma forma não mensurável, que é o próprio crescimento individual da criança e do jovem enquanto frequentador/“consumidor” das atividades culturais, seja através das associações, de clubes recreativos ou atividades não formais. ”*

Na entrevista concedida pelo Diretor Regional do Norte do IPDJ- Manuel Barros este alerta para a facto de se assistir a uma nova tendência - *“as organizações de jovens, sociais e culturais sentem muito maior apetência e são chamadas a intervir muito mais na própria produção cultural ao nível dos espetáculos, música, teatro, etc. O próprio jovem (não digo tanto a criança, que é mais consumidora do que produtora) começa a ser, cada vez mais, produtor da sua própria cultura, da cultura que consome.”*

Destacou, ainda, a dinâmica crescente da cultura urbana - *“começam a aparecer algumas bolsas dessas novas tendências culturais que, no fundo, são inspiradas em situações de alguma exclusão social. E, baseados nessas expressões da exclusão social, estão a tornar esses reflexos em meios de inclusão social. Acho que essa área devia ser tida em conta, nomeadamente naquelas bolsas urbanísticas que existem dentro da cidade, nas quais os jovens sentem um afastamento.”*

Perspetiva das crianças e jovens

Os excertos seguintes decorrem de posições expressas nos grupos focais e nas sessões do Conselho de Cidadania.

Opiniões sobre o papel o direito a dar opinião

Temos diferentes opiniões de acordo com a idade que nos faz ter diferentes perspetivas Gostava de saber onde a nossa palavra vai chegar. Temos que ter alguém que nos oiça. (Diogo, 21 anos)

Os adultos às vezes dão-nos ouvidos, outras não porque não gostam da nossa opinião. Adultos não nos ouvem porque acham que não temos razão (Margarida, 9 anos)

Por serem crianças os adultos não estão tão recetivos a ouvir as suas opiniões. As crianças falam do que vivem. As novas tecnologias fazem com que tenham opiniões distorcidas da realidade (Gualter, 20 anos)

Os adultos sabem mais coisas porque já andaram mais anos do que nós (Tiago, 8 anos)

Nós também sabemos muita coisa que eles não sabem (Margarida, 9 anos)

Não dou opinião porque não estou dentro do assunto. Se alguém dá uma opinião é porque formulou uma ideia e então deve ser ouvido e se a ideia estiver errada deve ser corrigida (Diogo, 21 anos)

Os adultos só acham que uma opinião é importante se tiver a ver com algo que lhes diga respeito (Margarida, 9 anos)

O sentido de responsabilidade do adulto não deixa, às vezes, que ouça a opinião das crianças. (Diogo, 21 anos)

Os adultos compreendem mais se for um outro adulto a dar opinião. Eles deviam ouvir sem ter que ser um adulto a falar por nós (Margarida, 9 anos)

Dão opinião nos trabalhos que fazem em grupo na escola (Tiago, 8 anos)

Nos escuteiros usam as reuniões para darem opinião e se ouvirem. Todas as opiniões são discutidas. As reuniões das associações de pais são uma boa forma de participação e serem ouvidos. Devem existir Entidades a fazerem as coisas acontecer, a promover momentos para as pessoas serem ouvidas. (Diogo, 21)

As juntas fazem assembleias mas só parecem 6, 7 pessoas. Assembleias há muitas (Gualter, 20 anos)

Importante ouvir os jovens na altura em que não sabem bem o que querem da vida ou para o seu futuro. Para quem está a começar é que precisa de apoio. (Diogo, 21 anos)

Nós temos o direito a expressar a nossa opinião e as propostas vão de encontro a este direito. Mas o que é preciso é uma análise posterior a isso e saber se a nossa opinião vai ser tida em conta, porque dar a nossa opinião só por dar e não contribuir para algo

não sei qual a utilidade disso. As propostas são um pouco genéricas. Tem que haver uma atitude mais proactiva do outro lado. Se pudermos usar a nossa liberdade de expressão para construir algo mais, muito melhor. Por exemplo, considero uma boa ideia existir um provedor para ouvir os jovens, mas só no caso de este pegar naquilo que lhe é dito e fazer algo sobre o que falei e puder melhorar as condições da comunidade. (Pilar, 23 idade)

Os adultos veem-nos, jovens e crianças, como pessoas sem sentido crítico desenvolvido, com opiniões não bem formadas, agimos por impulsos e acham que eles é que tem experiência e vivência. Mas não é bem assim, nós temos opinião sobre o que nos rodeia e acho que além de sermos ouvidos temos que sentir que nos estão efetivamente a ouvir e que vão fazer algo que vá de encontro ao que nós pensamos. (Inês, 17 idade)

Opiniões sobre a participação política

Os jovens não têm consciência dos direitos que têm, um exemplo é o direito ao voto que deveria ser o dever ao voto (Diogo, 20 anos)

A mim mobilizam-me as questões ambientais (Cristina, 18 anos)

A mim mobilizam-me as questões ambientais, políticas sociais, escuteiros, apoio a pessoas carenciadas. Os partidos não fazem sentido. (Diogo, 20 anos)

Pensar no que os jovens querem, não só apresentar opções, saber que tipo de política querem seguir. Política não é só votar, é muito mais do que isso, é querermos mudar algo que não está bem. Devemos perguntar aos jovens o que querem mudar que é o que basicamente estamos a fazer aqui. Criarmos um movimento de jovens para partilha de ideias sobre aquilo que nós queremos nas diferentes áreas. (Diogo, 20 anos)

No ano passado participei no orçamento participativo, e foram defraudadas as minhas expectativas. Investi tempo e empenhei-me em algo que não deu em nada. Fiquei revoltada e se quisesse ir à Câmara manifestar o meu descontentamento não iria ser ouvida. (Lara, 14 idade)

Os jovens não vão estar interessados em ser ouvidos. Sei que já existem tertúlias, por exemplo organizados pelas juventudes partidárias e não há muito interesse por parte dos jovens em participar. (Paula, 16 idade)

Há jovens que não estão interessados, mas no meu caso não vou porque são organizados por juventudes partidárias. Normalmente o que os partidos querem é formar a tua opinião para que vá de encontro ao que eles pretendem. No meu caso se fosse organizado por jovens sem essas ligações partidárias, eu participaria. (Diogo, 20 anos)

Nas sessões eles perguntam-nos o que queremos fazer, ideias para melhorar. Sei que no orçamento participativo foi alargada a possibilidade de voto para os 16 anos graças aos contributos dessas juventudes partidárias. (Paula, 16 idade)

Pessoalmente não me relaciono com qualquer tipo política, mas não quer dizer que não tenha opinião e não tenha vontade de dar opinião e me envolver em contribuir com ideias e soluções. (Pila, 23 idade)

Criar tertúlias/assembleias de reunião dos jovens, sem interferência política, para debatermos questões e apresentar conclusões aos órgãos deliberativos da Câmara. (Vitor, 18 idade)

No fundo é manter este Conselho da Cidadania. Já está criada a estrutura. (Diogo, 17 idade)

Em Síntese...

Sendo os direitos participativos das crianças os mais recentes – na verdade só foram consagrados no final da década de 80, pela Convenção dos Direitos da Criança - não estão assumidos de modo consciente, alargado e consistente no conjunto da sociedade. No entanto, a ausência de participação é expressamente referenciada pelas crianças e jovens, que sublinham a pouca atenção que é dada às suas opiniões e posições, especialmente no interior da família e da escola. A questão da ausência de participação é, por eles, especialmente colocada no quadro das relações interpessoais entre crianças e adultos. Não são, em geral, referidos por crianças e jovens as condições institucionais em que essa participação pode ocorrer (legislação favorável, regulamentos relativos à audição obrigatória da voz das crianças, dispositivos institucionais orientados para a recolha da opinião das crianças, orçamento participativo jovem, assembleias deliberativas de crianças e jovens, etc.). No entanto, são ressaltados exemplos positivos e é formulada a opinião favorável à institucionalização de um órgão de consulta como o conselho da cidadania infantojuvenil.

Do lado dos informantes-chave é realçada especialmente a capacidade das organizações sociais promoverem processos de auscultação e consulta de jovens através de mecanismos informais, nomeadamente associados aos tempos livres e à cultura. Isso parece encontrar eco também no associativismo juvenil, que se exprime no município de Guimarães através de um significativo número de organizações associativas.

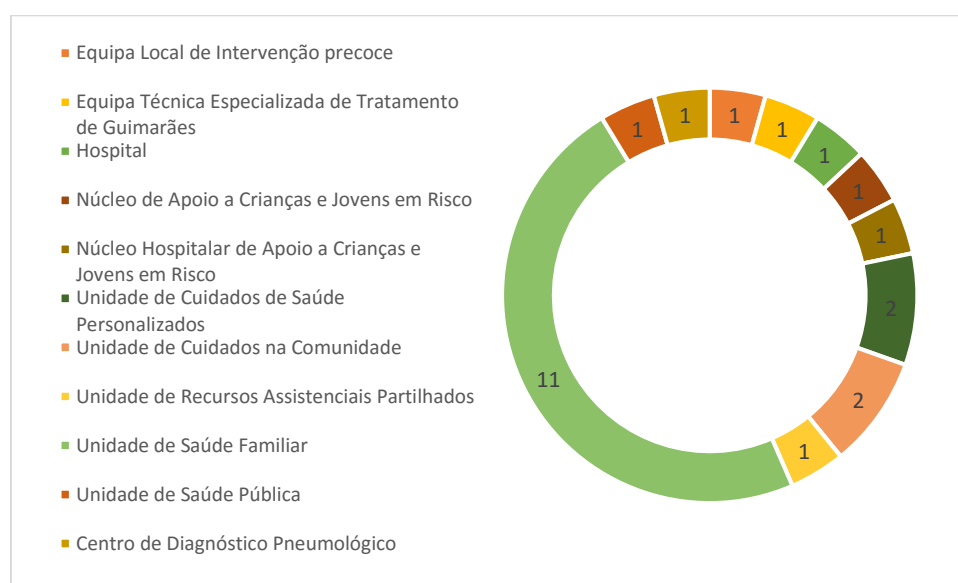
A ampliação das potencialidades existentes só se tornará possível no quadro de uma cultura efetiva de participação infantojuvenil.

Saúde

A rede de estruturas que prestam cuidados de saúde no concelho é bastante diversificada e disponibiliza vários recursos às populações, salientando-se as estruturas de cuidados de saúde primários que têm melhorado, ao longo dos últimos anos, a sua atuação no domínio da saúde materna e infantil, nomeadamente através da criação das UCC (Unidade de Cuidados na Comunidade).

Rede de respostas e equipamentos

Gráfico 81 – Estruturas de saúde do concelho de Guimarães, 2014 (N.º)

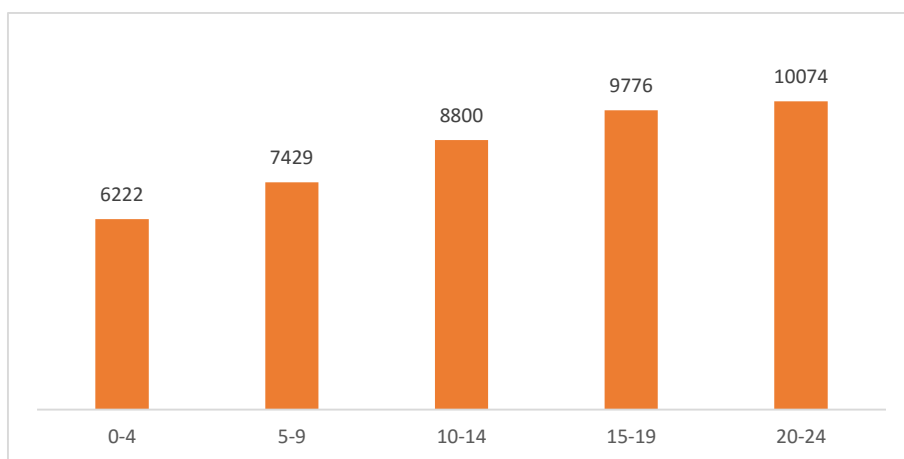


Fonte: Portal da Saúde, 2014

O gráfico revela as estruturas do Serviço Nacional de Saúde que prestam serviços à população do concelho de Guimarães. Grande parte delas integram o Agrupamento de Centros de Saúde Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto cujos principais serviços/cuidados de saúde que presta à população infantojuvenil são: consultas de saúde infantil, vacinação, acompanhamentos na Equipa Local de Intervenção Precoce, acompanhamentos no Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, apoio de psicologia, apoio de nutricionista e apoio de serviço social.

De destacar como evolução nesta área, desde 2011, a criação das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) responsáveis pelo desenvolvimento de vários projetos no âmbito da saúde escolar e materna.

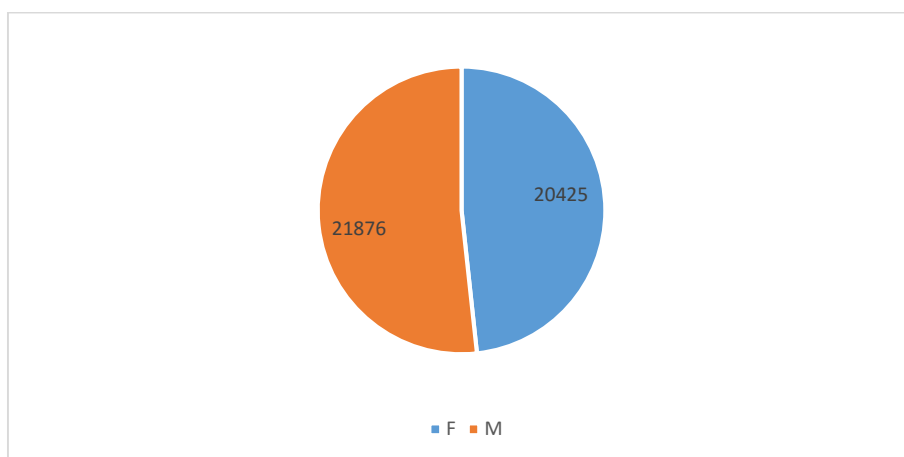
Gráfico 82 – Inscritos por grupo etário no ACES Alto AVE, 2014 (N.º)



Fonte: ACES Alto Ave, 2014

O n.º de utentes inscritos, com idade compreendida entre os 0 e os 24 anos, no ACES Alto Ave perfaz o valor de 42301. Os escalões etários 0-4 anos e 5-9 anos apresentam um número menor de inscritos o que se prende com baixa taxa de natalidade do concelho.

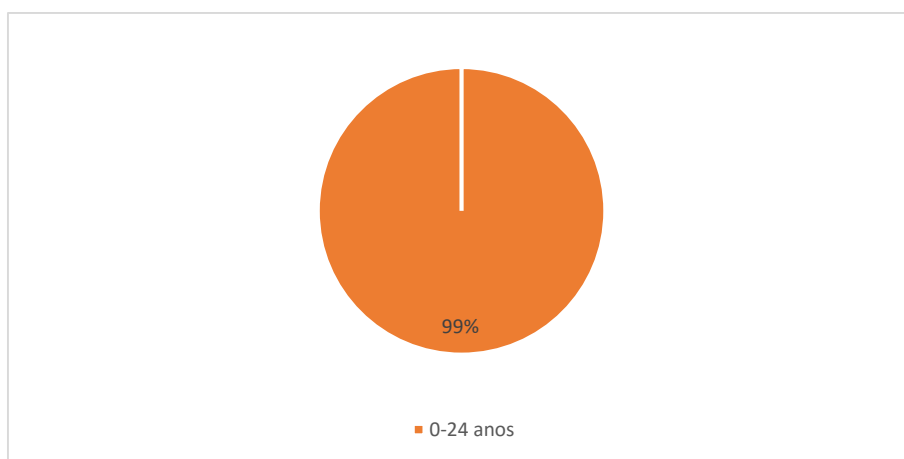
Gráfico 83 – Inscritos por sexo no ACES Alto AVE, 2014 (N.º)



Fonte: ACES Alto Ave, 2014

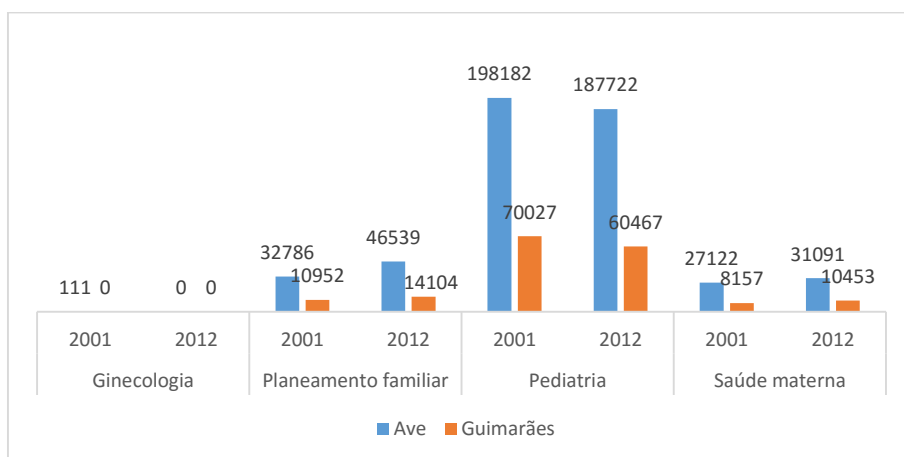
Quanto à distribuição por sexo dos inscritos no ACES Alto Ave, o gráfico anterior revela que é ligeiramente superior o número de inscritos do sexo masculino. Por sua vez, a taxa de vacinação no grupo etário 0-24 anos, representada no gráfico seguinte, situa-se nos 99%. Um valor extremamente positivo face ao valor nacional global que se situa nos 97%.

Gráfico 84 – Taxa de vacinação no ACES Alto Ave (%)



Fonte: ACES Alto Ave, 2014

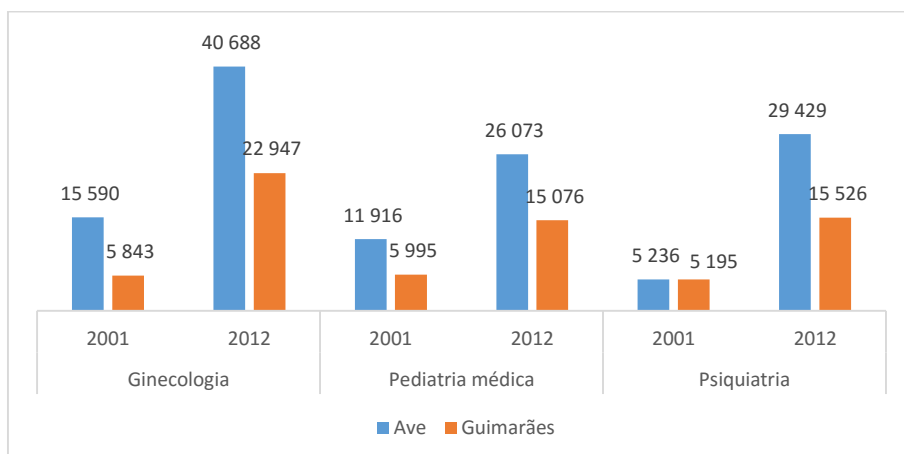
Gráfico 85 – consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (N.º)



Fonte: PORDATA, 2014

O gráfico revela um acréscimo importante no número de consultas de planeamento familiar e de saúde materna, quer no Ave, quer em Guimarães. Contrariamente, as consultas de pediatria registam um decréscimo.

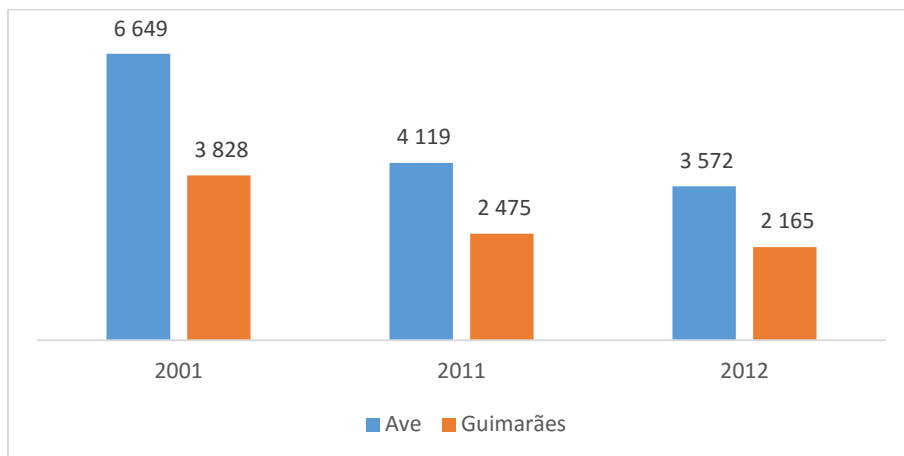
Gráfico 86 – consultas externas nos hospitais, por algumas especialidades médicas (N.º)



Fonte: PORDATA, 2014

O número de consultas, em todas as especialidades apresentadas, sofreu um aumento significativo entre 2001 e 2012. As consultas de ginecologia e pediatria têm um peso considerável em Guimarães, quando comparadas com o Ave e prendem-se com o facto de ser um hospital onde ocorrem muitos partos, como é visível no gráfico seguinte.

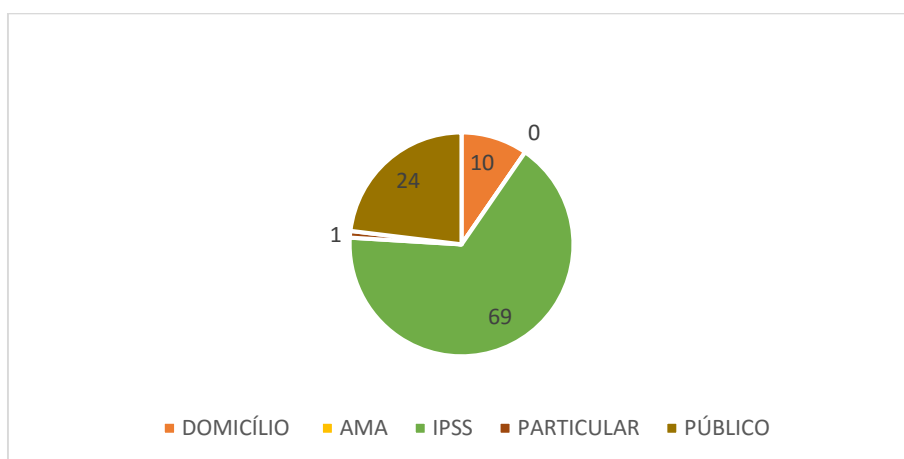
Gráfico 87 – Partos nos hospitais (N.º)



Fonte: PORDATA, 2014

Mantém-se a tendência registada na última década para o decréscimo no número de partos que se prende com a queda na taxa de natalidade. O Hospital de Guimarães regista mais de metade dos partos registados no Ave face à sua área geográfica de abrangência.

Gráfico 88 – Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) de Guimarães, contextos de intervenção, 2014 (N.º)



[Equipa Local de Intervenção de Guimarães (ELI) é constituída por uma equipa pluridisciplinar, com funcionamento transdisciplinar, assente em parcerias institucionais, integrando representantes dos Ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, da Saúde e da Educação e Ciência.]

Fonte: ACES Alto Ave, 2014

A ELI de Guimarães que integra o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e focaliza a sua ação nas crianças dos 0 aos 6 anos, apoiou, em 2014, 94 crianças/famílias. O gráfico revela os contextos de intervenção em que foram apoiadas, sendo que, este inclui os 10 casos referentes a Vizela que integra o ACES Alto Ave, perfazendo um total de 104.

Assim, é visível o papel das IPSS na referência das crianças que necessitam da intervenção da equipa.

Tabela 13 – Projetos promovidos pelo ACES Alto Ave, concelho de Guimarães (N.º)

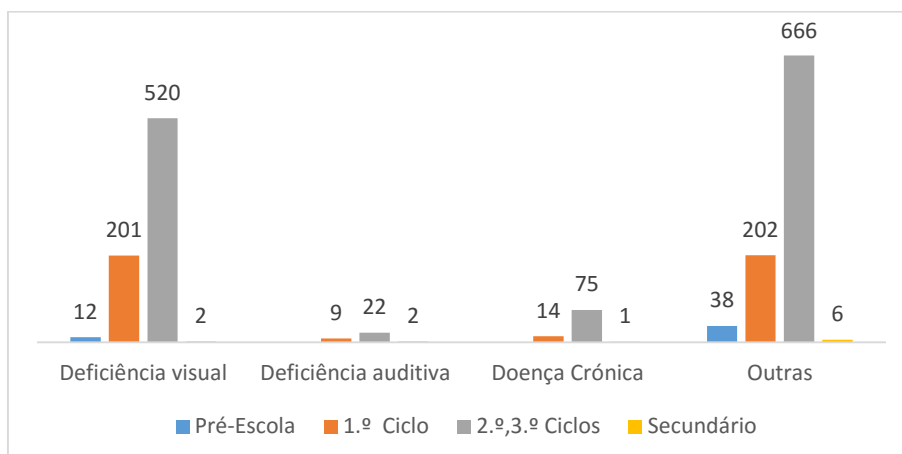
Estruturas de Saúde	Projetos	Destinatários
Unidade de Cuidados na Comunidade Guimarães	Programa Nacional de Saúde Escolar/ Saúde Individual e Coletiva/Inclusão Escolar/Ambiente Escolar	Comunidade Escolar (Alunos, Professores, Assistentes Operacionais e Pais / Encarregados de Educação)
	ESTILOS DE VIDA – Prevenção de consumo de substâncias nocivas (poderá incluir PELT)	
	ESTILOS DE VIDA – Educação Sexual e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (inclui PRESSE)	
	Saúde Oral	
	ESTILOS DE VIDA – Educação Alimentar incluindo PASSE	
	Intervenção Precoce	Crianças dos 0-6 anos de idade e suas famílias
	Apoio a Crianças e Jovens em Risco	Crianças e Jovens até aos 18 anos de idade, suas famílias/cuidadores
	Preparação para o Parto e Parentalidade	Grávidas/Famílias
	Apoio ao Aleitamento Materno	Todos os pais/famílias com recém-nascidos e lactentes
	Curso de Massagem ao Bebê	Pais/famílias de bebés dos 0 aos 12 meses de idade
Unidade de Cuidados na Comunidade Sol Invictus	Programa Nacional de Saúde Escolar/ Saúde Individual e Coletiva/Inclusão Escolar/Ambiente Escolar	Comunidade Escolar (Alunos, Professores, Assistentes Operacionais e Pais / Encarregados de Educação)
	Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral	
	Educação Alimentar em Meio Escolar Programa Regional de Alimentação Saudável em Saúde Escolar (PASSE)	
	Educação Sexual em Meio Escolar Programa Regional Educação Sexual em Saúde Escolar	
	Projeto: “Segurar a vida – Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida”	Funcionários de IPSS e/ou atores da comunidade envolvidos em projetos dirigidos a criança
	Intervenção Precoce	Crianças dos 0-6 anos de idade e suas famílias
	Preparação para o Parto e Parentalidade	Grávidas/Famílias
	Curso de Massagem ao Bebê	Pais/famílias de bebés dos 0 aos 12 meses de idade

Fonte: ACES Alto Ave, 2014

As UCC referenciadas desenvolvem vários projetos, no âmbito da saúde escolar que procuram abranger as crianças e jovens dos diferentes níveis de ensino.

O apoio à maternidade e parentalidade estão também presentes nos projetos desenvolvidos assim como, a intervenção precoce junto das crianças e famílias sinalizadas.

Gráfico 89 – Crianças com Necessidades de Saúde Especiais, UCC Guimarães do ACES Alto Ave, 2014 (N.º)



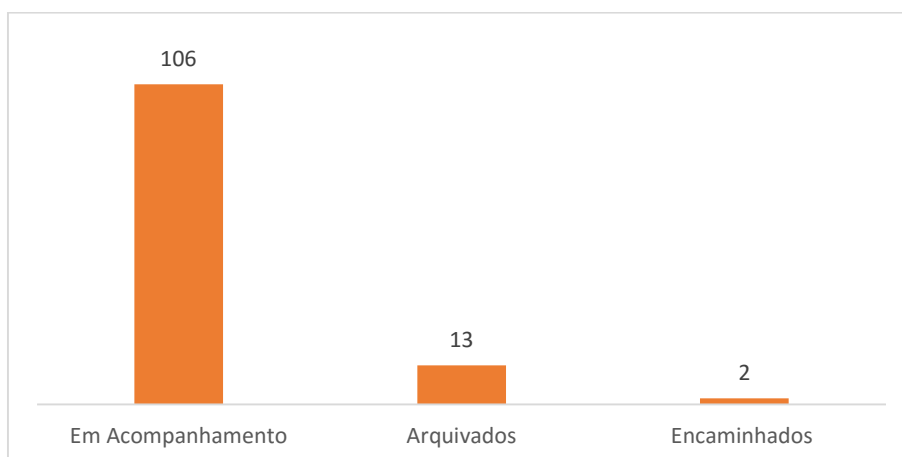
Fonte: UCC Guimarães, 2014

A UCC Unidade de Cuidados na Comunidade Guimarães tem referenciadas no seu relatório de atividades, do ano 2014, um total de 1770 crianças com necessidades de saúde especiais, nos diferentes níveis de escolaridade.

As ocorrências sinalizadas como outras registam um total de 912 casos, seguindo-se a deficiência visual com um total de 735 casos, dos quais 520 foram sinalizados nas crianças que frequentam o 2.º e 3.º ciclos.

Da UCC Sol Invictus reportaram-nos o acompanhamento de 57 casos: 7 no pré-escolar, 27 no 1.º ciclo, 15 no 2.º e 3.º ciclo e 8 no secundário.

Gráfico 90 – Casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, ACES Alto Ave, concelho de Guimarães, 2014 (N.º)

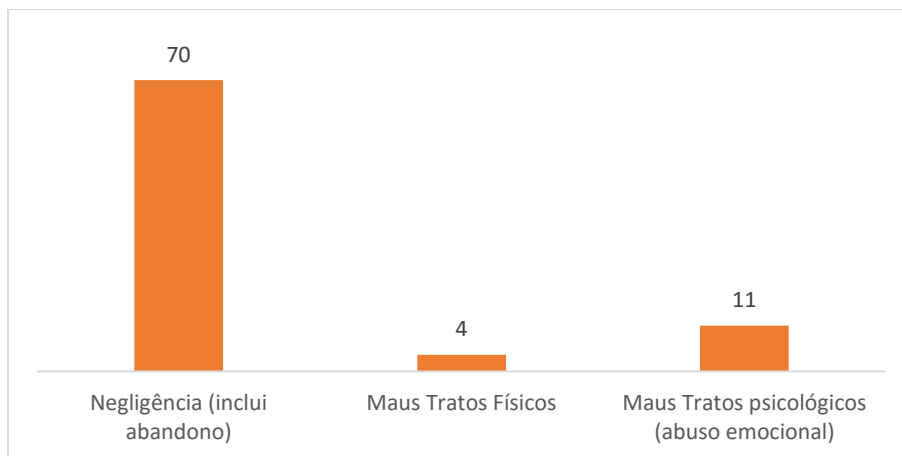


Fonte: ACES Alto Ave, 2014

O Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco a funcionar na Unidade de Cuidados na Comunidade Guimarães referenciou 119 casos, no ano de 2014. 106 permanecem em acompanhamento, 13 casos foram arquivados e 2 encaminhados para outras estruturas, como sendo a CPCJ de Guimarães.

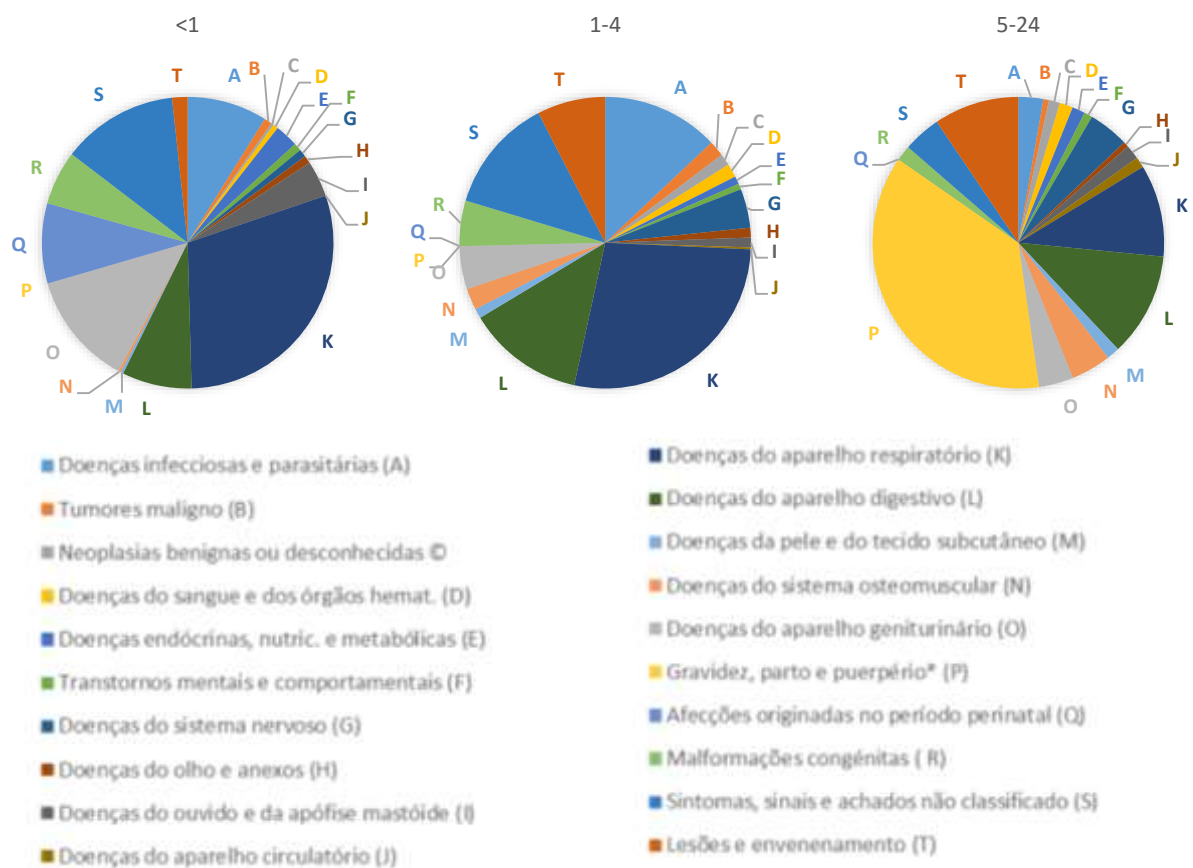
O gráfico seguinte apresenta as problemáticas associadas aos casos registados, destacando-se, com 70 casos a problemática da negligência (inclui abandono).

Gráfico 91 – Problemáticas dos casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, ACES Alto Ave, concelho de Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: ACES Alto Ave, 2014

Gráfico 92 –Taxa de internamento bruta (TIB) por grandes grupos de causas de internamento, <1 -24 anos, ACES Alto Ave, 2008 (%)



TIB= (N.º de episódios de internamento/ pop. estimada) *100.000

*TIB aplicada ao sexo feminino

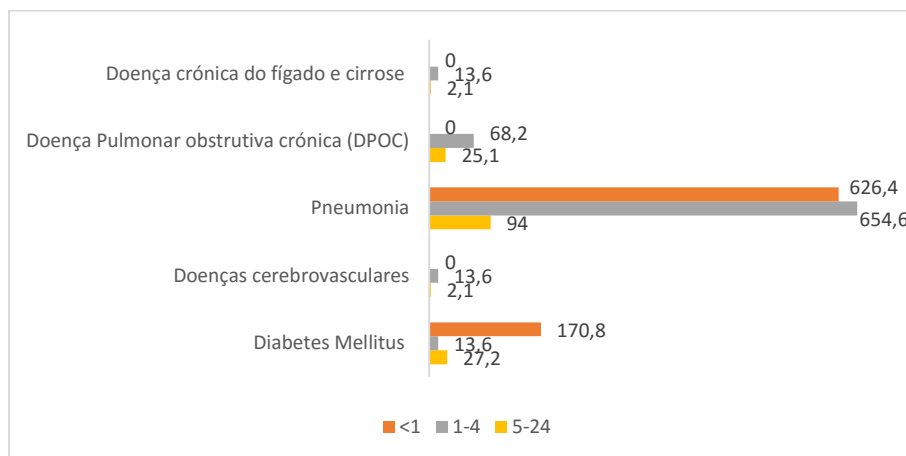
Fonte: ARSNorte, I.P. – Conteúdo da aplicação informática morbid@des.hospitalar

Analisando as causas de internamento por grande grupo, as mais comuns no grupo etário <1 anos são as doenças do aparelho respiratório, seguidas dos Sintomas, sinais e achados não classificados e das Doenças do aparelho geniturinário.

No grupo 1-4 anos mantem-se em primeiro lugar as Doenças do aparelho respiratório, seguidas das Doenças infecciosas e parasitárias e as Doenças do aparelho digestivo.

Por fim, no grupo 5-24, as causas mais comuns de internamento são Gravidez, parto e puerpério e, com grande distância, as Doenças do aparelho digestivo, do aparelho respiratório e Lesões e envenenamento.

Gráfico 93 – taxa de internamento bruta/causas de internamento específicas, ACES Alto AVE, 2008 (%)

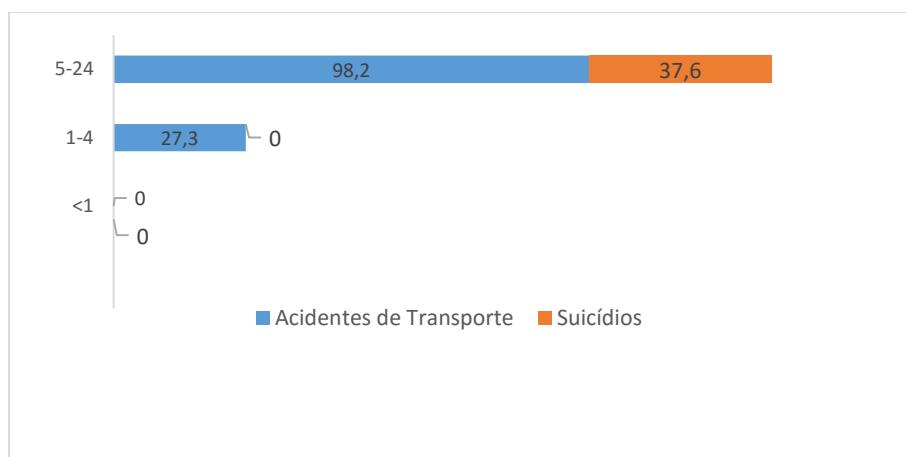


Fonte: ARSNorte, I.P. – Conteúdo da aplicação informática morbid@des.hospitalar

As causas de internamento mais comuns no grupo etário <1 anos são Pneumonia e Diabetes Mellitus com

os valores respetivos de 626,4 e 170,8. Já no grupo 1-4 anos destaca-se como causa a Pneumonia com 654,6. A TIB apresenta taxas bem mais reduzidas no grupo 5-24, sendo as causas mais comuns a Diabetes Mellitus e Doença Pulmonar obstrutiva crónica (DPOC).

Gráfico 94 – taxa de internamento bruta/causas externas, ACES Alto AVE, 2008 (%)

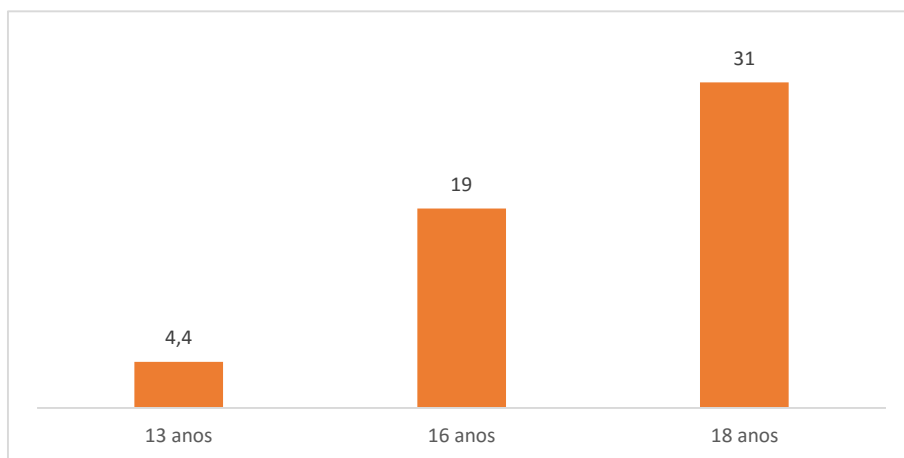


Fonte: ARSNorte, I.P. – Conteúdo da aplicação informática morbid@des.hospitalar

As causas externas de internamento mais comuns nos grupos etários 1-4 e 5-24 são os acidentes de transporte, com especial incidência no grupo 5-24 com o valor de 98,2. Este grupo apresenta também como causas externas os “suicídios” com o valor de 37,6.

Dependências

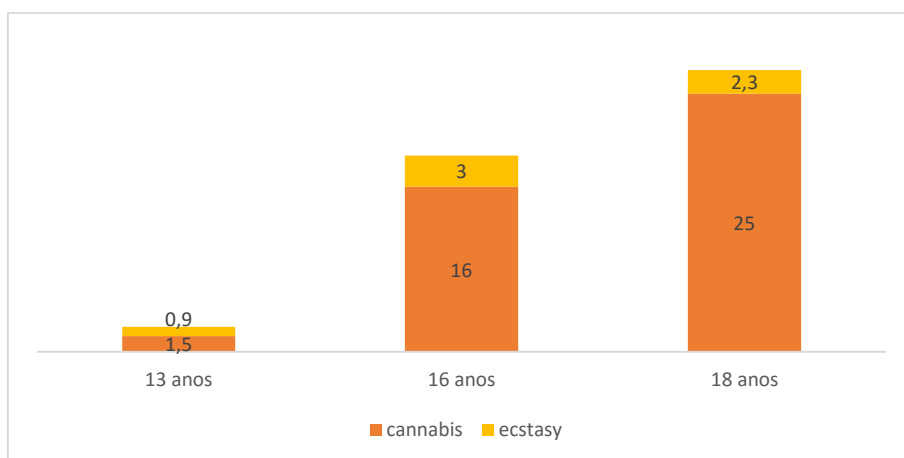
Gráfico 95 – Consumo de drogas ilícitas da população escolar, Portugal, 2011 (%)



Fonte: SICAD – Divisão de Estatística e Investigação, 2014

O último inquérito realizado junto da população escolar revela que 19% dos jovens com 16 anos e 31% com 18 anos já consumiram drogas ilícitas, valor bastante expressivo e que indica a necessidade de apostar na prevenção primária.

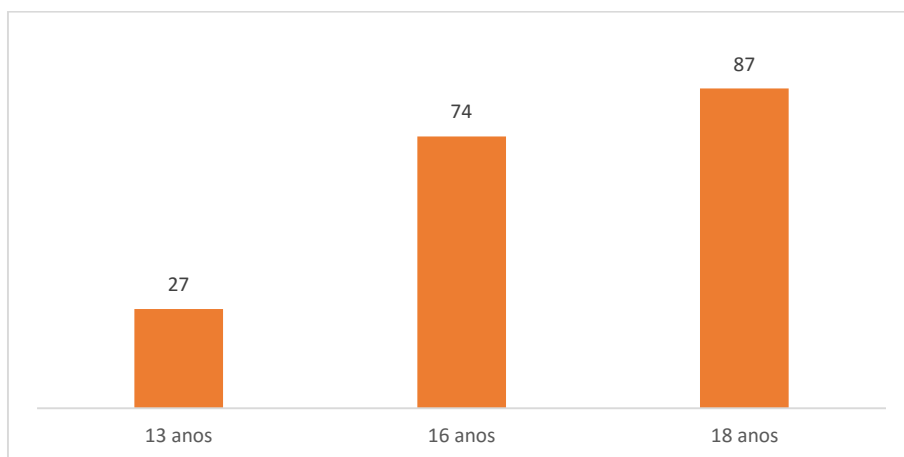
Gráfico 96 – Drogas mais consumidas nos últimos 12 meses, população escolar, Portugal, 2011 (%)



Fonte: SICAD – Divisão de Estatística e Investigação, 2014

A canábis é a substância ilícita mais consumida, entre os jovens, apresentando o seu valor mais elevado nos jovens com 18 anos, 25%. A segunda substância ilícita mais consumida é o ecstasy, ainda que com uma grande diferença percentual da primeira, verificando-se que o valor mais elevado de consumo, 3%, recai nos jovens de 16 anos.

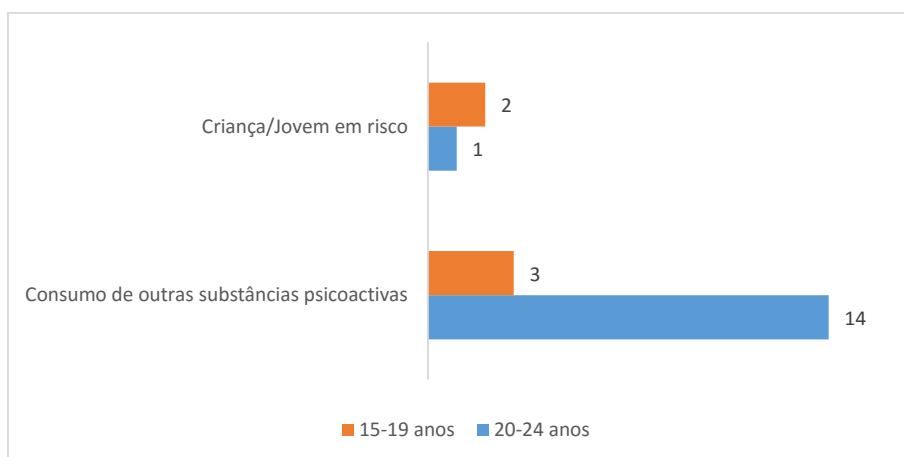
Gráfico 97 – Consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, população escolar, Portugal, 2011 (%)



Fonte: SICAD – Divisão de Estatística e Investigação, 2014

Os consumos de bebidas alcoólicas no seio da população escolar são expressivos, tendo 87% dos jovens consumido, nos últimos 12 meses, de acordo com o inquérito realizado. Outros dados recolhidos revelam que a cerveja (50%) e as bebidas espirituosas (62%) são as bebidas mais consumidas.

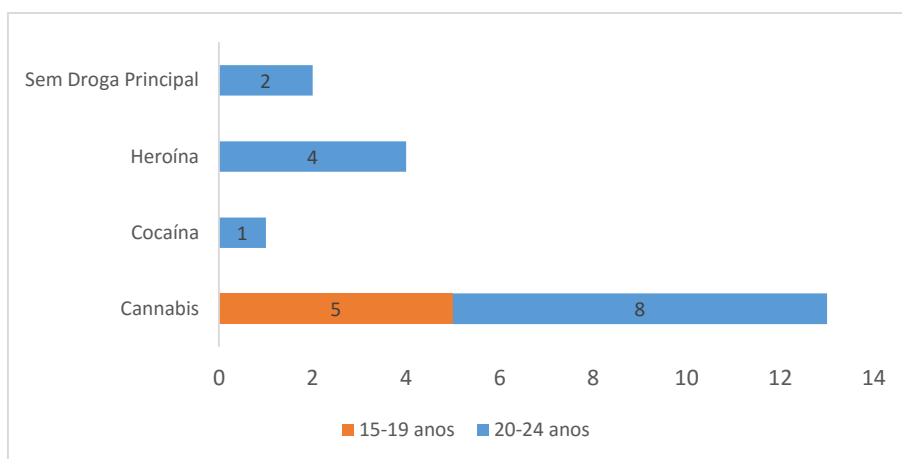
Gráfico 98 – Tipo de inscrição por escalão etário CRI de Braga – ET de Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga, ET de Guimarães, 2014

O Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga, ET de Guimarães registou, em 2014, um total de 20 inscritos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, 17 delas inscritas enquanto consumidoras de substâncias psicoativas e 3 como crianças/jovens em risco. No âmbito do Projeto IN-Ruas desenvolvido pela Sol do Ave, no âmbito do Programa de Respostas Integradas (PRI), no ano de 2014 foram acompanhados 67 indivíduos, sendo que apenas um se enquadra na faixa etária 16-24 anos.

Gráfico 99 – Substância principal por escalão etário, CRI de Braga – ET de Guimarães, 2014 (N.º)



Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga, ET de Guimarães, 2014

Analisando os dados tendo em conta a substância consumida, a cannabis é a mais comum, registando 5 indivíduos com idade entre os 15-19 anos e 8 com idade entre os 20-24 anos. O consumo de outras substâncias está apenas presente no escalão 20-24 anos, sendo o consumo de heroína o que regista maior número.

Perspetiva dos atores sociais

Perspetiva do Conselho Local de Ação Social

Enquanto documento estratégico o PDS 2015-2020 da Rede Social de Guimarães estabelece metas que preconizam a melhoria da prestação de cuidados de saúde através da introdução ou reforço de atividades, tendo como ponto de referência os seguintes problemas identificados: *Ausência do Espaço de Saúde – Jovem; Crianças e jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada com poucas respostas de apoio (pág. 48); Aumento significativo dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens; Aumento da frequência de situações de crianças que apresentam carências alimentares, privação do sono, falta de higiene pessoal e de prática do exercício físico; Défice de competências educativas por parte dos pais que se refletem em problemas de ordem física, mental e social das crianças; Crianças sem regras e com dificuldade em serem contrariadas; Uso excessivo por parte das Crianças e Jovens das Tecnologias de Informação e Comunicação; Elevado número de jovens com comportamentos desviantes; Assunção por parte das crianças e jovens de comportamentos que colocam em causa o seu bem-estar (pág. 55)*

A Rede Social considerou como prioritárias as seguintes intervenções:

Educação para a Saúde

Noções Básicas de Saúde - capacitar os profissionais para envolver e motivar crianças/jovens a saberem cuidar da sua saúde e contribuir para a saúde dos outros - regras básicas de higiene pessoal e coletiva; alimentação saudável.

Primeiros Socorros - capacitar os profissionais em suporte básico de vida para uma atuação célere e adequada em pequenos acidentes, deteção de sintomas de carências alimentares/sono.

Sexualidade - capacitar os profissionais para uma intervenção adequada no processo de desenvolvimento da identidade/sexualidade.

Psicologia Clínica e de Saúde

Psicologia do Desenvolvimento - consolidar o conhecimento das mudanças de comportamentos nas diferentes faixas etárias.

Intervenção nos Comportamentos Disruptivos - capacitar os profissionais para intervenções adequadas aos comportamentos específicos de cada idade e aos comportamentos evidenciados por cada problemática específica (hiperatividade, défice de concentração, ansiedade, agressividade, depressão...educar pela positiva).

Gestão de Conflitos entre pares - capacitar para a perceção da origem dos conflitos; a mediação de conflitos; a aquisição de competências para uma comunicação eficaz. (pág. 167)

Perspetiva dos informantes-chave

Foram entrevistados um total de 4 informantes-chaves na temática da saúde.

A análise dos indicadores relativos à saúde aponta para a melhoria de alguns domínios da prestação dos cuidados de saúde e para a necessidade de continuar a apostar numa maior articulação interna das estruturas de saúde e externa com as estruturas escolares e que prestam apoio social.

O Dr. Novais Carvalho – Presidente do Conselho Clínico do Aces Do Alto Ave salientou que ao nível da prestação dos cuidados de saúde primários, *“(...) há áreas que merecem particularmente a nossa atenção, nomeadamente a vacinação a qual abrange várias áreas, e onde temos uma taxa de 99%.(...) a saúde materna e a saúde infantil”*

“A área de saúde progrediu muito, recentemente. Hoje, pesa muita a prevenção. Nos nossos programas, conseguimos saber quantos e quais os doentes que precisam de ser tratados. E vamos à procura deles, temos uma postura pró-ativa. A saúde deve ir para o terreno e foi nesse contexto que foram criadas as Unidades de Cuidados na Comunidade, com várias funções relacionadas com a comunidade. Evoluiu muito ao nível dos cuidados de saúde primários.”

Relativamente aos desafios que hoje são colocados ao sistema de saúde, *“Hoje em dia, a saúde baliza-se em áreas fundamentais: os hábitos de vida saudáveis e a alimentação e exercício. É importante, por exemplo, não fumar e ter cuidado com a alimentação.”*

“O problema da obesidade, que decorre de algum sedentarismo, ligado ao uso do computador, de alguma comida apelativa, mas que não é saudável. (...) Outra problemática que se discute na saúde é o custo que algumas doenças têm. Depois há doenças adquiridas porque eu não segui as regras (...).

Quanto a estratégias de melhoria a implementar indicou que *“O que seria desejável era que houvesse uma maior articulação entre as escolas e a saúde, pois as coisas, muitas vezes, são difíceis. Mas temos equipas no terreno, no âmbito da sexualidade, da alimentação, etc. Tudo isto determinado por programas que a própria Direcção-Geral de Saúde define.”*

“(...) já não dá para que cada Instituição se feche na sua cápsula. A saúde tem de se juntar com a escola, a família e com outras instituições, tem de sair de casa para ir ao encontro das situações que necessitam de resposta adequada. Não numa atitude punitiva mas de sensibilização. Acredito que se deve analisar, ver que programas e instituições existem e procurar respostas concertadas.”

“Desde criança deve ser incutida uma educação para a saúde, para fazer perceber que aquilo que fazem não só os prejudica, mas prejudica também os outros, a sociedade.”

“É exigido de mim desde tenra idade um ato de cidadania que é ter cuidados, ter hábitos de vida saudáveis. Se me cuidar eu não vou ser teoricamente “um peso para a sociedade”, porque se desenvolver problemas como diabetes, hipertensão ou outros vai implicar despesa para o sistema de saúde com o tomar medicamentos, ser operado, etc.”

“É na fase escolar que se deve incutir aos jovens hábitos saudáveis. Cabendo também à família um papel importante.”

Relativamente aos indicadores que revelam a diminuição acentuada da natalidade, na sua opinião, *“a natalidade diminuiu por dificuldades que a sociedade atualmente tem, relacionadas com as condições de vida, as dificuldades económicas e as exigências dentro do emprego, com ambos os pais a trabalhar e as mulheres ainda sobrecarregadas com tarefas domésticas onde ainda não contam muito com apoio dos maridos.*

As exigências que o mercado de trabalho faz às pessoas, em diferentes sectores, implica impactos como esta queda da natalidade.”

A Dr^a Isaltina Vitorino Leite do Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, relativamente às situações que acompanha indicou que *“os casos de negligência estão diretamente ligados ao baixo nível sociocultural dos pais. As pessoas próximas das crianças não dão porque pura e simplesmente não receberam.”*

“Algumas das famílias que nos chegam encontram-se numa situação de grande precariedade económica e, muitas vezes, temos de nos valer das cantinas sociais e da ajuda em mercearia da Fraterna para conseguirmos dar resposta a estas famílias.”

“O baixo nível sociocultural leva a que os pais não cumpram o calendário de consultas, o que dificulta imenso o trabalho que fazemos e que, muitas vezes, nos obriga a sinalizá-los a instâncias superiores.”

“No que diz respeito à adolescência, têm aparecido recorrentemente situações de comportamento de risco relacionadas com a necessidade que os jovens têm de novas experiências, como o consumo de álcool, de drogas, etc., (...). Têm acontecido, também, algumas situações de tentativas de suicídio de adolescentes – ultimamente, têm sido em maior número.”

“(…). É claro que, depois, temos também as situações ligadas à toxicodependência ou ao consumo excessivo de álcool, negligência ou até alguns casos, poucos, de maus-tratos.”

“Quanto aos recém-nascidos, na maternidade, temos também algumas situações de filhos de mães toxicodependentes ou com consumo abusivo de álcool. Mas, os casos mais frequentes têm sido os de gravidezes mal vigiadas.”

“Relativamente aos pedidos de consultas de especialidade no CHAA e do que me tenho apercebido, não têm sido consultas muito demoradas na sua marcação. O que muitas vezes acontece é que faltam a uma primeira consulta, por esquecimento, que, depois, é remarcada para quando há vaga.”

Propõe as seguintes estratégias de superação de problemas, fundadas na sua experiência de trabalho.

“Acabamos por nos aperceber de que é muito importante reforçar a existência dos cursos de parentalidade.”

“Os núcleos trabalham em estreita articulação. Os centros de saúde estão mais próximos das famílias e têm acesso a muita mais informação que a nós nos pode escapar, portanto temos necessariamente de trabalhar em rede. Isso é essencial para conseguirmos fazer um trabalho produtivo e para termos resultados, sem dúvida.”

“Nunca me canso de referir o grande esforço que todos os técnicos fazem para trabalhar em rede e articularem uns com os outros, e só assim é que conseguimos fazer o nosso trabalho. O nosso objetivo é trabalhar para o bem da criança e sozinhos não conseguimos chegar lá. Aquilo que tenho verificado é que, ao longo dos anos, o trabalho em rede, no concelho de Guimarães, tem melhorado e dado muitos frutos.”

“Penso que todas as crianças e jovens seriam felizes e teriam uma melhor inserção social, escolar e profissional se vivessem em famílias estruturadas que lhes proporcionassem um ambiente saudável. Acho que devemos investir na formação ao nível das competências parentais no sentido de inverter as situações de disfuncionalidade familiar. Também me parece importante poder encaminhar algumas famílias para consultas de terapia familiar. Falamos disto há anos e ainda não foi possível concretizar.”

“Os/as Técnicos/as não têm disponibilidade económica de investir nessa formação, por mais que gostassem de a fazer. No entanto, era uma mais-valia tentar fazer um curso de terapia familiar para os técnicos que estivessem interessados e, assim, poder investir no acompanhamento precoce das famílias em que detetamos algum grau de disfuncionalidade. O ambiente familiar é determinante. Temos de investir na família, no sentido de evitar a necessidade de aplicação de medidas de promoção e proteção nas crianças e jovens.”

“Se calhar, era muito importante que houvesse um espaço em que eles pudessem partilhar. Muitas vezes eles não se sentem à vontade para o fazer em casa: seja porque o ambiente familiar não é propício, seja porque os pais são demasiado rígidos ou não estão vocacionados para isso, (...) proporcionar-lhes um espaço onde se sentissem mais à vontade, entre os pares, como por exemplo, um fórum em que estivessem todos juntos. Podia iniciar-se nas escolas, onde eles se sentem mais seguros, mais à vontade.”

A enfermeira Augusta Macedo iniciou a sua entrevista destacando as evoluções sentidas ao nível da saúde materna e infantil preconizadas pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave, do qual faz parte.

“Destaco a criação de Unidades de Saúde Familiares e das UCC que são uma mais-valia.”

“Acho que há um maior rigor e monitorização do estado de saúde das crianças e jovens, principalmente até aos seis anos de idade. As unidades de saúde familiar (USF) têm indicadores muito precisos e não deixam passar.(...) Controlam muito bem o estado vacinal, que está impecável aqui no concelho, e a vigilância através das consultas, que é algo que, antigamente, não acontecia.”

“Não existia a preparação para o parto no nosso concelho, a massagem ao bebé, o apoio à amamentação, a recuperação pós-parto... Foi tudo criado com esta Unidade, o que é uma mais-valia muito grande. A parte da saúde reprodutiva é nova. Existiam só intervenções esporádicas para responder a pequenas queixas.”

Na saúde escolar, *“Apoiamos na área da alimentação saudável, dos estilos de vida saudáveis (a alimentação, a sexualidade, o PELT - programa das escolas livres de tabaco), saúde oral (fornecendo, inclusivamente, fluor para os bochechos das crianças,*

de 15 em 15 dias, e treinamos a escovagem, para que esta seja diária) (...) fazemos, ainda, formação com os miúdos, nomeadamente sobre substâncias nocivas.”

Quanto à ligação entre o sistema de saúde e escolar refere que “A interação entre as estruturas da Saúde e as Escolas tem vindo a melhorar muito. Há um professor, o intermediário ou educador para a saúde, que se articula connosco.”

“Há um projeto, um programa regional da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), chamado PRESSE. Um programa que envolve a sexualidade nas escolas, em que são englobadas as escolas e a saúde, não isoladamente.”

“É um tema complicado, tem de se ter alguma sensibilidade, alguns professores podem ter alguma dificuldade de abordar e tentar fugir, preferindo que alguém tratasse desse assunto por eles.”

Como retrocesso nos cuidados de saúde prestados aos jovens indicou o encerramento do espaço de saúde jovem - “o fecho do espaço de saúde jovem, criado para eles, durante uns anos, foi um passo atrás.”

“Há muitos jovens que, querem começar a atividade sexual, mas não dizem aos pais, não têm a abertura para isso. Principalmente, as meninas, que têm de tomar a pílula. A maioria faz às escondidas. Eles não querem vir ao médico de família, têm medo que o médico diga à mãe, que algum familiar ou conhecido os veja aqui e avise a mãe... Nós tínhamos o espaço saúde jovem, onde acompanhávamos cerca de 1200 jovens, incluindo estudantes da Universidade do Minho e das escolas profissionais. Só que foi fechado.”

“Está a haver muita mais procura da pílula do dia seguinte, nas farmácias, e de consultas, a nível hospital, para abortar.”

Relativamente aos aspetos em que considera ser necessário reforçar a intervenção elencou os seguintes:

“As escolas em que menos temos intervenção são as Secundárias. Melhoramos um pouco no ano passado, mas temos de trabalhar mais.”

“Ao nível da nutrição e de psicologia não temos capacidade de resposta.”

Para promoção de direitos na área da saúde prioritária apostaria na “abertura do Espaço de Saúde Jovem. Acho que os nossos jovens vimaranenses estão a ser muito penalizados. Isso é prioritário para os jovens.”

“Tem de haver alguém crescido a criar algo para eles terem um sítio para se fazerem ouvir. Tem de ser algo organizado e sério, como o que vocês estão a fazer, em que se crie um espaço em que possam dizer o que pensam e acham mais correto.”

O quarto entrevistado na temática da saúde atua na área da prevenção da prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências – Dr. Miguel Viana, Diretor do Centro de Respostas Integradas de Braga.

Este começou por salientar que “... a necessidade e eficácia das estratégias preventivas, não começa, nem se esgota em “velhos cenários diabolizantes”, de discurso centrado nas substâncias, mas a um conjunto gradiente de intervenções de cariz precoce, que se inicia pelo desenvolvimento de competências pessoais e sociais.”

Como aspeto crítico nesta área aponta “A incapacidade na generalização e difusão deste tipo de intervenções, junto de todas as crianças e jovens, e a necessidade de reforçar e agilizar, a rede de referência e articulação, entre os cuidados de saúde primários, os cuidados especializados e os cuidados hospitalares.”

Como medidas prioritárias apostaria na “Criação e implementação generalizada de programas preventivos, específicos, adaptados etariamente, junto de crianças e jovens, complementados por espaços de atendimento individualizado de jovens, libertos de estigmatização associada às drogas.

Reforço de medidas que garantam o efetivo cumprimento da legislação em vigor, relativamente ao acesso de tabaco e álcool de crianças e jovens, considerando se tratarem das substâncias de iniciação, capazes de induzirem quadros de adição.”

“...quando possível, dever-se-á envolver crianças e jovens, no desenho, organização e divulgação de atividades a si dirigidas.”

Perspetiva das crianças e jovens

Opiniões sobre o funcionamento do sistema de saúde

A família esteve muito tempo sem médico de família e conhece pessoas que continuam sem ter e têm dificuldades em conseguir uma consulta. É complicado ter acesso a consultas de nutrição e dermatologia nos Centros de Saúde. (Inês, 13 anos)

A informação disponibilizada deveria ser mais chocante para prevenir consumos drogas. (Diogo, 21 anos)

Precisamos de mais médicos. Fui ao hospital e estavam lá pessoas à espera há horas para serem atendidas. (Fábio, 18 anos)

Tive um entorse fui ao hospital e esperei 2 horas para fazer uma radiografia e estavam lá pessoas à espera há mais tempo. (Bruna, 15 anos)

O hospital está sempre com tudo estragado. (Helena, 16 anos)

Na saúde pública não há muitos especialistas. Espera-se muito tempo por consultas de especialistas. (Ricardo, 15 anos)

Em Setembro o médico encaminhou-me para consulta de urgência e só me agendaram consulta em Abril. Passou demasiado tempo para o que era suposto fazer para resolver o problema. (Luana, 15 anos)

Ter de se pagar a ambulância é um problema, deveria ser um direito de toda a gente. (Ana, 13 anos)

Opiniões sobre os problemas de saúde que os afetam

Obesidade e diabetes afetam crianças e jovens. (Cláudia, 14 anos)

Os problemas de saúde que afetam as crianças e jovens são os problemas psicológicos e a obesidade por terem uma alimentação pouco saudável. (Tiago, 14 anos)

Cada vez mais jovens têm problemas nas costas devido às mochilas (Catarina, 14 anos)

O grande problema é que os jovens já veem o consumo como normal, chegam primeiro as drogas só depois a informação. Mesmo das doenças sexualmente transmissíveis (DST) a informação deveria ser dada o mais cedo possível (Ana Cristina, 18 anos)

O exemplo das famílias é fundamental para que as crianças não adotem maus hábitos (Margarida 19 anos)

A obesidade e a anorexia é um problema dos jovens. Existem jovens que não querem comer nada para ficarem magros. (Ana, 13 anos)

Devia haver mais controlo na venda de cigarros. Quem vende tem que ser punido. Punir pessoas com penas pesadas. (Iara, 13 anos)

As adolescentes, a partir dos 14 anos deviam poder ir a uma consulta de ginecologia de graça (Catarina, 15 anos)

Quero referir algo que ainda não foi dito que é o peso com que andamos nas mochilas. Quando temos Educação Física, temos muito peso na mochila e, ao chegar a casa, estamos muito cansados e até podemos vir a ter problemas na coluna por causa disso. Acredito que o peso das mochilas devia diminuir. (Márcia, 10 anos)

Opiniões sobre a alimentação

Crianças gastam dinheiro que os pais dão em gomas. Não gosta da comida da escola é muito rigorosa, não tem sabor. (Fábio, 18 anos)

As refeições que a escola serve não são de boa qualidade, as porções não são acertadas. Servem de forma restrita. Servem mais hidratos de carbono. São muito descuidados. Só repetem massa nunca carne ou peixe. (Luana, 15 anos)

Comer nas cantinas todos os dias é mais barato mas para o que servem não é saudável. Também tem problemas de higiene. Não utilizam cozinha, comida vem já pronta de fora. Só pensam no dinheiro. Há alunos que preferem comer duas tostas mistas. (Helena, 16 anos)

Repetem muito as ementas. Quando é a escola a confeccionar e não uma empresa a comida é a sério. As máquinas de vending só têm doces. (Luana, 15 anos)

O problema está na oferta do bar e das máquinas que só apostam em chocolates, bolos, sumos. (Helena, 16 anos)

Há preconceitos em relação à comida da escola. (Ana Carolina, 17 anos)

A comida das escolas é horrível. (Sofia, 15 anos)

Opiniões sobre a saúde na escola

Deviam existir mais espaços com psicólogos para atender os alunos. (Ana Novais, 13 anos)

Os psicólogos da escola deviam estar mais disponíveis para atender os alunos, mesmo por marcação. Os psicólogos da escola deve manter a privacidade nos atendimentos e não contar aos professores. (Ana Miranda, 14 anos)

Há falhas nos primeiros socorros. Devia haver funcionários com mais formação para prestar primeiros socorros ou gabinete com enfermeira. (Ana Carolina, 17 anos)

Os alunos também deviam ter formação em primeiros socorros. Uma amiga desmaiou e começou toda a gente a dar-lhe estalos. Ninguém sabia o que fazer. (Ana Carolina, 17 anos)

Devíamos saber o que se diz quando se liga para o 112. (Helena 16 anos)

Há panfletos na escola mas não os leem. Os professores deviam falar mais sobre isso nas aulas. (Ana Freitas, 17 anos)

Devia haver mais preocupação com as questões psicológicas. Haver uma conversa por ano com cada aluno para os apoiarem. (Inês, 16 anos)

A escola tem psicólogo mas só para quem tem problemas. O que influencia é o orçamento. (Diogo, 18 anos)

Opiniões sobre a educação sexual

Há professores que ficam sem à vontade para esclarecer dúvidas relacionadas com a sexualidade. A própria professora de inglês disse que ia abordar a temática mas só porque a diretora de turma lhe pediu para o fazer. Devia haver formas mais práticas e novas de abordar o tema da sexualidade nas aulas. (Luana, 15 anos)

Uma sessão para tratar do tema da sexualidade não é suficiente. Deve ser trabalhado em todos os anos e de forma adequada à idade dos alunos, com materiais atualizados e ajustados às idades. Não só abordar tema da sexualidade mas também sobre a personalidade desenvolvimento de cada um. A informação que nos dão sobre sexualidade é antiga e sempre a mesma. Deviam renovar a informação. Vimos na aula um filme e documentários antigos que não esclareceram dúvidas. Não devia ser qualquer professor, sem preparação a abordar o tema mas sim técnicos especializados. (Ana Carolina, 17 anos)

O tabu da sexualidade condiciona a liberdade de conhecimento. Não há abertura o que condiciona a nossa liberdade. (Helena, 16 anos)

Deslocar-se um médico do centro de saúde a uma escola seria benéfico. Era uma mais-valia para a escola fazer uma parceria com jovens médicos da Univ. do Minho para virem falar sobre saúde às escolas. (Helena, 16 anos)

Na nossa escola, quem nos dá as aulas de Educação Sexual, são professores que não têm nada a ver, de Português, Francês e de outras disciplinas. (Sofia, 12 anos)

Acho que a informação sobre sexualidade e drogas não está a chegar aos jovens como devia. As informações que geralmente nos são dadas pelo diretor de turma são coisas que podemos encontrar facilmente na internet e que não acrescentam nada àquilo que é facilmente acessível. Acredito que deviam de existir outros mecanismos que fizessem com que os jovens levassem as informações mais a sério. Não sei se os jovens têm a real consciência sobre os riscos relacionadas com as doenças sexualmente transmissíveis e as drogas. Cada vez se vê mais jovens a usar drogas e isso leva-me a perguntar até que ponto a informação dada nas escolas tem sido suficiente. (Sara, 20 anos)

Em Síntese...

Guimarães possui uma rede diversificada e completa de equipamentos e serviços de saúde e a prestação de cuidados de saúde tem vindo a evoluir favoravelmente, de acordo com os indicadores existentes e com os depoimentos de decisores e técnicos qualificados. Ao mesmo tempo, são múltiplos os projetos promovidos pelas autoridades municipais na área da saúde dirigidos a crianças e jovens. O primeiro e principal indicador no que diz respeito ao direito das crianças à saúde é de que as condições estruturais estão garantidas para a sua satisfação.

As informações disponíveis sobre consultas revela um crescimento significativo nas áreas do planeamento familiar e da saúde materna e uma diminuição das consultas de pediatria. Se estas últimas são explicáveis pela regressão demográfica, as primeiras são de sentido oposto; só podem revelar, por consequência, um aumento expressivo das preocupações da população com a proteção de uma sexualidade e maternidade

saudáveis e uma melhoria da eficiência dos serviços. Em contrapartida, aumentou significativamente o número de consultas de urgência, o que poderá estar associado ao facto de terem sido encerrados vários serviços deste tipo em concelhos vizinhos, sendo as unidades de saúde de Guimarães referência para a sub-região.

As causas principais de internamento são as doenças respiratórias e, no caso de traumatismos, os provocados por acidentes rodoviários, o que é comum na geração infantojuvenil.

Mais preocupantes são os indicadores relativos a consumos: dos adolescentes com menos de 16 anos, 19% tem experiência de consumo de drogas e 74% de consumo de álcool; esses números sobem para menores de 18 anos para 31% e 87%, respetivamente.

Os atores sociais identificam ainda outros fatores de perturbação da saúde que, mesmo que se não reflitam significativamente no nº de consultas, não deixa de os preocupar: perturbações de saúde mental; obesidade; anorexia; tabagismo.

Aspeto comum à preocupação de decisores e técnicos qualificados na área da saúde e a crianças e jovens é a questão da educação sexual. O encerramento do Espaço de Saúde de Jovens é considerado pela rede Social e pelos informantes-chave como um fator negativo a este propósito. A educação sexual feita nas escolas é considerada insuficiente, pouco motivadora ou mesmo inapropriada. São especialmente críticos os jovens, nos seus depoimentos a este propósito.

Também as crianças e jovens, na sua condição de utentes dos serviços de saúde, exprimem críticas às demoras e condições de atendimento e às diferenças sociais que se revelam na facilidade de acesso de alguns poucos a serviços privados.

Mas é sobretudo a escola que é identificada como lugar crítico das questões de saúde, pela dificuldade de articulação que é identificada com as autoridades de saúde. Nos depoimentos dos jovens aparecem mesmo referências às escolas como instituições que descuidam da saúde dos alunos, nomeadamente pela existência de máquinas de vending de bebidas e produtos alimentares potencialmente nocivos.

A necessidade de integrar as políticas de educação e de saúde e de conjugar a intervenção das escolas como os centros de saúde e demais estruturas da área emerge, desta forma, como a primeira prioridade na consolidação do direito à saúde de crianças e jovens.

Síntese de indicadores

Tabela 14 – Síntese de Indicadores da População

Indicadores	Território	Valor	2001	2011	2013
População					
Total de residentes	Guimarães	N.º	159576	158124	156310
Total população residente 0-24 anos	Guimarães	N.º	56767	43913	41727
Residentes 0-14 anos	Portugal	%	16,0	15,0	15,0
	Ave	%	19,0	16,0	14,0
	Guimarães	%	20,0	16,0	14,0
Residentes 15-24 anos	Portugal	%	14,0	11,0	11,0
	Ave	%	16,0	12,0	12,0
	Guimarães	%	16,0	13,0	12,0
Residentes 25-64 anos	Portugal	%	53,0	55,0	55,0
	Ave	%	54,0	57,0	58,0
	Guimarães	%	54,0	58,0	59,0
Residentes 65 ou mais	Portugal	%	16,0	19,0	20,0
	Ave	%	11,0	15,0	16,0
	Guimarães	%	10,0	14,0	14,0
Índice de Envelhecimento	Portugal	%	101,6	125,8	133,5
	Ave	%	60,1	93,5	104,8
	Guimarães	%	52,0	86,1	96,6
Índice de Longevidade	Portugal	%	41,9	48,3	48,9
	Ave	%	38,7	44,9	45,7
	Guimarães	%	37,6	43,7	44,6
Índice Sintético de Fecundidade	Portugal	N.º	1,45	1,35	1,21
	Ave	N.º	1,44	1,2	1,02
Taxa de Fecundidade Geral	Portugal	%	43,0	38,6	33,9
	Ave	%	43,4	33,2	27,7
	Guimarães	%	44,6	34,2	28,2
Taxa bruta de natalidade	Portugal	%	10,9	9,2	7,9
	Ave	%	12,0	8,5	7,0
	Guimarães	%	12,6	8,9	7,2
Fecundidade realizada (FR)	Portugal	N.º	-	-	1,08
	Norte	N.º	-	-	1,10
Fecundidade Intencional (FI)	Portugal	N.º	-	-	0,71
	Norte	N.º	-	-	0,69
Fecundidade final esperada (FFE)	Portugal	N.º	-	-	1,80
	Norte	N.º	-	-	1,80
Fecundidade desejada (FD)	Portugal	N.º	-	-	2,29
	Norte	N.º	-	-	2,29
Taxa de mortalidade infantil	Portugal	%	5	3,1	2,9
	Ave	%	4,7	4,1	3,1
	Guimarães	%	5,5	5,7	3,6
Índice de dependência de jovens	Portugal	%	24,1	22,7	22,4
	Ave	%	27,5	21,8	20,7
	Guimarães	%	28,3	21,8	20,7
Nados-vivos por local de residência da mãe	Ave	N.º	6127	4376	3553
	Guimarães	N.º	2004	1411	1126
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	Portugal	%	26,8	29,2	29,7
	Ave	%	26,4	29,1	29,8
Taxa de crescimento efetivo	Portugal	%	-0,62	-0,29	-0,57
	Ave	%	-0,56	-0,02	-0,46
	Guimarães	%	-0,44	-0,1	-0,58

Tabela 15 – Síntese de Indicadores da População

Indicadores	Território	Valor	2001	2011	2013
População					
Taxa de crescimento natural	Portugal	%	0,07	0,06	-0,23
	Ave	%	0,49	0,11	-0,06
	Guimarães	%	0,61	0,22	0
Taxa bruta de nupcialidade	Portugal	%	5,6	3,4	3,1
	Ave	%	6,4	3,8	3,4
	Guimarães	%	6,6	3,8	3,6
Taxa bruta de divórcio	Portugal	%	1,8	2,5	2,2
	Ave	%	1,2	2,2	2
	Guimarães	%	1,3	2,2	2
Taxa de crescimento migratório	Portugal	%	0,54	-0,23	-0,35
	Ave	%	0,07	-0,13	-0,4
	Guimarães	%	-0,18	-0,32	-0,58
Saldo natural	Ave	N.º	2485	583	-321
	Guimarães	N.º	978	341	7
Saldo migratório	Ave	N.º	350	-689	-2041
	Guimarães	N.º	-283	-504	-911
Nacionalidade da população migrante atendida no GAE e CLAII	Guimarães	N.º	Brasil		172
			Ucrânia		67
			Roménia		52
Principais nacionalidades da População estrangeira residente	Guimarães	N.º	Brasil		417
			Ucrânia		157
			Roménia		102
			China		90
População residente de nacionalidade estrangeira	Ave	N.º	Total	2447	-
			0-24 anos	637	
	Guimarães	N.º	Total	642	-
			0-24 anos	169	-
Tipologia de casos do GAE	Guimarães	N.º	Reforma por velhice		89
Tipologia dos casos CLAII	Guimarães	N.º	Legalização		145

Decréscimo da população residente em Guimarães: em resultado da conjugação de um saldo natural reduzido e saldo migratório de valor negativo.

Envelhecimento demográfico: redução da população jovem e aumento do número de pessoas idosas face à descida continuada da natalidade, o aumento da longevidade e, mais recentemente, o crescimento dos fluxos emigratórios.

Adiamento na constituição de família: acentuação do declínio da fecundidade, adiamento da idade das mulheres ao nascimento dos filhos; nupcialidade em queda. Ao mesmo tempo o número de divórcios diminuiu, invertendo a tendência de aumento dos últimos anos.

Tabela 16 – Síntese de Indicadores da Educação

Indicadores	Território	Valor	2000/01	2004/05	2010/11	2014/15
Educação						
População residente sem nível de escolaridade	Guimarães	N.º	20221	-	12043	-
População residente com 1.º ciclo	Guimarães	N.º	46168	-	41867	-
População residente com 2.º ciclo	Guimarães	N.º	24900	-	21501	-
População residente com 3.º ciclo	Guimarães	N.º	18485	-	27000	-
População residente secundário	Guimarães	N.º	12648	-	17593	-
População residente médio	Guimarães	N.º	585	-	939	-
População residente superior	Guimarães	N.º	5324	-	12469	-
Estabelecimentos de Educação pré-escolar	Guimarães	N.º	80	-	93	100
Estabelecimentos do 1.º ciclo	Guimarães	N.º	102	-	77	70
Estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo	Guimarães	N.º	19	-	19	17
Estabelecimentos do secundário	Guimarães	N.º	8	-	8	8
Alunos matriculados pré-escolar	Guimarães	N.º	-	1850	1908	1671
Alunos matriculados 1.º ciclo	Guimarães	N.º	-	8482	6124	5567
Alunos matriculados 2.º ciclo	Guimarães	N.º	-	4326	3592	2897
Alunos matriculados 3.º ciclo	Guimarães	N.º	-	6302	6325	5295
Alunos matriculados secundário	Guimarães	N.º	-	4630	4592	6117
Alunos matriculados PIEF	Guimarães	N.º	-	-	-	25
Alunos matriculados CEF/Vocacionais	Guimarães	N.º	-	-	-	543
Alunos matriculados Cursos Científico-humanísticos	Guimarães	N.º	-	-	-	3833
Alunos matriculados Cursos de Sistema de Aprendizagem	Guimarães	N.º	-	-	-	95
Alunos matriculados Cursos Profissionais	Guimarães	N.º	-	-	-	2060
Alunos matriculados Cursos EFA	Guimarães	N.º	-	-	-	61
Alunos matriculados cursos do Ensino Recorrente	Guimarães	N.º	-	-	-	18
Taxa de abandono escolar	Portugal	%	2,79	-	1,67	-
	Ave	%	3,22	-	1,56	-
	Guimarães	%	3,72	-	1,25	-
Taxa de abandono precoce de educação e formação	Portugal	%	-	-	23	17,4
	Norte	%	-	-	22,6	19

Tabela 17 – Síntese de Indicadores da Educação

Indicadores	Território	Valor	2004/05	2008/09	2011/12	2012/13
Educação						
Taxa retenção e desistência 1.º ciclo	Portugal	%	5,2	3,4	-	4,6
	Guimarães	%	5,0	2,4	-	2,8
Taxa retenção e desistência 2.º ciclo	Portugal	%	12,5	7,5	-	12,4
	Guimarães	%	10,1	4,6	-	7,0
Taxa retenção e desistência 3.º ciclo	Portugal	%	19,3	13,8	-	15,7
	Guimarães	%	19,4	13,5	-	15,7
Taxa retenção e desistência Ensino Secundário	Portugal	%	31,9	18,7	-	18,8
	Guimarães	%	32,3	17,0	-	15,3
Taxa bruta de pré- escolarização	Portugal	%	78,3	83,4	90,9	-
	Ave	%	70,4	81,7	94,6	-
	Guimarães	%	61,1	80,8	92,1	-
Taxa bruta de escolarização no ensino básico	Portugal	%	117,4	130,6	122,2	-
	Ave	%	113,7	126,4	118,8	-
	Guimarães	%	105,6	119,5	112,3	-
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	Portugal	%	107,6	146,7	124,9	-
	Ave	%	87,1	121,9	11,2	-
	Guimarães	%	80,8	99	96,4	-
Taxa modernização tecnológica (rácio aluno/comp.) Básico	Portugal	%	-	-	3,1	3,0
	Guimarães	%	-	-	3,1	3,1
Taxa modernização tecnológica (rácio aluno/comp.) Secundário	Portugal	%	-	-	3,2	2,5
	Guimarães	%	-	-	4,1	3,6
Taxa modernização tecnológica (rácio aluno/comp. Com Internet) Básico	Portugal	%	-	-	3,6	3,5
	Guimarães	%	-	-	3,5	3,9
Taxa modernização tecnológica (rácio aluno/comp. Com Internet) Secundário	Portugal	%	-	-	3,8	2,9
	Guimarães	%			4,7	4,8

População residente com baixos níveis de escolaridade.

Resultados positivos verificados nos campos do abandono

Boa rede de oferta de estabelecimentos de Educação pré-escolar.

Número significativo de alunos matriculados nos Cursos Profissionais.

Elevado número de retenções no 3.º ciclo e no nível secundário de ensino.

Taxa de pré-escolarização muito próxima da meta europeia para 2020 (94%).

A modernização tecnológica, no que respeita ao uso do computador e acesso à internet, regista avanços significativos.

Tabela 18 – Síntese de Indicadores do Social

Indicadores	Território	Valor	2000	2001	2003	2011	2012	2013
Social								
Evolução da população Ativa (total)	Ave	N.º	-	264118	-	256085	-	-
	Guimarães	N.º	-	85832	-	81191	-	-
Evolução da população Ativa (15-24 anos)	Ave	N.º	-	47064	-	26373	-	-
	Guimarães	N.º	-	15687	-	8479	-	-
População empregada –sector primário	Portugal	%	-	5	-	3,1	-	-
	Ave	%	-	2	-	1,2	-	-
	Guimarães	%	-	1,5	-	0,8	-	-
População empregada –sector secundário	Portugal	%	-	35,1	-	26,5	-	-
	Ave	%	-	63,4	-	50,1	-	-
	Guimarães	%	-	64,8	-	51,2	-	-
População empregada –sector terciário	Portugal	%	-	59,9	-	70,5	-	-
	Ave	%	-	34,6	-	48,8	-	-
	Guimarães	%	-	33,7	-	48	-	-
Indicador per capita (IpC) do poder de compra	Norte	%	85,96	-	-	89,22	-	-
	Ave	%	66,95	-	-	81,15	-	-
	Guimarães	%	70,74	-	-	85,78	-	-
Percentagem do Poder de Compra (PPC)	Norte	%	30,822	-	-	31,206	-	-
	Ave	%	3,246	-	-	3,941	-	-
	Guimarães	%	1,173	-	-	1,286	-	-
Fator Dinamismo Relativo (FDR)	Norte	%	-0,405	-	-	-0,278	-	-
	Ave	%	-0,354	-	-	-0,278	-	-
	Guimarães	%	-0,334	-	-	-0,233	-	-
Taxa de desemprego Total	Portugal	%	-	6,8	-	13,2	-	-
	Ave	%	-	5,6	-	15,1	-	-
	Guimarães	%	-	5,3	-	14,3	-	-
Desemprego no grupo etário 15-24 anos	Portugal	%	-	12,5	-	27,9	-	-
	Ave	%	-	6,7	-	21,6	-	-
	Guimarães	%	-	6,3	-	20,7	-	-
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (0-17 anos)	Portugal	%	-	-	24,6	21,8	24,4	25,6
Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões (0-17 anos)	Portugal	%	-	-	31,9	29,6	31,7	33,6
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social (0-17 anos)	Portugal	%	-	-	35,7	33	35,4	36,5
Taxa de intensidade da pobreza (0-17 anos)	Portugal	%	-	-	25,8	25,1	26,9	33,1

Tabela 19 – Síntese de Indicadores do Social

Indicadores	Território	Valor	2001	2002	2007	2011	2012	2013
Social								
Crimes registados pelas polícias	Ave	N.º	-	846	-	913		
	Guimarães	N.º	-	278	-	254	-	
Concelho de residência da vítima – APAV	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	29
Beneficiários do RSI	Ave	N.º	-	-	15461	16383	-	10669
	Guimarães	N.º	-	-	3822	3400	-	2003
Beneficiários RSI <24 anos	Guimarães	N.º	-	1451	-	1547	1306	533
Beneficiários RSI 25-39 anos	Guimarães	N.º	-	625	-	579	462	241
Beneficiários RSI 40-54 anos	Guimarães	N.º	-	510	-	949	806	388
Beneficiários RSI 55 + anos	Guimarães	N.º	-	347	-	325	275	154
Processos do RSI	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	594
N.º médio de elementos do agregado familiar que beneficia do RSI	Guimarães	%	-	-	-	-	-	2,4
Beneficiários do RSI – Tipo de família Isolada	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	221
Beneficiários do RSI – Tipo de família nuclear c/ filhos	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	145
Beneficiários do RSI – Tipo de família monoparental c/filhos	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	124
Beneficiários RSI <=1.º ciclo	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	624
Beneficiários RSI 2.º e 3.º ciclo	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	471
Beneficiários RSI <= 12.º ano	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	95
Beneficiários RSI licenciatura ou mestrado	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	21
Abono de família – Beneficiários	Ave	N.º	72290	-	-	55246	-	50686
	Guimarães	N.º	24438	-	-	17528	-	16000
Abono de família – descendentes ou equiparados	Ave	N.º	108254	-	-	81419	-	74133
	Guimarães	N.º	37224	-	-	25906	-	23476
Fluxo processual da CPCJ – Total de entradas	Guimarães	N.º	-	540	495	442	-	-
Fluxo processual da CPCJ – Total de saídas	Guimarães	N.º	-	360	296	234	-	-

Tabela 20 – Síntese de Indicadores do Social

Indicadores	Território	Valor	2012	2013	2014	2015	
Social							
Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos na CPCJ	Guimarães	N.º	Violência doméstica	64	60	-	-
			Negligência	59	45	-	-
			Exposição comportamentos comprometem o bem-estar da criança	68	29	-	-
Processos na área das crianças e dos jovens na área tutelar cível	Guimarães	N.º	Regulação das Responsabilidades Parentais		135	96	-
			Incumprimento		184	93	-
			Fundo garantia de alimentos		68	113	-
			Alteração da regulação das responsabilidades parentais		65	46	-
Processos da 3ª Secção de Família e Menores de Guimarães	Guimarães , Vizela, Fafe, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto	N.º	Alterações/Incumpriment os de Regulação do Poder paternal		-	-	1636
			Regulações do Exercício do Poder Paternal		-	-	832
			Processos de Promoção e Proteção		-	-	599
Serviços e equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	Guimarães	N.º	Creche			41	
			CATL			28	
			Lar de Infância e Juventude			3	
			Centro de Apoio à Criança			1	
			Apartamento de Autonomização			3	
			Amas			19	
			Famílias de Acolhimento			1	
Serviços e equipamentos socais de apoio à deficiência	Guimarães	N.º	Serviço de Apoio Domiciliário			1	
			Lar Residencial			4	
			CAO			4	
			Apoio em regime ambulatorio			1	
Alunos por domínio/tipologia de deficiência a freq. Escolas, IPSS e a ELI	Guimarães	N.º	Cognitivo			285	
			Mental leve			143	
			Sem tipologia			160	

População jovem ativa afectada pela inatividade.

Taxa de desemprego jovem elevada

Aumento da taxa de risco de pobreza infantil.

Cortes nos montantes das prestações sociais e as restrições no acesso a alguns apoios às famílias, às crianças e aos idosos, como sejam: o abono de família e o rendimento social de inserção.

Elevado número de pessoas com menos de 24 anos abrangido pelo RSI.

Número elevado de crimes de violência doméstica.

Existência de uma Rede de Serviços e Equipamentos Sociais bastante diversificada e que responde às necessidades de apoio à infância e juventude.

Rede deficitária de equipamentos na área da deficiência.

Tabela 21 – Síntese de Indicadores da Cultura

Indicadores	Território	Valor	2001	2005	2011	2012	2013	2014
Cultura								
Visitantes de Museus	Portugal	N.º	-	-	-	1	1,1	-
	Ave	N.º	-	-	-	1,1	0,7	-
	Guimarães	N.º	-	-	-	3,4	-	-
Visitantes de museus, jardins Zoológicos, ...	Portugal	N.º	-	0,9	1,3	-	-	-
	Ave	N.º	-	0,5	0,9	-	-	-
	Guimarães	N.º	-	1,5	2,8	-	-	-
Espectáculos ao vivo: espectadores	Ave	N.º	-	-	89647	387893	276190	-
	Guimarães	N.º	-	-	42318	106715	70491	-
Total de despesa de capital das Câmaras Municipais em Cultura e Desporto	Ave	€ - Milh.	22976,8	-	7966,7	21436,1	-	-
	Guimarães	€ - Milh.	12143,8	-	3450,9	15547,9	-	-
Total de despesa de capital das Câmaras Municipais em recintos culturais	Ave	€ - Milh.	3495,7	-	133,1	10581,7	-	-
	Guimarães	€ - Milh.	321,0	-	0,1	10570,1	-	-
Total de despesa de capital das Câmaras Municipais em jogos e desportos	Ave	€ - Milh.	16621,1	-	6506,5	9396,8		
	Guimarães	€ - Milh.	10309,5	-	3432,0	4962,0		
Crianças e jovens inscritas na Academia de Bailado de GMR	Guimarães	N.º	-	-	-	-	155	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta	Guimarães	N.º	-	-	-	-	646	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Internacional das Artes José de Guimarães	Guimarães	N.º	-	-	-	-	2399	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades da Biblioteca Municipal Raúl Brandão (+ polos)	Guimarães	N.º	-	-	-	-	13328	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades do Centro Cultural Vila Flor	Guimarães	N.º	-	-	-	-	2680	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades do Museu Alberto Sampaio	Guimarães	N.º	-	-	-	-	12951	-
Crianças e Jovens que participaram em atividades dos serviços educativos	Guimarães	N.º	0-4 anos				1977	-
			5-9 anos				9016	-
			15-19 anos				2137	-
			20-24 anos				523	-
Total das Associações Juvenis Registadas na RNAJ	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	19
Total de Crianças e jovens inscritas nos Escuteiros	Guimarães	N.º	-	-	-	-	2645	-

Tabela 22 – Síntese de Indicadores da Cultura

Indicadores	Território	Valor	2001	2005	2011	2012	2013	2014
Cultura								
Escalões do desporto escolar	Guimarães	N.º	Vários				32	-
			Iniciados				18	-
			Juniões				8	-
			Infantis B				9	-
			Juvenis				3	-
Modalidades do desporto escolar por género	Guimarães	N.º	Misto				33	-
			Feminino				19	-
			Masculino				18	-
Principais modalidades praticadas no desporto escolar	Guimarães	N.º	Voleibol				14	-
			Futsal				11	-
Principais modalidades praticadas (competição, desporto formal e informal)	Guimarães	N.º	Desportos Aquáticos				11	-
			Desportos Coletivos				9	-
			Desportos de raquete,, de mesa, ...-				9	-

Número de visitantes aos museus superior à média nacional e regional.

Sector cultural dinâmico no concelho.

Investimentos significativos em recintos culturais e em atividades socioculturais.

Rede de equipamentos culturais com oferta diversificada na área da cultura e educação.

Movimento Associativo juvenil dinâmico.

Desporto escolar presente no processo educativo dos diversos agrupamentos de escolas.

Diversidade na oferta de modalidades, assente no associativismo desportivo.

Ampla oferta desportiva pública e privada, com diversidade de modalidades e instalações.

Tabela 23 – Síntese de Indicadores da Saúde

Indicadores	Território	Valor	2001	2008	2011	2012	2013	2014
Saúde								
Total de Estruturas de Saúde	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	23
Total de Inscritos no ACES Alto Ave 0-24 anos	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	42301
Taxa de Vacinação no Aces Alto Ave 0-24 anos	Guimarães	%	-	-	-	-	-	99%
Consultas Médicas nos Centros de Saúde – Planeamento familiar	Ave	N.º	32786	-	-	46539	-	-
	Guimarães	N.º	10952	-	-	14104	-	-
Consultas Médicas nos Centros de Saúde – Pediatria	Ave	N.º	198182	-	-	187722	-	-
	Guimarães	N.º	70027	-	-	60467	-	-
Consultas Médicas nos Centros de Saúde – Saúde Materna	Ave	N.º	27122	-	-	31091	-	-
	Guimarães	N.º	8157	-	-	10453	-	-
Consultas Externas nos Hospitais – Ginecologia	Ave	N.º	15590	-	-	40688	-	-
	Guimarães	N.º	5843	-	-	22947	-	-
Consultas Externas nos Hospitais – Pediatria médica	Ave	N.º	11916	-	-	26073	-	-
	Guimarães	N.º	5995	-	-	15076	-	-
Consultas Externas nos Hospitais – Psiquiatria	Ave	N.º	5236	-	-	29429	-	-
	Guimarães	N.º	5195	-	-	15526	-	-
Partos nos hospitais	Ave	N.º	6649	-	4199	3572	-	-
	Guimarães	N.º	3828	-	2475	2165	-	-
Total de crianças/famílias apoiadas ELI de Guimarães	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	94
Total de projetos da UCC Guimarães	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	10
Total de projetos da UCC Comunidade Sol Invictus	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	8
Crianças com necessidades de saúde especiais UCC Guimarães	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	1770
Casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, ACES Alto Ave	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	121
Problemáticas dos casos registados pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco – Negligência	Guimarães	N.º	-	-	-	-	-	70
Taxa de Internamento bruta (por grandes grupos) - <1 / Doenças do aparelho respiratório	Guimarães	%	-	5922,6	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por grandes grupos) 1-4 anos / Doenças do aparelho respiratório	Guimarães	%	-	1745,5	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por grandes grupos) -5-24 anos / Gravidez, parto e puerpério	Guimarães	%	-	1510,6	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por causas específicas) <1 / Pneumonia	Guimarães	%	-	626,4	-	-	-	-

Tabela 24 – Síntese de Indicadores da Saúde

Indicadores	Território	Valor	2001	2008	2011	2012	2013	2014
Saúde								
Taxa de Internamento bruta (por causas específicas) 1-4 / Pneumonia	Guimarães	%	-	654,6	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por causas específicas) 5-24 / Diabetes Mellitus	Guimarães	%	-	27,2	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por causas externas) <1	Guimarães	%	-	0,0	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por causas específicas) 1-4 / Acidentes de transporte	Guimarães	%	-	27,3	-	-	-	-
Taxa de Internamento bruta (por causas específicas) 5-24 / Acidentes de transporte	Guimarães	%	-	98,2	-	-	-	-
Consumo de Drogas ilícitas da pop. escolar – 13 anos	Portugal	%	-		4,4	-	-	-
Consumo de Drogas ilícitas da pop. escolar – 16 anos	Portugal	%	-		19,0	-	-	-
Consumo de Drogas ilícitas da pop. escolar – 18 anos	Portugal	%	-		31,0	-	-	-
Drogas mais consumidas (16 anos) - cannabis	Portugal	%	-		16,0	-	-	-
Drogas mais consumidas (18 anos) - cannabis	Portugal	%	-		25,0	-	-	-
Consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses – 13 anos	Portugal	%	-		27,0	-	-	-
Consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses – 16 anos	Portugal	%	-		74,0	-	-	-
Consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses – 18 anos	Portugal	%	-		87,0	-	-	-
Total de Inscritos – CRI Braga (15-19 anos)	Guimarães	N.º	-		-	-	-	5
Total de Inscritos – CRI Braga (20-24 anos)	Guimarães	N.º	-		-	-	-	15
Substância principal consumida (15-19 anos) - Cannabis	Guimarães	N.º	-		-	-	-	5
Substância principal consumida (20-24 anos) - Cannabis	Guimarães	N.º	-		-	-	-	8

Número de consultas significativo nas especialidades relacionadas com infância e juventude.
 Decréscimo no número de partos.
 Diversidade de projetos desenvolvidos pelas UCC na área da saúde escolar e maternidade e parentalidade.
 Necessidade de investimento na prevenção primária do consumo de drogas.

Mapeamento de equipamentos

Figura 3 – Mapa de equipamentos do concelho de Guimarães, 2015



Figura 4 – Categoria Associação



Figura 5 – Categoria Centro de Formação



Figura 6 – Categoria Creche/Jardim de Infância



Figura 7 – Categoria Equipamento de Apoio à Deficiência



Figura 8 – Categoria Espaço Cultural



Figura 9 – Categoria Escola

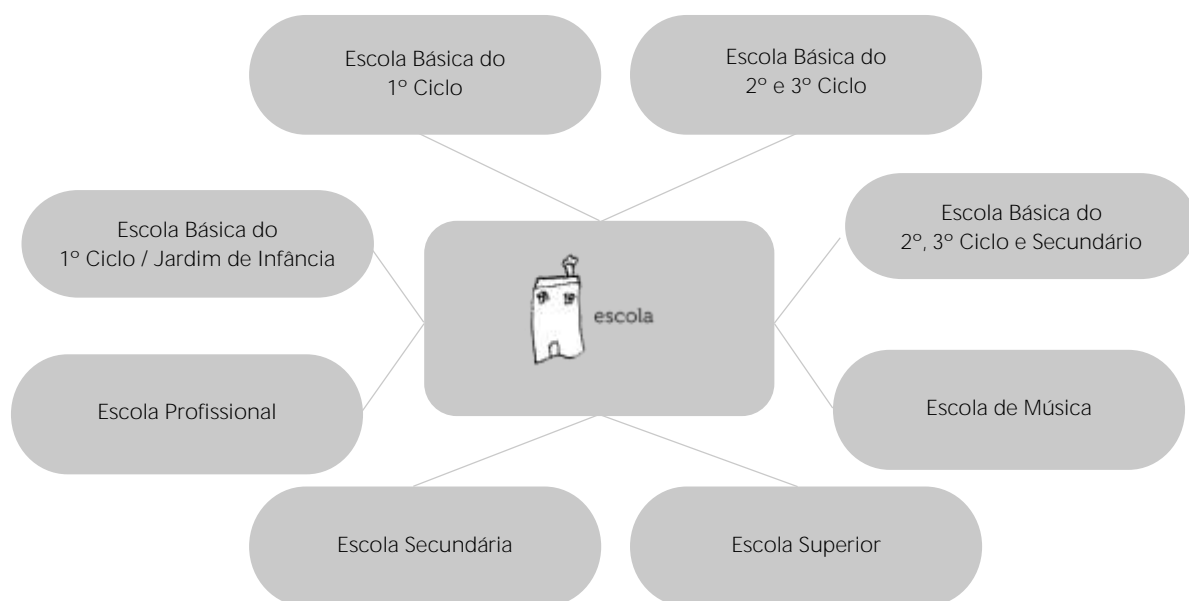


Figura 10 – Categoria Espaço/Equipamento Desportivo



Figura 11 – Categoria Espaço Verde

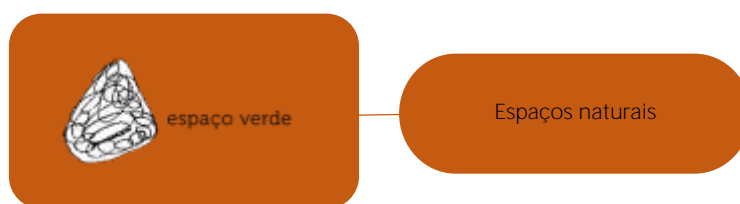


Figura 12 – Categoria Espaço/Equipamento de lazer



Figura 13 – Categoria Lar de Acolhimento

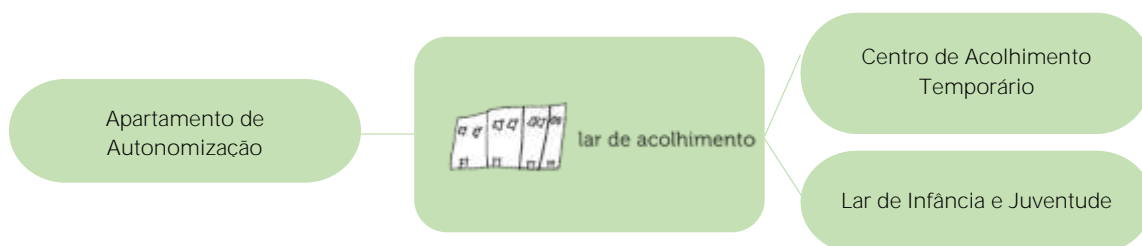


Figura 14 – Categoria pousada da juventude/centro de informação juvenil

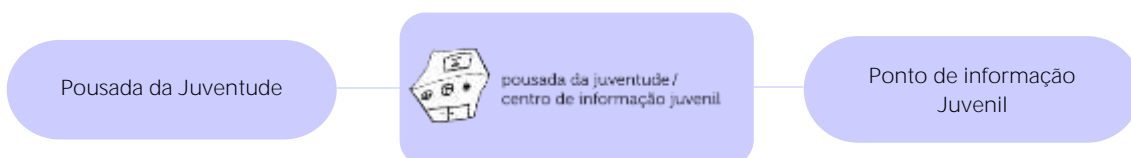


Figura 15 – Categoria Tribunal

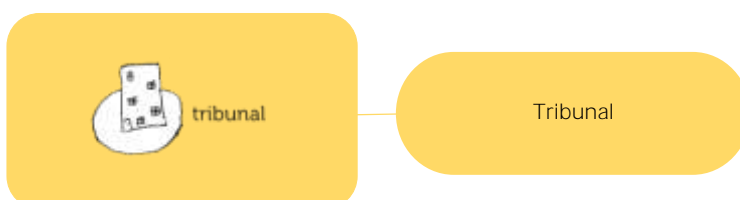


Figura 16 – Categoria Serviço de Saúde

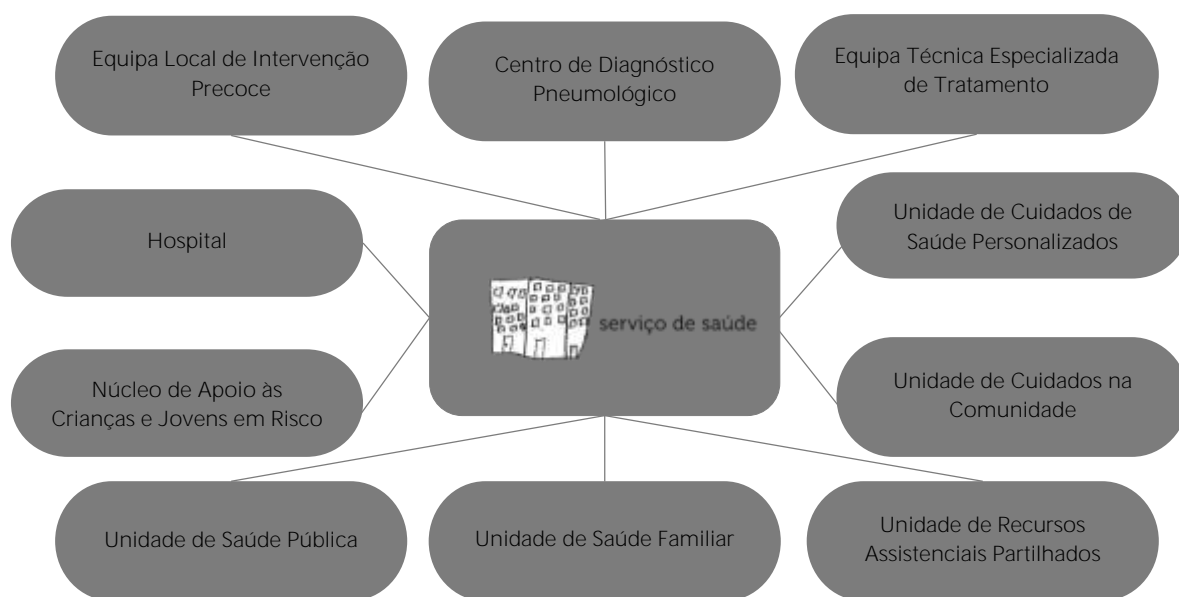
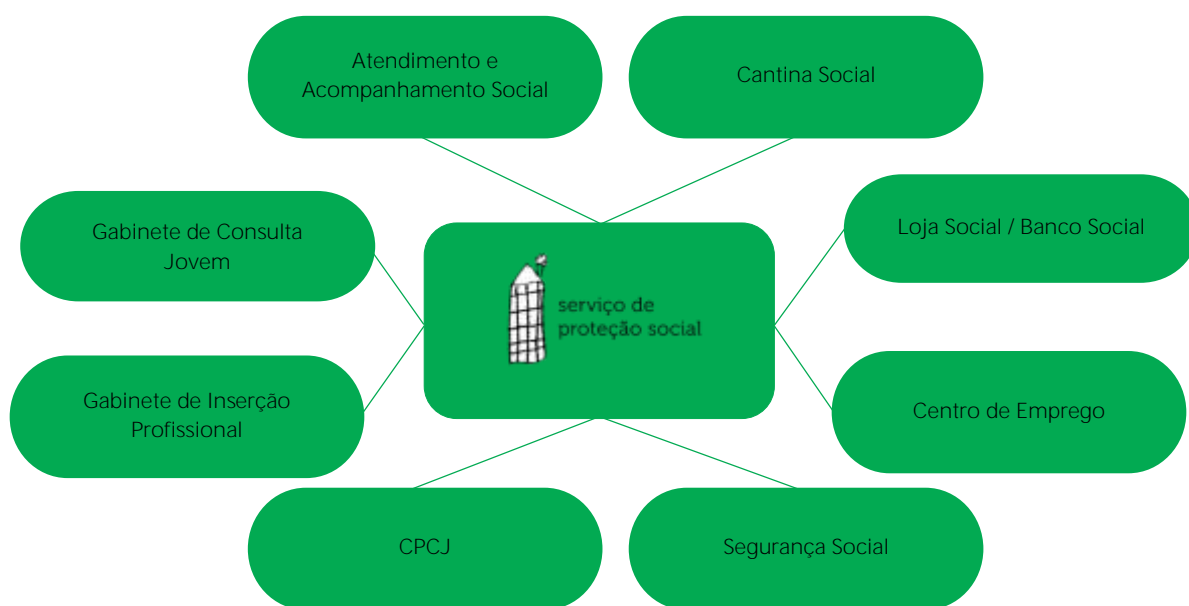


Figura 17 – Categoria Serviço de proteção social





CARTA

DA CIDADANIA

INFANTO-JUVENIL

Parte 2 – Eixos Estratégicos e Medidas

Introdução

A Carta da Cidadania Infantojuvenil é o resultado de um processo participativo muito amplo, em que foram envolvidos decisores políticos, comissões interfreguesias da rede social, membros da CPCJ, associações e IPSS, técnicos e interventores sociais, investigadores, crianças e jovens de todo o concelho. Para tal, foi realizado um conjunto de iniciativas que se constituíram no âmbito do dispositivo metodológico de elaboração da Carta. Podemos destacar as seguintes realizações:

- Criação de uma plataforma onde estão registados os equipamentos sociais que existem no concelho, que podem ser usados por crianças e jovens, por comissão social interfreguesia;
- Elaboração do relatório de diagnóstico que permitiu um aumento do conhecimento acerca da realidade do concelho no que diz respeito à População, Educação, Social, Cultura e Saúde;
- Criação e dinamização de grupos focais constituídos por crianças e jovens em todas as comissões sociais inter-freguesias que permitiu complementar o diagnóstico, discutir propostas e validar informação;
- Criação e institucionalização do conselho da cidadania infantojuvenil, órgão no município em que as crianças e os jovens refletem e participam de uma forma concreta e sistemática, para a realização de propostas políticas para o município;
- Realização de entrevistas a informantes-chave, decisores ou técnicos altamente qualificados e colocados, com especiais responsabilidades na intervenção junto de crianças e jovens do município,
- Realização de um conjunto alargado de fóruns sectoriais, de debate do diagnóstico e das propostas de política pública para a infância e juventude.
- Realização do Colóquio Internacional Crianças, Cidade e Cidadania, que permitiu um debate aprofundado acerca desta temática. É de salientar a elevada presença de técnicos e representantes políticos de municípios

portugueses, a presença de instituições nacionais e espanholas, a participação de especialistas de renome nacional e internacional nos painéis temáticos.

A carta articulou-se simultaneamente com a preparação da candidatura do Município de Guimarães ao programa “Cidades Amigas das Crianças” da UNICEF. Esta candidatura foi aprovada.

As quarenta medidas que constituem a orientação estratégica para a configuração da cidadania infantojuvenil no Município de Guimarães resultam deste amplo processo de debate, foram formuladas, debatidas e validadas nas múltiplas reuniões que se realizaram, assentaram sempre no estudo dos indicadores de diagnóstico e configuram possibilidades de ação tidas como especialmente urgentes, ou sensíveis ou simplesmente aspiradas com vista a garantir as condições de bem-estar social, de reconhecimento e de sentido de pertença dos mais jovens munícipes à sua cidade e concelho. Resultam, portanto, não de uma intervenção *top-down*, mas, bem pelo contrário, da formulação *bottom-up* de um conjunto de orientações para a construção, no presente, de uma cidade verdadeiramente atenta e respeitadora dos direitos dos seus cidadãos mais jovens. O trabalho técnico de desenho da metodologia de intervenção, de acompanhamento, registo e reporte da Carta, realizado por uma equipa composta por membros da ADCL, CMG e CPCJ pretendeu, em todos os momentos, ser inteiramente fiel aos resultados mais relevantes que emergiram da dinâmica participativa gerada.

Eixo 1 – Participação Cívica e Política

Este eixo corresponde aos direitos de participação das crianças e jovens na cidade. Sustentados no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada na assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro 1989 e ratificada pela Assembleia da República em setembro de 1990, os direitos de participação das crianças contemplam todos os domínios, do espaço doméstico às instituições, ao sistema judicial, às comunidades e mesmo à ação política com incidência direta na vida das crianças. Mesmo se as crianças não são eleitoras nem elegíveis, os direitos cívicos e políticos têm expressão própria, sendo o espaço local o locus apropriado do seu exercício. Isso mesmo tem sido refletido em programas de expressiva representatividade internacional como a “cidade amiga das Crianças; as “cidades Educadoras” e a “Cidade das Crianças”.

Na Carta da Cidadania Infantojuvenil, a participação é substantivada através da criação de estruturas de representação direta e ainda de dispositivos de proximidade que possam fazer fluir a voz das crianças. A criação de mecanismos de auscultação fácil e direta das crianças, bem como de instâncias de provedoria inserem-se igualmente nas medidas a adotar.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
1. Institucionalização do Conselho da Cidadania Infantojuvenil.	O Conselho de Cidadania Infantojuvenil (com este ou outro nome) corresponde à estrutura permanente de representação direta, autoadministrada e representativa das crianças e jovens no conselho. O processo de escolha e recrutamento deverá assentar em estruturas de base (turmas/escolas/agrupamento) ou grupos de jovens constituídos no âmbito das comissões interfreguesias da rede social. Deverá ser regulamentado (podendo ter por base o regulamento já aprovado nas 3 sessões que realizou).	Crianças e Jovens de todo o concelho.	CMG Rede Social Agrupamentos de Escolas
2. Elaboração de um estudo de diagnóstico de valores, ideias e aspiração das crianças e jovens de Guimarães.	Estudo destinado a completar o diagnóstico e, à semelhança de outros, de âmbito nacional e europeu, a permitir o conhecimento em profundidade o pensamento e os desejos da população infantojuvenil, as raízes dos seus processos simbólicos e as tensões inerentes à diversidade sociocultural e interindividual.	Amostra representativa de crianças e jovens Investigadores	CMG Universidade do Minho
3. Criação de uma plataforma digital	A abertura de um espaço de opinião/reclamação/sugestão jovem destina-se		CMG

para expressão das sugestões e opiniões dos jovens munícipes.	a estabelecer canais comunicacionais permanentes entre o Município e a sua população jovem. Esta ação far-se-á no âmbito da Cidade Amiga das Crianças		
4. Constituição de assembleias consultivas abertas de crianças e jovens nas freguesias e uniões de freguesia.	Replicando, agora ao nível de freguesia/união de freguesia, as formas organizadas de participação, as assembleias consultivas (resultantes de propostas feitas em grupos focais) funcionarão com a regularidade e as condições que cada uma se quiser a si própria estabelecer.	Crianças e Jovens.	Juntas de freguesia e de uniões de freguesia
5. Criação do cargo de provedor municipal da criança.	Figura a regulamentar e eleger pela Assembleia Municipal, a considerar no quadro da coordenação da Cidade Amiga das Crianças.		Assembleia Municipal
6. Criação de um programa e de um regulamento de apoio às organizações juvenis.	À semelhança de outros regulamentos municipais (RMISG, RMECARH) criação de um programa específico para organizações juvenis	Associações juvenis e Conselho da Juventude	CMG
7. Desenvolvimento de um programa municipal contra a discriminação, o racismo e a xenofobia (através de atividades culturais, teatro, cinema, ateliês, etc.) entre crianças e jovens.	Elaboração, numa perspetiva plurianual, de ações continuadas, coerentes e avaliadas de promoção de valores de inclusão junto de escolas, associações e freguesias.	Interventores atores culturais	CMG- Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
8. Desenvolvimento de uma componente aberta às crianças e jovens (até 18 anos) do Orçamento Participativo.	Organização, à semelhança de outros municípios, de formas de participação específica de crianças e jovens na proposta de ações a contemplar no Orçamento Participativo.	Crianças e Jovens de todo o concelho; Associações juvenis e Conselho da Juventude	CMG

Eixo 2 – Bem-estar social

Este eixo desenvolve-se no quadro das políticas sociais, promotoras da igualdade e da coesão social. Mobiliza, por isso, como intervenientes mais expressivos, as instituições que integram a rede social do concelho, para além das crianças e jovens. Integra também a criação de equipas multidisciplinares e de serviços especializados para atender a carências especialmente diagnosticadas.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
9.Criação, no quadro do município (rede social) de uma equipa permanente multidisciplinar de diagnóstico e intervenção face a situações de privação social de crianças e jovens.	Configuração de uma ação integrada multidisciplinar que contemple, simultaneamente, uma dimensão de observatório da realidade infantojuvenil do concelho e de intervenção específica (a atribuir eventualmente ao CLDS ou ao CAFAP – a criar)	Técnicos e responsáveis pelas instituições	Rede Social CPCJ Segurança Social IPSS
10.Criação de um banco de empréstimos de livros, calculadoras, material desportivo e equipamento informático.	Organização, entre as escolas e com o apoio e gestão do município, de um banco social de material educativo, cultural e informático	Crianças; jovens; professores;	Agrupamento de escolas Bibliotecas escolares CMG
11.Constituição de interfaces entre educação e saúde para potenciar os programas de saúde preventiva.	Criação de uma equipa técnica de trabalho que articule os diferentes projetos e programas de educação para a saúde, com vista a operacional esta necessidade amplamente diagnosticada de articulação.	Técnicos especializados	Centro de Saúde Agrupamento de escolas
12.Criação de oportunidades de formação em primeiros socorros, proteção digital e autodefesa pessoal.	Realização sistemática de ações nos domínios indicados, numa perspetiva preventiva.	Técnicos de prevenção	Agrupamento de escolas APSI
13.Promoção de uma intervenção especializada e integrada para crianças com síndrome do espectro do autismo.	Respondendo a uma carência diagnosticada, com grande premência, esta medida implica a sua priorização na constituição de equipamentos na área da saúde mental.	Técnicos especializados	Ministério da Saúde CERGUI
14.Desenvolvimento das respostas às crianças e jovens com deficiência, nomeadamente nos espaços rurais do município.	Ampliação das insuficientes respostas existentes, nomeadamente no âmbito de Unidades Sócio-ocupacionais	Técnicos especializados	Ministério da Saúde IPSS
15.Desenvolvimento da ação integrada nos bairros sociais,	Ampliação a todos os bairros sociais das ações já em curso em alguns deles, nomeadamente no âmbito do Programa Escolhas e de outros	Associações de moradores	Rede Social Casfig

promovendo a integração, a segurança e a convivialidade.	projetos	Técnicos de intervenção social	Fraterna
16. Qualificação das instituições de acolhimento de crianças e jovens.	No âmbito da criação de cidadania institucional, esta medida insere-se no esforço formativo que garanta a inclusão de todas as crianças, independentemente das condições em que se concretiza o seu direito à família. O plano formativo deverá ser articulado entre CAT e Lares (e respetivas instituições) e a sua coordenação.	Técnicos de intervenção social	CPCJ Segurança Social IPSS com instituições de acolhimento

Eixo 3 – Território e Ambiente

Este eixo é transversal a todas as áreas de ação do Município, mas tem particular incidência nas políticas de ordenamento do território, nos dispositivos de mobilidade e na organização do equipamento e mobiliário urbano. A perspetiva que se pretende constituir é a de assegurar uma orientação vincadamente orientada na criação do bem-estar das populações mais jovens (sem prejuízo das restantes gerações) a partir do desenho das políticas urbanas e da conceção política de ordenamento do território, mobilidade e da sustentabilidade.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
17.Facilitação da mobilidade, nomeadamente através da criação de um passe intermodal de transportes públicos, da adequação e melhoria dos seus horários, da permissão de transporte de bicicletas nos autocarros, da construção de vias cicláveis e da criação de um passe social que favoreça o acesso das crianças da periferia ao centro urbano e seja válido também em período de férias.	A dispersão e fragmentação do concelho aconselha uma especial atenção a esta medida, sendo de adotar soluções experimentais, testáveis e avaliáveis, antes da definição de um plano geral de mobilidade que considere a especificidade das gerações mais jovens. Algumas das suas componentes podem ser desde já generalizáveis.	Departamento de Obras Municipais; Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente	CMG TUG
18.Desenvolvimento de condições de acesso e fruição da natureza, com a criação e identificação de trilhas e caminhos pedonais, de percursos verdes e de ações de animação em espaços verdes.	Iniciativa a ser considerada no quadro da programação de Guimarães-Capital Verde Europeia	Associações e grupos ambientalistas	Guimarães-Capital Verde Europeia Laboratório da Paisagem
19.Definição da regra do impacto nas crianças e jovens para todos os planos urbanísticos.	Definição como critério de planeamento do estudo do impacto nas vidas das crianças e jovens (considerando as oportunidades de mobilidade, acessibilidade, fruição, condições ambientais, segurança, etc.) de todos os planos urbanístico, nomeadamente em sede de definição de PDM e Planos de Pormenor	Departamento de urbanismo da CMG	CMG
20.Desenvolvimento de um programa de sinalética urbana e de	Definição de uma linha de design para mobiliário (bebedouros, bancos de jardim, parques infantis, papeleiras, etc.) e sinalética	Departamento de urbanismo da CMG	CMG Instituto de

interpretação orientada para as crianças dos elementos do património edificado.	urbana (placas interpretativas, <i>muppies</i> , etc.) feita à medida e orientada para a leitura das crianças.		Design
---	---	--	--------

Eixo 4 – Relações Interpessoais

Este eixo reflete uma das preocupações mais insistentes das crianças e jovens e pode ser eventualmente considerado como algo inusitado. Na verdade, porém, a análise das condições de cidadania tem-se vindo a debruçar ultimamente sobre novas dimensões e âmbitos de aplicação, incluindo as relações interpessoais e as condições de exercício de relações que respeitem valores de respeito, aceitação, reconhecimento e participação no espaço familiar e nas interações face-a-face. A cidadania íntima, presente neste enquadramento, dá expressão a medidas estratégicas que envolvem as relações intergeracionais, mas também de crianças e jovens entre si, e as relações intrafamiliares, capazes de prevenir comportamentos de violência física ou psicológica e de promover atitudes de convivialidade assentes numa ética de respeito.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
21.Criação no âmbito do município (rede social) de uma equipa multidisciplinar que coordene as ações de política de família.	Articulação com a medida nº 9, com extensão para as políticas de família.	Técnicos de intervenção social	Rede Social CPCJ Segurança Social IPSS
22.Desenvolvimento de programas de educação/formação parental.	Ação a desenvolver no âmbito do CAFAP e ainda no quadro das ações do Espaço Mulher da CMG	Equipa multidisciplinar do CAFAP Espaço Mulher	Sol do Ave Fraterna ADCL
23. Desenvolvimento de sessões públicas temáticas (fóruns) sobre aspetos relativos à vida das famílias, integrando crianças e jovens.	Desenvolvimento de ações experimentais intergeracionais (usualmente as ações de formação parental são exclusivamente para adultos), capazes de reconfigurar e inovar as formas de educação familiar.	Equipa multidisciplinar do CAFAP Espaço Mulher	Sol do Ave Fraterna ADCL
24.Promoção de um programa de voluntariado municipal infantojuvenil (recrutamento, definição de ações, enquadramento e apoio logístico).	Alargamento do Banco Local de Voluntariado - Município de Guimarães a crianças e Jovens, com medidas de enquadramento, formação e acompanhamento	Crianças e jovens voluntários Técnicos do Banco Local de Voluntariado - Município de Guimarães	Banco Local de Voluntariado - Município de Guimarães
25.Dinamização de ações (cívicas, culturais, recreativas, desportivas) de convívio intergeracional, de promoção de relações	A realização das ações previstas nesta medida, sendo usual, carece de enquadramento, sistematização, divulgação e avaliação, especialmente quando têm um foco específico, como a prevenção dos castigos corporais.	Associações culturais IPSS Freguesias e uniões de	CMG - Ação Social CPCJ

educativas assentes em princípios de cidadania íntima e de proibição efetiva dos castigos corporais.		freguesia	
--	--	-----------	--

Eixo 5 – Cultura, Lazer e Desporto

Correspondendo a uma área extraordinariamente sensível nos quotidianos infantojuvenis, este eixo estrutura-se sobretudo em torno das medidas que promovam a inclusão de todos e de todas na vasta ação cultural, de lazer e desportiva já existente no concelho, favorecendo a mobilidade, a atratividade, a criação e fidelização de públicos para as diferentes ações culturais e a participação na construção da cidade, enquanto centro cultural irradiante, e do concelho como um todo, enquanto espaço de criação e fruição cultural.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
26. Difusão, por meios tecnológicos e mediáticos, da informação cultural para crianças e jovens, nomeadamente através da publicitação de uma agenda cultural digital.	A criação da agenda digital específica para crianças e jovens permitirá o acesso rápido e cómodo a uma informação dedicada, correspondendo às melhores práticas europeias.	Associações culturais	CMG – Ação Cultural
27. Criação de residências artísticas nas escolas.	A alargamento às escolas da política já existente de promoção de residências artísticas, com vista à articulação das aprendizagens com a criação artística, a exemplo do programa DEZ X DEZ da F. Calouste Gulbenkian, em curso no concelho.	Artistas residentes Estudantes e Professores das Escolas	CMG - Ação cultural Oficina
28. Criação de programas de mobilidade intraconcelhia para acesso à cultura, considerando alguns espetáculos de referência, visitas temáticas a museus ou outras atividades culturais urbanas.	A questão da mobilidade para acesso a programas culturais é crítica, e assim assumida pelas crianças e jovens. A medida aqui prevista, corresponde à medida 17, especificamente orientada para atividades culturais. A realização de programas experimentais para certos espetáculos, eventos ou exposição será adequada, antes da criação o programa de mobilidade.	TUG	CMG - Ação cultural
29. Promoção ativa de intercâmbios culturais infantojuvenis entre freguesias.	A medida articula-se com outras, relativas a programação e divulgação (26), bem como apoio à mobilidade (17, 28). O sentido é da coesão territorial construída através da potenciação do conhecimento e intercâmbio intramunicipal.	Freguesias e Uniões de Freguesias Associações culturais	CMG – Ação cultural
30. Apoio ativo à mobilidade cultural e educacional de crianças e jovens, nos planos regional, nacional e internacional.	Esta medida estende e alarga o sentido da medida anterior e põe em ação a intervenção das entidades gestoras dos programas de mobilidade.	Crianças e jovens do município Entidades e agentes promotores de programas de	IPJ

		intercâmbio (ex. Erasmus+)	
31. Definição de regras de utilização de equipamentos desportivos, conciliando a sua utilização no desporto profissional com o desporto amador e a atividade físico desportiva livre.	A medida insere-se no âmbito da promoção de uma cultura desportiva que não sacrifique o desporto para todos ao desporto federado, mas procure conciliar todos os interesses, assegurando a máxima disponibilidade dos recursos e equipamentos existentes	Agentes desportivos Crianças e jovens do concelho	Tempo Livre
32. Redefinição dos equipamentos desportivos para a sua utilização pelos dois géneros (balneários masculinos e femininos, etc.), bem como preservação da sua qualidade e manutenção.	A igualdade de género no desporto tem uma dimensão que se exprime nos equipamentos e instalações desportivas, tradicionalmente organizados a partir da condição masculina. A medida terá especial incidência na construção de novos equipamentos e instalações ou na reparação dos existentes.	Departamento de Obras Municipais;	CMG Tempo Livre

Eixo 6 – Educação

A educação é central na cidadania infantojuvenil, desde logo porque todas as crianças e jovens, entre os 6 e os 18 anos, frequentam a escolaridade obrigatória, e porque a escola é a instituição que a modernidade construiu e configurou como projeto de educação e formação cidadã das gerações mais jovens. O eixo estratégico está naturalmente articulado com esta orientação, mas o seu ponto determinante de articulação é o da configuração da cidadania institucional, abrangendo, por consequência, medidas que se orientam para o acesso e a igualdade de oportunidades de sucesso educativo, mas, sobretudo, para o desenvolvimento das escolas como organizações sociais que praticam princípios de participação e envolvimento ativo de todos e de todas, na diversidade em que se constituem. Do mesmo modo, a interação entre escolas e organizações que promovem distintas modalidades de educação não formal, contribuem para um eixo configurador de um município verdadeiramente educador.

Medidas	Racional	Intervenientes	Responsável
33.Generalização do acesso a todos os níveis de educação, com desmontagem dos obstáculos económicos, sociais e culturais à sua frequência.	Em articulação com a medida 1, os objetivos prosseguidos deverão ser realizados no âmbito do Projeto Educativo Guimarães Cidade de Educação e das suas medidas específicas.	Decisores e interventores sociais Diretores escolares Professores	CMG-Educação CPCJ Escolas e agrupamentos
34.Desenvolvimento, pelas escolas e agrupamentos, de modalidades de participação ativa de crianças e jovens, no âmbito dos seus projetos educativos	A participação em contexto escolar é uma medida de política de escola, com incidência pedagógica, que deverá respeitar a autonomia de cada estabelecimento de ensino na sua concretização.	Diretores escolares Professores Alunos	Escolas e agrupamentos
35.Promoção de relações entre escolas na realização de projetos de inovação educacional.	Tal como em medidas anteriores, esta medida deverá ser concretizada no âmbito do Projeto Educativo Guimarães Cidade de Educação e das suas medidas específicas.	Decisores e interventores sociais Diretores escolares	CMG-Educação Escolas e agrupamentos
36. Constituição de um gabinete local de apoio às escolas, nomeadamente na prevenção primária e	Medida a ser empreendida em articulação com a medida 7, tendo em vista uma intervenção articulada e integrada, que permita ação nos domínios da prevenção primária, da intervenção reparadora e na eliminação das situações de	Intervenientes sociais	CPCJ CMG-Centro Local de Apoio à

secundária de situações de bullying, segregação ou violência escolar.	perigo.		Integração de Imigrantes
37. Constituição de uma estrutura de coordenação municipal (e, se necessário, intermunicipal) das ofertas educativas das escolas, dos cursos, recursos e equipamentos com potencialidade educativa.	O objetivo da medida é permitir uma gestão adequada não apenas da rede de equipamentos escolares, mas também dos equipamentos educativos, em sentido lato, favorecendo a acessibilidade, a informação e a permeabilidade entre as várias ofertas formativas e educacionais.	Decisores educacionais Diretores escolares Professores	CMG-Educação
38. Criação de ateliês, estágios e escolas de verão para crianças e jovens. Envolvimento das empresas nesta atividade.	Desenvolvimento de iniciativas a realizar em períodos de férias, que se destinam a constituir espaços de indução e formação, destinados especialmente a jovens do final do ensino secundário. A sua viabilidade deverá assentar inicialmente num projeto experimental.	Jovens Empresários	Escolas e Agrupamentos de Escolas ACIG
39. Promoção de um programa de articulação entre as associações locais e as escolas, para o desenvolvimento de ações de educação não formal.	Medida a articular com a nº 37. Esta medida deverá ser concretizada no âmbito do Projeto Educativo Guimarães Cidade de Educação e das suas medidas específicas.	Associações culturais	CMG-Educação Associações locais
40. Criação nas escolas/agrupamento da figura do “advogado das crianças-provedor dos alunos”.	Figura a criar pelas escolas e agrupamentos de escolas, no âmbito da sua autonomia, em articulação com as dinâmicas dos projetos educativos e o apoio do Programa Cidade Amiga das Crianças.	Decisores educacionais Diretores escolares Professores	Escolas e Agrupamentos de Escolas

Modelo de Governança e Avaliação

As medidas aqui apresentadas, e seriadas de acordo com os respetivos eixos, implicam o conjunto das entidades e instituições que em Guimarães desenvolvem ação com crianças e jovens. A coordenação e governança da Carta torna-se especialmente complexa, se considerarmos as margens de autonomia, as missões e os objetivos específicos dessas entidades e instituições (CMG, CPCJ, serviços locais da administração central, outros serviços públicos, freguesias, escolas, associações, etc.) No entanto, uma política integrada da infância e juventude no âmbito municipal não pode deixar de considerar a totalidade das áreas de intervenção e dos seus agentes. Por extensão, trata-se de uma coordenação que só faz sentido se mobilizar a participação empenhada e ativa dos decisores, interventores sociais e atores sociais, considerando desde logo e prioritariamente as próprias crianças e jovens.

A coordenação geral da Carta, até pela sua ligação íntima com projetos estruturantes do Município, como o Programa Cidade Amiga das Crianças e o Projeto Educativo Guimarães Cidade de Educação, deverá competir à Câmara Municipal de Guimarães, sendo aconselhável que, aí, fique adstrita a uma entidade de coordenação da ação social do município, o Conselho Local de Ação Social, podendo, para isso, considerar a existência de uma área específica de acompanhamento e monitorização da implementação da Carta.

É no quadro dessa estrutura de coordenação que se considera necessário realizar a avaliação contínua e permanente da Carta.

Poderá mostrar-se aconselhável a realização de uma avaliação externa da implantação da Carta, em momento a considerar.

A implantação da Carta não comporta custos específicos, ainda que algumas das medidas possam reorientar esforços orçamentais próprios de algumas áreas de intervenção municipal, comportáveis no quadro dos respetivos orçamentos específicos, se elas forem adotadas como políticas setoriais. Para algumas medidas com carácter experimental ou para adjudicação de estudos ou ainda para avaliação

externa, deverão considerar-se os vários programas em curso e regulamentos municipais, através da inclusão nos concursos competitivos dedicados.

Finalmente, a Carta não fará nenhum sentido de as crianças e jovens de Guimarães, que participaram muito ativamente na conceção das suas medidas, não puderem participar ativa, responsável e decisoramente nos diversos momentos de planeamento, execução, monitorização e avaliação que terão lugar.

Ficha Técnica

Organização Promotora

ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais

Parceiros

Câmara Municipal de Guimarães

CPCJ – Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Guimarães

Financiamento

Fundação Calouste Gulbenkian

Autores

Manuel Jacinto Sarmiento (Coordenador)

Alexandrina Ribeiro

Elisabete Ribeiro

Irene Malheiro

Jorge Correia

Vítor Araújo